DIARIO OFFICIAL

Brasilianische Bank für Deutschland:
Rua da Quitanda n. 131.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XLIX — 22º DA REPUBLICA — N. 70

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 29 DE MARÇO DE 1910

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

- Decreto n. 7.903, que concede autorização á *Interurban Telephone Company of Brazil* para funcionar na Republica.
Decreto n. 7.914, que abre credito ao Ministerio da Guerra.
Decreto n. 7.915, que abre credito ao Ministerio da Fazenda.
Decreto n. 7.918, que abre credito ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Decretos de 24 do corrente.
Ministerio da Guerra — Decretos de 10 e 24 do corrente.
- SECRETARIAS DE ESTADO:
- Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias da Justiça, Contabilidade e Geral da Saude Publica.
Ministerio da Fazenda — Exposição — Titulos — Expediente das Directorias do Gabinete do Thesouro Nacional, da Receita Publica e da Recebedoria do Distrito Federal.
Ministerio da Marinha — Portarias — Expediente.
Ministerio da Guerra — Requerimentos despendidos.
Ministerio da Viação e Obras Publicas — Expediente da Directoria Geral de Contabilidade.
Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Expediente das Directorias Geraes de Agricultura e Industria Annual.
- TRIBUNAL DE CONTAS—DIARIO DOS TRIBUNAES—NOTICIARI—RENDAS PUBLICAS — EDITAS E AVISOS — PARTE COMMERCIAL.
- SOCIEDADES ANONYMAS — Relatorios das Companhias Ferro Carril de Javacopyá, Ferro Carril Carioca, de Aertos e Nacional Mineira.
- SOCIEDADES CIVIS — Estatutos da Sociedade Beneficente Mutua Progresso do Engenho da Deiro.
- PATENTES DE INVENÇÃO — ANUNCIOS.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 7.903 — DE 17 DE MARÇO DE 1910

Concede autorização á *Interurban Telephone Company of Brazil* para funcionar na Republica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Interurban Telephone Company of Brazil*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida a autorização á *Interurban Telephone Company of Brazil* para funcionar na Republica com os estatutos que apresentou, mediante as clausulas que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio e fica na mesma companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1910, 89ª da Independencia e 22ª da Republica.

NILÓ PEÇANHA.

Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

Clausulas que acompanham o decreto n. 7.903, desta data

I

A *Interurban Telephone Company of Brazil* é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunales judicarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

III

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a companhia sujeita ás disposições do direito nacional que regem as sociedades anonymas.

V

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$. e, no caso de reincidencia, pela cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1910. — Rodolpho Miranda.

INCORPORAÇÃO

Eu, abaixo assignado, traductor publico e interprete commercial juramentado da cidade do Rio de Janeiro, por nomeação da Meritissima Junta Commercial da Capital Federal:

Certifico pelo presente que me foi apresentado um documento escripto no idioma inglez, affirmado e traduzido para o portuguez, o que assim cumpri em razão do meu officio e cuja tradução é a seguinte:

TRADUÇÃO

ESTADO DE WEST VIRGINIA — CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO

Eu, Stuart F. Reed, secretario de Estado do Estado de West Virginia, pelo presente certifico que em data de hoje foi me entregue um contracto devidamente legalizado e acompanhado dos affidavits competentes; esse contracto reza o seguinte, em palavras e algarismos:

I. Os abaixo assignados concordam constituir-se em corporação sob o nome de *Interurban Telephone Company of Brazil*.

II. A sede dos negocios da alludida corporação será e n Hammond Building 719, na Cidade de Detroit, Contado de Wayne e Estado de Michigan; suas installações principaes serão situadas no Distrito Federal do Rio de Janeiro e nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Geraes, na Republica dos Estados Unidos do Brazil.

III. Os objectos e fins para os quaes se constitue a corporação são os seguintes:

Construir, comprar, arrendar, negociar, manter, operar, gravar e vender linhas telephonicas, telegraphicas e fios, installações e serviço de permuta nos Estados Unidos do Brazil; comprar, possuir e dispor de concessões e privilegios conferindo poderes para construir e explorar esses negocios; adquirir, possuir e dispor de todos os bens moveis e immoveis necessarios aos fins supramencionados e praticar todos e quaesquer outros actos e explorar quaesquer outros negocios que a esta corporação possam parecer susceptiveis de explorar convenientemente em ligação aos acima referidos, ou que sejam necessarios aos mesmos, ou que pareçam directa ou indirectamente valorizar os negocios, bens e direitos desta corporação.

IV. A importancia total do capital accções autorizadas da dita corporação será de \$ 100.000 (dollars), que serão divididos em 1.000 accções do valor par de \$ 100 cada uma; desse capital accções autorizadas foi subscripta a quantia de \$ 500 e paga a importancia de \$ 50.

V. Os nomes e endereços dos incorporadores e o numero de accções do capital accções subscriptas por cada um delles são:

Nome	Endereço	N. total de accções
Charles B. Davis,	393 Jefferson Ave. Detroit Mich.....	1
Walter B. Ford,	nº23 Hammo1 Bldg Detroit Mich.....	1
Ransom G. George,	719 Hammond Bldg Detroit, Mich....	1
Julian H. Harris,	1.124 For Bldg. Detroit, Mich.....	1
L. S. Trowbridge Jr.,	924 Ford Bldg. Detroit, Mich.....	1

VI. O prazo de duração desta corporação expirará em 19 de março de 1959, anno do Senhor.

Passado e por nós assignado neste dia 20 de março de 1909, anno do Senhor.—*Charles B. Davis.*—*Walter B. Ford.*—*Ransom G. George.*—*Julian H. Harris.*—*L. S. Trowbridge Jr.*

Em virtude do que os incorporadores nomeados no dito contracto e que firmaram o mesmo, e seus successores e cessionarios ficam, conforme aqui se declara, constituindo desde esta data até 19 de março de 1959 uma corporação com o nome e para os fins declarados no referido contracto.

Passado e por mim assignado e sellado com o Grande Sello do dito Estado na Cidade de Charleston, neste dia 25 de março de 1909.—*Stuart F. Reed*, Secretario de Estado.

Estava o Grande Sello do Estado de West Virginia, (Certificado passado em virtude da Parte 906 do «Revised Statutes» dos Estados Unidos).

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA—ESTADO DE WEST VIRGINIA—SECRETARIA DE ESTADO.

Eu, Stuart F. Reed, secretario de Estado do Estado de West Virginia, sendo o funcionario que, em virtude da constituição e das leis do alludido Estado, está autorizado a emitir certificados de incorporação de todas as companhias incorporadas de accordo com as leis do mesmo, e sendo o funcionario autorizado a emitir certificados de mudanças e emendas feitas nesses certificados de incorporação, e sendo o funcionario que guarda todos os registros e archivos relativos á creação dessas companhias incorporadas e das modificações e emendas feitas nos referidos certificados de incorporação, inclusive as procurações dessas companhias incorporadas, nomeando um agente residente ou procurador no referido Estado, e tambem os relatorios dessas companhias incorporadas, e sendo o funcionario autorizado a authenticar exemplares dos mesmos, certifico pelo presente que o instrumento supra aqui junto é uma cópia cuidadosamente conferida por mim do registro original actualmente sob a minha guarda official na qualidade de secretario de Estado e que é cópia fiel e correcta do cert ficado de incorporação da *Interurban Telephone Company of Brazil*, datada aos 25 dias do março de 1909 e archivada nos registros de corporações no meu alludido cartorio; e que o dito exemplar se acha na devida forma e foi feito por mim como o funcionario competente e é merecedor de inteira fé e credito em juizo e fóra delle nos Estados Unidos.

Em testemunho do que assignei o presente que seltei com o Grande Sello do Estado de West Virginia, na Capital na cidade do Charleston neste 30 de setembro de 1909.—*Stuart F. Reed*, secretario de Estado.

Estava o Grande Sello do Estado de West Virginia.

N. 1.698 — ESTADOS UNIDOS DA AMERICA — SECRETARIA DE ESTADO

A. to los que a presente virem, saudações.

Certifico que o documento aqui junto está sellado com o sello do Estado de West Virginia e que este sello é merecedor de inteira fé e credito.

Em testemunho do que, eu, P. C. Knox, secretario de Estado, mandei affixar ao presente o sello da Secretaria de Estado e firmar o meu nome pelo chefe de secção de «Citizenship» da referida Secretaria, na cidade de Washington aos 11 de outubro de 1909.—*P. C. Knox*, secretario de Estado, por *R. W. Flournoy Jr.*, chefe da secção «Citizenship».

Estava o sello da Secretaria do Estado da Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

A assignatura do Sr. W. Flournoy Jr. estava devidamente legalizada na cidade de Nova York, no consulado do Brazil aos 14 de outubro de 1909. Assignava o certificado o consul geral José Joaquim Gomes dos Santos.

A assignatura do Sr. José Joaquim Gomes dos Santos estava devidamente legalizada na Secretaria das Relações Exteriores em data de 10 de janeiro de 1910.

Colladas e devidamente inutilizadas na Recebedoria do Rio de Janeiro estampilhas federaes valendo collectivamente \$2100.

Nada mais continha o referido documento que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que prassei o presente que seltei com o sello do meu officio e assigno nesta cidade do Rio de Janeiro aos 10 dias de janeiro de 1910.—*Manoel de Mattos Fonseca*.

ESTATUTOS

Eu, abaixo assignado, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, por nomeação da Meritissima Junta Commercial da Capital Federal.

Certifico pelo presente que me foi apresentado um documento escripto em idioma inglez a fim de o traduzir para o vernaculo os

pontos nelle indicados, o que assim cumpri em razão do meu officio e cuja traducção é a seguinte:

TRADUCÇÃO

DESISTENCIA DE AVISO PARA A PRIMEIRA ASSEMBLÉA DE ACCIONISTAS

Os abaixo assignados, sendo todos accionistas da *Interurban Telephone Company of Brazil*, corporação organizada na conformidade das leis do Estado de West Virginia, em virtude de carta lavrada pelo secretario de estado do referido Estado, datado de 25 do março de 1909, desejando realizar uma assemblea para organizar immediatamente a referida corporação, pelo presente desistem do aviso e da publicação do aviso da referida primeira assemblea de accionistas da mesma corporação; pelo presente consentem e resolvem realizar a primeira assemblea dos accionistas da dita corporação em seu escriptorio principal em Hammond Building n. 719, na cidade de Detroit, Wayne County (Condado de Wayne) Michigan, aos 30 de março de 1909, ás 2 horas da tarde, a fim de approvar os estatutos e tratar de qualquer outro assumpto que possa ser legalmente tratado nessa assemblea de accionistas, e obrigam-se mais a haver qualquer negocio tratado nessa assemblea por tão valido e firme e legal, com a mesma força e effeito, como se a referida assemblea houvesse sido realizada depois de feito e publicado o aviso respectivo.

Em testemunho do que firmam e sellam o presente com seus sellos respectivos.—*Julian H. Harris* (L. do sello).—*Charles B. Davis* (L. do sello).—*Walter B. Ford* (L. do sello).—*Ransom G. George* (L. do sello).—*L. S. Trowbridge, Jr.* (L. do sello).

PRIMEIRA ASSEMBLÉA DE ACCIONISTAS

A primeira assemblea de accionistas realizou-se aos 30 de março de 1909, ás 2 horas da tarde no escriptorio da companhia na cidade de Detroit, em consequencia de uma declaração escripta de desistencia de aviso a signada por todos os incorporadores, fixado a hora e lugar referidos da assemblea.

Achavam-se presentes pessoalmente todos os incorporadores da companhia.

Por proposta, foi eleito presidente o Sr. George e nomeado secretario da assemblea o Sr. Trowbridge.

O presidente declarou que o accordo da incorporação da companhia foi archivado no escriptorio do secretario de Estado de West Virginia aos 25 de março de 1909.

O secretario apresentou o seu a declaração de desistencia de aviso da assemblea.

Por machão do Sr. Davis, devidamente secundada, foram lidos os seguintes estatutos, artigo por artigo, e unanimemente approvados:

ESTATUTOS

ART. I — ACCIONISTAS

Parte 1. As assembleas de accionistas realizar-se-hão no escriptorio principal da companhia.

Parte 2. Os accionistas terão direito de votar nas assembleas, pessoalmente ou por procurador nomeado por instrumento escripto assignado pelo accionista ou por seu mandatario devidamente autorizado, e terão direito a um voto por acção do capital accões que figurar em seu nome nos livros da companhia.

Parte 3. Qualquer numero de accionistas possuindo, em conjunto, a maioria das accões emitidas e em circulação, presentes pessoalmente ou por procuração, constituirão *quorum* e o voto da maioria de qualquer *quorum* será sufficiente para votar e approvar qualquer medida. Si não houver *quorum* presente, os presentes ou representados por procuração poderão adiar a assemblea para tempo opportuno até haver *quorum* presente, e nessa assemblea adiada poder-se-ha tratar de qualquer negocio que poderia haver sido submettido á assemblea originariamente convocada.

Parte 4. A assemblea annual para eleger a directoria e tratar de negocios em geral realizar-se-ha no escriptorio principal da companhia no dia 1 de abril de cada anno, ás 10 horas da manhã; o aviso dessa assemblea deverá ser remettido pelo secretario da companhia, 60 dias, no minimo, antes da data da realização da dita assemblea, a cada accionista. Será permitido o voto cumulativo na eleição de directores.

Parte 5. As assembleas especiaes poderão ser convocadas em qualquer occasião, pelo presidente ou pela maioria da directoria, ou a requerimento escripto de accionistas representando conjuntamente 25 % do capital accões da companhia; para essas assembleas será dado aviso do mesmo modo que para as assembleas regulares; este aviso deverá declarar, além disso, o assumpto de que se pretende tratar nessas assembleas, e não será submettido a essas assembleas assumpto algum que não estiver especificado no vis o.

ART. II — DIRECTORIA

Parte 1. Os directores serão em numero de cinco; cada um delles deverá ser accionista da companhia e poderá residir em quaquer Estado ou paiz estrangeiro.

Parte 2. Os directores na sua primeira assembléa elegerão dentre si um presidente e um vice-presidente, e elegerão igualmente um thesoureiro e um secretario; estes ultimos cargos poderão ser exercidos pela mesma pessoa. Todos os funcionarios exercerão seus cargos até serem eleitos e qualificados os seus successores.

Parte 3. As assembléas regulares e especiaes da directoria poder-se-hão realizar no escriptorio principal da companhia, ou nas epochas e logares que a maioria da directoria determinar. A maioria da directoria constituirá *quorum* para tratar de negocios e qualquer acto dessa maioria, mesmo em assembléa que não for regularmente convocada, e o respectivo registro escripto feito por accordo entre todos os outros directores, serão tão validos como si houvessem sido votados pela directoria em assembléa regular.

Parte 4. Os directores poderão elaborar regulamentos para a gestão dos negocios da companhia, poderão comprar e adquirir para a companhia bens, direitos e privilegios relativos a esses negocios; poderão tomar emprestado dinheiro e fazer emitir notas e titulos, e com o consentimento dos accionistas poderão emitir titulos garantidos por hypotheca sobre os bens da companhia, e poderão fazer tudo quanto preciso for para realizar tais operações; poderão destituir qualquer funcionario, com fundamento para isso, e poderão nomear e destituir ou suspender os empregados subalternos, agentes e *em rezados que julgarem necessario* e determinar suas attribuições e ordenallos; poderão delegar qualquer dos seus poderes a uma commissão executiva escolhida do seu proprio seio, e determinar os deveres, direitos e facultades dessa commissão.

Os directores terão a inteira gerencia dos negocios e bens da companhia, e salvo quaquer restricção imposta por lei ou pelos presentes estatutos, poderão exercer todos os poderes da corporação.

Parte 5. Nenhum director votará sobre qualquer assumpto em que estiver interessado a não ser como accionista (excepto na eleição de funcionario) nem comparecerá á assembléa em que esse assumpto houver de ser tratado.

ART. III — FUNCIONARIOS

Parte 1. *Presidente*. — O presidente dirigirá os trabalhos das assembléas de accionistas e da directoria; assignará a todos os certificados de titulos e exercerá outras quaesquer funcções que lhe forem attribuidas opportunamente pela directoria.

Parte 2. *Vice-Presidente*. — Na ausencia do presidente ou quando estiver impedido por qualquer motivo, o vice-presidente exercerá as funcções do presidente, e terá os outros encargos e attribuições que lhe attribuir a directoria.

Parte 3. *Secretario*. — O secretario dará aviso das assembléas exigidas por lei, ou pelos presentes estatutos, e registrará todos os actos desta corporação e dos seus accionistas e directores em livros escripturados para tal fim, e exercerá as outras attribuições que lhe determinarem os directores.

Parte 4. *Thesoureiro*. — O thesoureiro terá sob sua guarda todos os fundos e obrigações da companhia, e fará toda a escripturação, mostrando todos os dinheiros recebidos e gastos, e elaborará um relatório minucioso da situação financeira da companhia para ser submettido á assembléa annual de accionistas, e em qualquer occasião em que o exigirem os accionistas ou os directores, e exercerá as outras attribuições que lhe impuzerem os directores.

Parte 5. Qualquer funcionario ou director poderá resignar o seu cargo em qualquer tempo; essa renuncia será feita por escripto, e não será preciso que seja aceita para ser considerada efectiva.

Parte 6. Ciso haja vagas em qualquer dos cargos da companhia, a directoria poderá preencher-as até a proxima assembléa annual de accionistas.

ART. IV — CAPITAL ACÇÕES E DIVIDENDOS

Parte 1. O presidente mandará emitir para cada accionista um ou mais certificados sellados com o sello da corporação, firmados pelo presidente ou pelo vice-presidente e pelo secretario, certificando o numero de acções que possui cada accionista. No caso de perda ou destruição desse certificado, os directores poderão determinar as condições em que poderá ser emitido um novo, e poderão exigir uma fiança para indemnizar a corporação de qualquer prejuizo resultante da emissão desse novo certificado.

Parte 2. As acções do capital acções serão transferiveis somente nos livros da companhia pelos seus respectivos possuidores em pessoa ou por seus mandatarios ou representantes legaes devidamente autorizados; neste acto o certificado velho será entregue

á pessoa encarregada dos livros de transferencia, que o inutilizará e emitirá outro certificado novo.

Parte 3. *Dividendos*. — Os directores, a seu criterio, poderão declarar dividendos dos saldos ou dos lucros liquidos resultantes dos negocios da companhia.

ART. V — DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Parte 1. O anno fiscal da Companhia será o anno solar.

Parte 2. Sempre que for necessario dar aviso, esse aviso será considerado bastante, si for feito por carta endereçada ao ultimo endereço conhecido da pessoa, e será considerado dado no dia em que for lançado ao correio. O aviso de assembléas de accionistas poderá ser dispensado, si a cada accionista comparecer pessoalmente ou por procuração, ou si declarar, por escripto, desistir desse aviso. O aviso das assembléas da directoria poderá igualmente ser dispensado, por declaração escripta, feita por qualquer director.

Parte 3. Os livros de transferencia serão encerrados 60 dias antes da assembléa annual ou antes do dia marcado para pagamento de qualquer dividendo.

ART. VI — EMENDAS

Os presentes estatutos poderão ser emendados somente pelos accionistas da companhia em assembléa annual, ou em qualquer assembléa especial devidamente convocada para tal fim.

No final do documento do qual traduzi os topicos supra, liam-se as seguintes declarações, que transcrevo, por serem extractas para legalização do mesmo documento e para o presente extracto:

Estado de Michigan—Condado de Wayne, ss.

Neste dia 30 de setembro de 1909, anno do Senhor, perante mim, compareceram Ranson G. George e L. S. Trowbridge Jr., presidente e secretario, respectivamente, da *Interurban Telephone Company of Brazil*, e por mim interrogados certificaram cada um de per si, que a presente é cópia fiel das actas da primeira assembléa dos accionistas e da primeira reunião da directoria da referida corporação; certificaram mais que mais de 10% do capital a que da referida corporação foi realizado. — *Ranson G. George*, presidente. — *L. S. Trowbridge Jr.*, secretario.

Assignado e jurado na minha presença neste dia 30 de setembro de 1909, anno do Senhor. — *J. Harold Murphy*.

Tabellião publico, Condado de Wayne, Michigan.

Meu mandato expira em 20 de janeiro de 1912 — Chancella do alludido tabellião.

RECONHECIMENTO DE ACTO NOTARIAL

N. 3.202—Estado de Michigan—Condado de Wayne, ss.

Eu, Thos F. Fanell, escrivão interino do Tribunal Regional (Circuit Court) do Condado de Wayne, que é tribunal do registro, com selo, pelo presente certificado que J. Harold Murphy, cujo nome firmo o certificado de prova ou reconhecimento do instrumento anexo, ora, a receber essa prova ou reconhecimento, tabellião publico do referido condado, devidamente comissionado e qualificado e devidamente autorizado a o fazer. Certifico mais que conheço bem a letra desse tabellião publico e firmamento acralito que a assignatura do referido certificado ou prova de reconhecimento é authentica. Certifico ainda que o referido instrumento está passado e legalizado de accordo com as leis do Estado.

Em testemunho do que firmei o presente que selo com o selo dos referidos Condado e Corte neste dia 2 do outubro de 1909, anno do Senhor. — *Thos F. Fanell*, escrivão. — *Frank Patton*, escrivão interino.

Estava a referida chancella.

ESTADO DE MICHIGAN — SECRETARIA DE ESTADO

Eu, Frederick C. Martindale, secretario de Estado do Estado de Michigan e guarda do Grande Sello do Estado, pelo presente certificado que Frank H. Patton, cujo certificado official consta do instrumento junto ora na data em que o fez, escrivão interino da «Circuit Court» do Condado de Wayne, no dito Estado, devidamente no nado e qualificado, e autorizado pelas leis deste Estado a passar taes certificados; que a todos os seus actos officiaes nessa qualidade de escrivão interino inteira fé e acralito devem ser dispensados em juizo e fóra delle; que o alludido instrumento foi lavrado e passado na conformidade das leis deste Estado, e que o referido certificado está na devida forma e foi passado pelo funcionario competente cuja assignatura no mesmo certificado creio ser authentica.

Em testemunho do que, selo o presente com o Grande Sello do Estado e firmei em Lansing aos 4 de outubro de 1909, — *Frederick C. Martindale*, secretario de Estado.

Estava o Grande Sello do Estado de Michigan.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA — SECRETARIA DE ESTADO

A todos que a presente virem, saudações.

Certifico que o documento aqui annexado, sellado com o sello do Estado de Michigan, e que esse sello é merecedor de inteira fé e credito.

Em testemunho do que, eu, P. C. Knox, secretario de Estado, mandei affixar ao presente o sello da Secretaria de Estado e firmar o meu nome pelo chefe da secção de «Citizenship» da referida Secretaria, na cidade de Washington, aos 11 dias de outubro de 1909. — P. C. Knox, secretario de Estado.

Por: R. W. Flournoy Jr, chefe da secção de «Citizenship».

Estava o sello da Secretaria de Estado da Republica dos Estados Unidos da America do Norte.

A assignatura do Sr. R. W. Flournoy Jr. estava devidamente legalizada na cidade de Nova York, no Consulado Geral do Brazil, aos 14 de outubro de 1909. — José Joaquim Gomes dos Santos, consui geral.

A assignatura do Sr. José Joaquim Gomes dos Santos, estava legalizada em data de 10 de janeiro de 1910 na Secretaria das Relações Exteriores da Capital Federal.

Colladas e inutilizadas na Recebedoria do Rio de Janeiro, estampilhas federaes no valor collectivo de 11\$100.

Nada mais continha o referido documento que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei o presente que sellei com o sello do meu officio e assigno nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 10 de janeiro de 1910. — Manoel de Mattos Fonseca.

DECRETO N. 7.915 — DE 24 DE MARÇO DE 1910

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$ para a terminação do edificio do Club Militar

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 53, § 2º, da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1908, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 70, § 5º, do decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$ destinado á terminação do edificio do Club Militar, na Avenida Central.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Leopo de d. Bulhões.

DECRETO N. 7.914—DE 24 DE MARÇO DE 1910

Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1:852\$ para indemnizar a Sociedade de Tiro Petropolitano do valor da metade das despesas feitas com a construção de suas linhas de tiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do disposto no art. 2º, § 2º, n. 2, alinea c do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:852\$ para indemnizar a Sociedade de Tiro Petropolitano, em vista do disposto no art. 6º do decreto legislativo n. 2.067, de 7 de janeiro de 1909, do valor da metade das despesas feitas com a construção de suas linhas de tiro.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

J. B. Dormann.

DECRETO N. 7.918 — DE 24 MARÇO DE 1910

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 969:554\$018, para dar execução ao decreto n. 7.862, de 9 de fevereiro proximo passado, que reorganizou o Museu Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe foi conferida pelo art. 5º da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1903, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 70, § 5º, do respectivo regulamento, resolve abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 969:554\$018, para dar execução ao decreto n. 7.862, de 9 de fevereiro proximo passado, que reorganizou o Museu Nacional.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1910, 86º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decreto de 24 do corrente foi graduado no posto de capitão da Força Policial do Districto Federal, o tenente da mesma corporação Julio de Carvalho Borges e no de tenente, o alferes Izidro Gomes de Sá.

— Por acto da mesma data, foram promovidos na Guarda Nacional do Districto Federal:

1º batalhão de Infantaria

Estado maior — Major fiscal, o capitão Francisco Lucas dos Santos;

Capitão ajudante, o tenente José Pinto;

Tenente quartel-mestre, o alferes Francisco José de Sá.

1ª companhia — Tenente, o alferes Benvenuto Francisco Pereira;

Alferes, o sargento-ajudante Agostinho Fraga e o sargento Salvador Santos.

2ª companhia — Tenente, o alferes Antonio Alves Sampaio;

Alferes, o sargento Joaquim da Cruz Vieira.

3ª companhia — Alferes, o sargento Vicente de Campos.

4ª companhia — Alferes, o sargento Salvador Magdalena.

4º batalhão de infantaria

2ª companhia — Alferes, Roque Carlos.

2º regimento de cavallaria

Alferes, o sargento Augusto Ferreira de Carvalho.

— Por decreto da mesma data, foi mandado aggregar como fiscal, no 7º batalhão de infantaria da Guarda Nacional nesta capital, o major aggregado ao estado-maior do respectivo commando superior, Cicero Heredia.

— Ainda por decreto de igual data, foram transferidos por conveniencia do serviço, como aggregados, para o 1º regimento de artilharia de campanha da mesma milicia nesta Capital, o 1º tenente secretario Carlos Musso e o 1º tenente da 3ª bateria, Antonio Gonçalves Ferreira, ambos do 1º batalhão de artilharia de posição.

— Por decreto da mesma data, foi designado o 15º batalhão de infantaria e o 2º regimento de cavallaria da Guarda Nacional nesta Capital, para a elles ficarem aggregados os seguintes officiaes:

Ao 15º batalhão — capitão Augusto do Espirito Santo Fontenelle, tenente Caetano Marques Cancell e alferes Antonio dos Santos;

Ao 2º regimento, o tenente Joaquim Ferreira Moraes.

— Por outro de igual data, foram mandados aggregar ao respectivo estado maior os capitães assistentes Fortunato Pereira de Mello e Bento de Campos Mello e o capitão ajudante de ordens Bernardino José Teixeira, todos da 1ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional nesta Capital.

— Por outro decreto da mesma data, foi declarado, sem effeito o de 14 de maio do anno passado, na parte em que nomeou o alferes Durval Gonçalves da Costa para o posto de capitão-ajudante do 225º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da comarca da capital do Estado da Bahia, visto não ter accedido a nomeação.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 10 do corrente:

Foram promovidos:

No Corpo de Saude — A capitães medicos os 1ºs tenentes medicos Drs. José Antonio Cajazeira e Francisco Alves Castilho, com antiguidade de 20 de janeiro ultimo, e a capitão pharmaceutico o capitão pharmaceutico graduado Joaquim Rodrigues Guimarães;

Na arma de artilharia — A 2ºs tenentes os aspirantes a official Persilio de Bittencourt Ferraz, Carlos Germack Possolo, Maximiliano Fernandes da Silva, Francisco Antonio de Barros Bittencourt, Casildo Krebs, Dalmo Ribeiro de Rezende, José Guimarães Jobim, Alzir Mendes Rodrigues Lima, José Maria e José Felício Rodrigues Lima;

Na arma de cavallaria — A coronel, por merecimento, o tenente-coronel José Maria Ferreira; a tenente-coronel, por antiguidade, o major do extinto Corpo de Estado-Maior José Joaquim Firmino e a capitão, por antiguidade, o 1º tenente Clementino Velasco Molina;

Na arma de infantaria — A major, por merecimento, o capitão Diogo de Figueiredo Moreira; a capitães, por antiguidade, o capitão graduado Absalão Henrique Mendes Ribeiro, e 1ºs tenentes Salvador de Aguiar Catali e Felipe Symphonio Bezerra e a 1ºs tenentes, por antiguidade, os 2ºs tenentes João Florencio da Costa, Hermes Borges de Andrade e Manuel Umbelino de Brito Guerra;

Foi graduado no posto de capitão pharmaceutico do Corpo de Saude do Exercito e 1º tenente pharmaceutico Socrates Zenobio Pinheiro.

— Por outras de 24 do corrente :

Foram promovidos :

No corpo de saúde — A tenente-coronel medico, por antiguidade, o tenente-coronel medico, graduado, Dr. Everaldino Cicero de Miranda ;

Na arma de cavallaria — A capitão, por estudos, o 1º tenente Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu, com antiguidade de 27 de janeiro ultimo ; a 1º tenente, por estudos, o 2º tenente Leandro Accioly Cavalcanti de Albuquerque, com antiguidade de 27 de janeiro ultimo ; a 1º tenente, por antiguidade, os 2º tenentes Antonio Candido Ortiz e José Meira de Vasconcellos, por estudos, e a 2º tenente, os aspirantes a official Luiz Delmont e José Silvestre do Mello ;

Na arma de infantaria — A capitães, por estudos, os 1º tenentes Trajano Ferraz Moreira e Manoel Joaquim de Saut'Anna ; a 1º tenentes, por estudos, os 2º tenentes Fernando Coelho da Silva, com antiguidade de 27 de janeiro ultimo ; Francisco José de Mello, Carlos Trompowsky Taulois, Carlos Silveira Eiras e Mario Galvão, e por antiguidade, o 2º tenente Innocencio Carolino Sayão de Carvalho ; a 2º tenentes, os aspirantes a official Cedar Marques da Silva, com antiguidade de 27 de janeiro ultimo ; Fernando Lopes da Costa, Faustino Candido Gomes e Felisberto Antonio Fernandes Leat.

— Mandaram-se incluir nos quadros ordinarios do corpo e armas abaixo mencionados os seguintes officiaes que se achavam aggregados por excederem dos mesmos :

Corpo de saúde — Major medico Dr. Brenno Brantio Muniz ;

Arma de cavallaria — Major Francisco Lourenço de Souza Rego, 2º tenentes Carlos Antunes Dourado, Oswaldo Villa Bella e Silva, Nilo Riboiro de Oliveira Val e Joaquim Ferreira de Mello ;

Arma de infantaria — 2º tenentes Paulo Neves de Moraes Gomide, Germiliano Augusto de Oliveira, Enoch de Lima, Jonathas Sathaniel Dias da Rocha, José de Lourdes Guimarães Padilha e Alberto Duarte de Mendonça.

— Foram transferidos :

Na arma de artilharia — Da 7ª bateria do 6º grupo do 2º regimento, para a 8ª bateria do 12º grupo do 4º o capitão João Manoel de Araujo e da 8ª bateria do 12º grupo deste regimento para a 7ª bateria do 6º grupo o capitão João Dionysio da Silva Pereira ; da 1ª bateria do 1º regimento para a 6ª bateria do 2º daquello regimento o capitão Armando de Oliveira e desta bateria e regimento o capitão João Soter da Silveira ; da 5ª bateria do 11º grupo do 4º regimento para a 3ª bateria do 18º grupo o capitão Augusto da Silva e Sá e desta bateria e grupo para a 9ª bateria do 9º grupo do 3º regimento o capitão João Baptista Martins Pereira ;

Na arma de cavallaria — Do 3º esquadrão do 11º regimento para o 3º esquadrão do 9º o capitão Angelino Cimaço de Carvalho e do 3º esquadrão deste regimento para o 3º esquadrão daquello o capitão Virgilio Laudelino de Noronha ;

Na arma de infantaria — o 16º batalhão do 6º regimento para o 5º batalhão de caçadores o major Pamphilo Gurruti Pessoa e deste batalhão para aquelle o major Manuel Ignacio Domingues ;

Foi classificado no 5º regimento de infantaria o coronel Manuel Gomes Carneiro ;

Mandou-se reverter ao quadro ordinario da arma de cavallaria o major Francisco Lourenço de Souza Rego, sendo classificado no 6º regimento ; e aggregar ao quadro ordinario da arma de infantaria o coronel Antonio Sebastião Bazilio Pyrrho, visto exceder do dito quadro.

— Concedeu-se reforma, de accordo com o § 3º do plano que baixou com o decreto de

11 de dezembro de 1815, com a metade do soldo, ao 2º sargento artifice do 6º regimento de cavallaria Eugenio José Antonio da Silva e ao cabo de esquadra ferrador aggregado ao 10º regimento da mesma arma Pedro Alexandre dos Santos, visto contarem mais de 20 annos de serviço e haverem sido em inspecções de saude julgados soffrer de molestias incuraveis que os tornam incapazes de nelle continuar.

— Por decreto de 25 deste mez declarou-se sem effeito, em vista da resolução de 16 de dezembro de 1909, tomada sobre consulta do Supremo Tribunal Militar, de 29 de novembro do anno findo, o decreto de 13 de janeiro ultimo que reformou, por ter attingido a idade para a reforma compulsoria, o 1º tenente José Luiz de Souza Pires, do 7º regimento de cavallaria, e foi este official promovido a capitão, com antiguidade de 26 de agosto daquello anno, em que lhe tocava essa promoção, se não fôra a occupação provisoria de vaga nas armas por officiaes do extinto Corpo de Estado Maior do Exercito.

Rectifica-se a publicação feita no *Diario Official* de 13 do corrente, do decreto de 10 do mesmo mez, da inclusão no quadro effectivo do corpo de saude do Exercito, do pharmaceutico adjunto Arthur Paes de Azevedo Sá, e não Altino Paes de Azevedo Sá, como foi publicado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, usando da autorização que lhe confere o art. 48 n. 6, d. Constituição, perdoo aos sentenciados militares constantes da relação que a este acompanha, assignada pelo general de divisão José Bernardino Bormann, ministro de Estado dos Negocios da Guerra, o resto do tempo que lhes falta para cumprirem as penas a que foram condemnados por sentenças do Supremo Tribunal Militar.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

J. B. Bormann.

RELAÇÃO DOS SENTENCIADOS MILITARES PERDIDOS POR DECRETO DESTA DATA Á QUAL SE REFERE O MESMO DECRETO

Soldado Francisco Casemiro de Oliveira, condemnado por sentença do conselho de guerra, confirmada pelo Supremo Tribunal Militar, a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Soldado André Muniz, condemnado por sentença do Supremo Tribunal Militar a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Soldado Firmiano Francisco de Oliveira, condemnado por sentença do conselho de guerra, confirmada pelo Supremo Tribunal Militar, a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Soldado José Antonio de Aquino, condemnado por sentença do Supremo Tribunal Militar a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Soldado José Gomes da Silva, condemnado por sentença do conselho de guerra, confirmada pelo Supremo Tribunal Militar, a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Soldado José Raymundo dos Santos, condemnado por sentença do conselho de guerra, confirmada pelo Supremo Tribunal Militar, a tres annos e tres mezes de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Soldado Manoel Pereira de Oliveira, condemnado por sentença do Supremo Tribunal Militar a quatro annos, sete mezes e 15 dias de prisão com trabalho, por crime de deserção.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1910. — J. B. Bormann.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expellente de 26 de março de 1910

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Autorizou-se o general commandante da Força Policial a conceder baixa do serviço, nos termos do art. 183 do regulamento vigente, ao soldado Felix da Paixão o Souza.

Concederam-se as seguintes licenças, para tratamento de saude :

De 60 dias, ao alferes da Força Policial Gilberto da Silva Reis ;

De 20 dias, ao alferes da mesma corporação, Antonio José da Costa ;

De 30 dias ao cabo de esquadra Mario Marinho Coelho.

— Remetteram-se :

Ao juiz de direito da 1ª Vara Criminal, afim de ser informado e instruído, o requerimento em que Camillo Lima pede perdão do resto da pena de tres annos e meio de prisão a que foi condemnado, como incurso no art. 330 do Código Penal, combinado com o art. 66 do mesmo código ;

Ao juiz da 13ª pretoria, para a devida execução, cópia do decreto de 24 do corrente mez, indultando ao réo Paulino Estanislau Ferreira do resto da pena de um anno de prisão cellular, grão maximo do art. 303 do Código Penal, a que foi condemnado por sentença do mesmo juizo, pelo crime de offensas physicas leves.

— Transmittiram-se.

Ao governador do Estado do Rio Grande do Norte, o termo de obito lavrado a bordo do vapor nacional *Itucumon*, referente ao passageiro Pedro Felix Cardoso, natural do mesmo Estado ;

Ao do Estado do Piahy, o termo de obito, lavrado a bordo do mesmo vapor, concernente ao passageiro Domingos José da Trindade, natural do dito Estado.

Requerimentos despachados

Alfredo Henrique Baptista Soares, escrivão federal na secção da Bahia — Dirija-se por intermedio do respectivo juiz.

Manoel Francisco de Miranda, musico da Força Policial. — Indeferido, á vista dos termos expressos no art. 360 do regulamento.

João de Campos — Compareça nesta directoria.

Alfredo Gollophim Ban-eira e outros. — Sellem a petição.

Expellente de 25 de março de 1910

DIRECTORIA DA CONTABILIDADE

Solicitaram-se do Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos no Thesouro Nacional :

De 1.000\$, ajuda de custo, relativa á 2ª sessão da 7ª legislatura, a que tem direito o deputado pelo Estado da Bahia, Pedro Francisco Rodrigues do Lago ;

De 12:5 58954, fornecimentos feitos ás Colonias de Alienados, em fevereiro findo ;

De 139\$320, fornecimentos feitos em fevereiro findo, ao Lazareto da Ilha Grande ;

De 6 \$, livros fornecidos, no corrente anno, ao Archivo Publico Nacional ;

De 119\$050, fornecimentos feitos, no anno findo, á Casa de Detenção, para o Deposito de Menores;

De 2:332\$035, fornecimentos feitos, em fevereiro findo, ao Internato Nacional Bernardo de Vasconcellos;

De 1:000\$, aluguel, relativo a janeiro ultimo, do prédio em que funciona a Faculdade de Medicina desta Capital;

De 94\$404, fornecimentos feitos á Directoria Geral de Saude Publica, em dezembro do anno findo;

De 5:122\$800, fornecimentos feitos em janeiro findo, á Faculdade de Medicina desta Capital;

De 1:315\$724, fornecimentos feitos ao Hospital Paula Candido, em fevereiro findo.

— Transmittiram-se ao tribunal de Contas documentos justificando o emprego da quantia de 413\$, despendida por conta do adiantamento concedido ao procurador dos Feitos da Saude Publica, por aviso n. 2.268, de 22 de maio do anno findo.

Requerimento despachado

Dr. Dario Callado, pediu pagamento da quantia de 900\$000. — A despeza será relacionada opportunamente em exercicios findos.

—

Additamento ao expediente de 23 de março de 1910

Solicitou-se pagamento das quantias:

De 2:190\$, importância dos alugueis, relativos a fevereiro findo, dos prédios occupados pelas Delegacias da Saude Publica;

De 2:263\$536, fornecimentos feitos á Bibliotheca Nacional, nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos.

—

Expediente em 26 de março de 1910

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

—Solicitaram-se providencias:

Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil, no sentido de ser substituida por outra valida entre as estações Central e D. Clara, para uso do mesmo funcionario, a caderneta de passes de 2ª classe, n. 664, que se acha exgotada;

Ao director geral da contabilidade deste ministerio para que seja entregue, como adiantamento, ao secretario interino desta repartição, Mathews da Cruz Xavier Pragana, a importância de 5:000\$, afim de attende: ás despezas de prompto pagamento das delegacias de saude, durante o corrente exercicio.

Communicou-se ao inspector geral das Obras Publicas e ao commandante do Corpo de Bombeiros o itinerario do aparelho Clayton, durante a semana proxima, de 29 do corrente a 2 de abril vindouro.

—Remetteram-se:

Ao sub-secretario da Faculdade de Medicina, o diploma, devidamente registrado, pertencente a Orozimbo Corrêa Neto Filho;

Ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil, os laudos de exames de validez do Tanerodo Corrêa de Lemos, Laurindo Antonio da Silva, José Bancalari da Silva, Secundino Antonio de Abreu, Luiz Thomaz Dias e Sebastião Cherm da Silva Rocha;

Ao director geral dos Telegraphos, os de Luiz Pereira da Rocha e Hugo Figueiró;

Ao sub-director do trafego dos Correios, o de José Gonçalves Valença.

Requerimentos despachados

Dia 26 de março de 1910

José de Rezende Carvalho (1º districto).—

Expeça-se intimação á proprietaria.

Aracy A. Soares Fraissard (1º districto).—

o concedidos 60 dias

Companhia de Seguros U. C. dos Vaxregistas (1º districto).—São concedidos 60 dias.

Major Hamilear Nelson Machado (2º districto).—São concedidos 90 dias.

R. Alves & Comp (2º districto).—Deferido.

Domingos Luiz de Campos (2º districto).—Deferido.

Joaquim Pinto de Oliveira (3º districto).—São concedidos 30 dias.

Domingo José Gomes Brandão Junior (4º districto).—Não pôde ser attendido.

Manoel da Silva Mendes (4º districto).—Deferido, nos termos da informação.

Santa Casa de Misericordia (1º districto).—A planta é approvada, nos termos da informação.

Ventura José de Freitas e Albuquerque (4º districto).—Será attendido, nos termos da informação do Dr. delegado.

Joaquim R. Guimarães (6º districto).—Queira comparecer á seção de engenharia.

Maria da Trindade (8º districto).—Deferido.

Maria Amalia Dias (8º districto).—São concedidos 60 dias.

Maria Amalia Dias (8º districto).—São concedidos 60 dias.

Manoel Adelino Monteiro da Silva (9º districto).—São concedidos 30 dias.

Domingos José Fernandes (9º districto).—São concedidos 60 dias.

Antonio Alves do Valle.—Certifique-se.

Antonio Alves do Valle.—Certifique-se.

The Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries, Limite I.—Deferido.

Americo Carlos de Sequeira.—Não pôde ser attendido.

A. Lucas.—Não pôde ser attendido.

Antonio José Ferreira.—Queira comparecer á esta directoria.

João Passos.—Queira comparecer á esta directoria.

Ministerio da Fazenda

Por titulo de 28 do corrente, foi nomeado Affonso Leite para o lugar de escrivão da Collectoria das Rendas Federaes em Guarará, Estado de Minas Geraes.

—Por portaria da mesma data foram concedidas as seguintes licenças para tratamento de saude onde lhes convier:

De quatro mezes, com metade da respectiva gratificação, ao escrivão do posto fiscal do Içá Brasileiro, Estado do Amazonas, João Miguel Pinto Ribeiro;

De 30 dias, com dois terços da diaria, ao operario da Imprensa Nacional Romou Lopes da Costa.

—

EXPOSIÇÃO

Sr. Presidente da Republica.—Nos inclusos officios ns. 19, 257 e 365, de 5 de fevereiro, 10 de setembro e 3 de dezembro de 1909, pediu a Caixa de Amortização os supprimentos de creditos necessarios para occorrer ao pagamento dos juros de apolices devidas a D. Amalia Augusta Ribeiro Bravo, no primeiro semestre de 1903, na importância de 390\$; a D. Maria Amalia de Oliveira Castro Gonçalves Campos, no segundo semestre de 1906, na de 1:030\$; a José Bernardino do Souza Pereira (já fallecido) no segundo semestre de 1905, na de 467\$500; a D. Elvira de Amorim Espindola, no primeiro semestre de 1908, na de 25\$; a Francisco da Silveira Borges (já fallecido) tambem no primeiro semestre de 1908, na importância de 750\$, sommando 2:632\$500 todos os supprimentos. Esses juros já haviam sido pagos indevidamente a outrem, que não os legitimos possuidores dos titulos, conforme verificou a Junta Administrativa da Cai-

xa de Amortização, cabendo a responsabilidade desses e de outros pagamentos indebitos ao ajudante de correitor Marciano Lazzaro de Azevedo e Silva. Os pagamentos a que se toz de occorrer agora deveriam ser effectuados por conta da fiança daquelle funcionario, a qual era e substituida por 5:000\$ em apolices da Divida Publica e 15:000\$ em immoveis. Mas da parte da fiança em apolices já foi applicada em pagamentos identicos a quantia de 4:655\$, só restando do producto da venda dos titulos, autorizada por este ministerio, o saldo de 430\$. Diante disso este ministerio mandou que se transferisse á Caixa de Amortização os alludidos supprimentos por conta da verba.—Despezas eventuaes.—O corrente exercicio de 1910, mas o Tribunal de Contas negou registro á despeza sob o fundamento de se tratar de duplicação de pagamento de despeza já levada a effecto pelo credito proprio, como se verifica d seu offiço n. 127, de 5 do corrente mez. Não sendo justo que se demore por mais tempo o pagamento dos juros em questão aos legitimos possuidores dos titulos, até que o thesouro disponha dos recursos que a parte restante da fiança referida ainda lhe possa proporcionar, e nao convido igualmente lançar mão de expedientes outros, por sua natureza morosos, para acudir ao pagamento de creditos privilegiados como são o de que se trata, submetto o caso á vossa consideração, nos termos do art. 177 do regulamento approved pelo decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896, por me parecer que em relação á despeza que se tem de effectuar, na importância de 2:23 \$500, deve ser adoptada a medida de que cogiti o art. 178 do mesmo regulamento.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1910.— Leopoldo de Bulhões.

DESPACHO

De accordo com as razões constantes desta exposição e usado da faculdade que me conferem os arts. 243 do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896 e 177 e 178 do regulamento approved pelo decreto n. 2.409, de 23 de dezembro seguinte, resolvo que seja registrada a despeza a que se refere a mesma exposição. Rio de Janeiro, 23 de março de 1910.— Nilo Peçanha.

Ministerio da Fazenda — N. 61 — Rio de Janeiro, 24 de março de 1910.

Sr. presidente do Tribunal de Contas — Tendo o Sr. Presidente da Republica, em attenção aos motivos da exposição que lhe foi apresentada a proposito da recusa de registro por esse Tribunal á despeza com o pagamento dos juros de que tratam os officios da Caixa de Amortização ns. 19, 237 e 355, de 5 de fevereiro, 10 de setembro e 3 de dezembro de 1909, resolvi, por despacho de 22 do corrente mez, que a mesma despeza seja effectuada e registrada, nos termos do art. 178 do regulamento approved pelo decreto 2.409, de 23 de dezembro de 1896, junto vos remetto, para os fins convenientes, os papeis referentes ao assumpto.—Leopoldo de Bulhões.

Directoria do Gabinete do Thesouro Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 28 de março de 1910

Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 378.—Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, em petição de 22 de janeiro ultimo, resolveu, por acto de

21 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula II n. 3, do decreto n. 4.337, de 1 de janeiro de 1902 e para o prazo de um anno, do material discriminado na inclusa relação, destinado á continuação de suas obras.

N. 379—Communicavos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu Fred. Figner em petição de 28 de janeiro ultimo, resolveu, por acto de 16 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2º, alinea XI, n. 12 da vigente lei orçamentaria da receita, de duas caixas, marca REO, n.º 181 e 182, contendo fogareiros a alcool, importados pelos requerentes e vindas pelo vapor allemão *Carp Verd.*

N. 380—Communicavos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requerem a *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, em petição de 21 do corrente, resolveu, por acto de dia seguinte, autorizar o despacho, livre de direitos, dos materiaes a que se refere a relação junta, destinadas aos seus serviços.

N. 381—Communicavos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requerem a *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, em petição de 18 do corrente, resolveu, por acto de 22, autorizar o despacho, livre de direitos, mediante termo de responsabilidade com o prazo de 60 dias, para preenchimento das formalidades legais, do material referido na relação junta, destinado aos serviços da requerente.

N. 382—Communicavos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas, em petição de 31 de janeiro ultimo, resolveu, por acto de 21 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula II, n. 3, do decreto n. 4.337, de 1 de fevereiro de 1902, de 2 500 rolos de arame farpado para cercas, a que se refere a inclusa relação.

N. 383—Communicavos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Camara Municipal da Cidade de Barra Mansa, por intermédio da Secretaria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em officio n. 82, de 6 de dezembro ultimo, resolveu, por acto de 19 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. XI, n. 9, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação, destinado á iluminação electrica da referida cidade, devendo, porém, excluir-se as obras de cobre estanhado, que precisam ser devidamente especificadas.

N. 384—Communicavos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou a Prefeitura Municipal de Nietheroy, em officio n. 77, de 3 do corrente mez, resolveu, por acto de 19, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do § 29 do art. 2º das Preliminares da Tarifa, do material discriminado na inclusa relação, destinado ao Hospital de S. João Baptista, para o seu gabinete electrotherapico, devendo, porém, ser excluidas a mesa de cedro e caixa envidraçada tambem de cedro, constantes da referida relação.

N. 385—Communicavos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou a Prefeitura do Districto Federal, em officio n. 43 S/B, de 3 de fevereiro proximo findo, resolveu, por acto de 21 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2º, alinea XI, n. 9, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação e destinado aos serviços de unificação e electrificação das linhas das companhias de carris; excluindo-se, porém, os 150 barris de graxa para carros motores, assignalados com a palavra não, a tinta encarnada.

N. 386—Communicavos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por acto de 24 do corrente, resolveu autorizar o despacho, livre de direitos, de uma caixa contendo livros impressos destinados ao serviço de permutações internacionaes, conforme foi solicitado pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, no officio n. 82, de 17 deste mez, que incluso vos devolvo, o qual foi encaminhado com o dessa alfandega n. 564, de 23 tambem do corrente.

N. 387—Communicavos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou a Prefeitura do Districto Federal, em officio n. 133, de 29 de janeiro ultimo, resolveu, por acto de 23 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, de sete volumes com a marca P. do R. J.—Rio, ns. 8/12—13/14, contendo obras de ferro fundido, destinados á mesma prefeitura e vindos de Nova York no vapor inglez *Byron*.

N. 388—Communicavos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou a Prefeitura do Districto Federal, em officio n. 159, de 12 de fevereiro proximo findo, resolveu, por acto de 23 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, do material a que se referem os inclusos conhecimento e factura consular, vindo do Havre no vapor inglez *Araguaya*, contido em sete volumes com a marca Prefeitura Municipal e BI, ns. 4.315/17, 7.449, 7.507 e 1/2.

—Sr. director da Recebedoria do Districto Federal :

N. 10—Communicavos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente o recurso transmitido com o officio da Collectoria Federal do Carmo e Sumidouro á extincta Directoria das Rendas, interposto por Brasil, Moraes & Comp. da decisão daquelle collectoria impondo-lhes a multa de 1:000\$, por infracção do Regulamento dos impostos do consumo, resolveu, por despacho de 12 do mez proximo findo, dar provimento ao alludido recurso.

—Sr. director da Casa da Moeda :

N. 13—Communicavos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, por despacho de 21 deste mez, resolveu approvar os modelos das novas cintas para vinhos de fructas, dos valores de \$200, \$400 e 1\$, enviados com o vosso officio n. 302, de 17 de fevereiro ultimo e autorizar-vos a mandar imprimir nesse estabelecimento as seguintes quantidades de formulas :

Tres milhes de 20 réis.

Dez milhes de 40 réis.

Dez milhes de 60 réis.

Cinco milhes de 200 réis.

Cinco milhes de 400 réis.

Seis milhes de 1\$000.

N. 14—Peço vos digneis providenciar no sentido de serem impressos nesse estabelecimento os titulos substitutivos das apolices da divida publica, extraviadas, ns. 1.451, 2.378, 2.839, 2.840, 15.228, 15.286, 15.290, 15.292, 15.530 a 15.532, 17.494 a 17.501, 17.933, 32.839, 37.630, 37.692, 40.829 e 40.830, do valor nominal de 1:000\$ cada uma, do juro annual de 6 %, do empréstimo de 1897 as quaes estão inscriptas em nome de João de Sá Pacheco.

—Sr. inspector da Caixa de Amortização:

N. 39—Remetendo-vos o incluso processo relativo ao credito de 391\$710, necessario para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Christovão Pereira Nunes, em virtude de sentença judicial, peço de accordo com o despacho do Sr. ministro de 22 do corrente, o vosso parecer a respeito.

N. 40—Affm de que se possa resolver a respeito do pedido de substituição das apolices da divida publica extraviadas ns. 20.317, 81.112 e 81.113 a 81.115 de que tratastes em officio n. 170, de 9 de junho de 1906,

reitero-vos o pedido constante dos officios da Directoria do Expediente ns. 176 e 367, de 24 de julho e 13 de dezembro de 1907.

N. 41—Remetto-vos, para os devidos effeitos, os inclusos talões das cautelas substitutivas das apolices da divida publica, extraviadas, ns. 5.393, 5.394, 5.398 a 5.400, 5.403, 5.405, 5.407, 5.408, 5.410, 5.411, 5.413, 5.415 a 5.421, 5.423 a 5.427, 5.429, 5.430 e 5.432, a que se refere o vosso officio n. 234, de 25 de agosto do anno proximo passado.

—Sr. engenheiro João Vieira Barcellos:

N. 76—De accordo com o despacho do Sr. ministro, do 22 do corrente, proferido sobre o officio n. 77 S/B, de 26 de fevereiro proximo findo, da Prefeitura do Districto Federal, no qual solicita isenção de direitos para o material encomenado pela *The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Limited*, destinado á unificação e electrificação das suas linhas de carris, remetto-vos o incluso processo affm de que certifiqueis na forma da lei, correndo quaesquer despezas por conta da interessada.

—Sr. director da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro:

N. 77—Tendo sido, entre outros, enviado ao Thesouro com o vosso officio n. 148, de 2 de fevereiro ultimo, desacompanhado de qualquer solução, o processo relativo á isenção de direitos solicitada por Proença & Gouvêa, quer por parte do Ministerio da Viação, quer por parte dessa repartição, incluso vos devolvo, de accordo com o despacho do Sr. ministro, de 11 do corrente, o alludido processo, que só por engano podia ter vindo para o Thesouro naquellas condições.

—Sr. engenheiro Miguel Detzi:

N. 78—De accordo com o despacho do Sr. ministro, de 22 do corrente, incluso vos remetto o processo referente á isenção de direitos requerida pela Companhia Industrial de Cellulose, affm de que certifiqueis, na forma da lei, sobre a natureza e applicação dos machinismos discriminados nas relações que acompanham o referido processo; correndo quaesquer despezas por conta da interessada.

—Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 52—Declaro-vos, para os devidos effeitos, em confirmação ao meu telogramma de 18 deste mez, que o Sr. ministro, por despacho da mesma data, tendo presente o processo transmitido com o vosso officio n. 2, de 5 de janeiro ultimo, resolveu autorizar-vos a mandar um funcionario da Alfandega desse Estado proceder, de accordo com a proposta que fizestes no referido officio e mediante prévia permissão da autoridade competente, ao exame que se faz preciso no cartorio do tabellião do Xapury, affm de ser apurado com exactidão, para os effeitos da cobrança executiva o base da responsabilidade criminal, o quantum do desfalque de que é accusado o ex-agente do fisco na mesma localidade Jeronymo de Moura Penido.

—Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 48—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Companhia Cessionaria das Docas do Porto desse Estado, na petição transmitida com o vosso officio n. 5, de 10 de fevereiro proximo findo, resolveu, por acto de 22 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula 31ª do decreto n. 5.550, de 6 de junho de 1905, do material discriminado na inclusa relação, a ser importado durante o corrente anno, destinado ás obras do referido porto; devendo, porém, excluir-se os artigos assignalados com a palavra não a tinta encarnada, excepto a dynamite.

N. 49—Em additamento á ordem desta directoria, n. 33, de 9 do corrente, incluso

vos remetto, por cópia, o quadro pelo qual deverá ser feito o revestimento dos agentes fiscaes a que se refere a mesma ordem.

— Sr. delegado fiscal no Ceará :

N. 33 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, tendo presente os papeis transmittidos com o vosso officio n. 167, de 27 de novembro ultimo, relativos ao concurso para provimento de empregos do Fazenda de 1ª entrança, realizado nessa Delegacia Fiscal em virtude da ordem da Directoria do Expediente, n. 2, de 7 de julho do anno proximo passado, resolveu, por despacho de 21 do corrente mez, approvar o mesmo concurso.

N. 34 — Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu José Joaquim de Almeida Filho, por intermedio da Intendencia Municipal da capital desse Estado, no officio n. 13, de 9 de fevereiro proximo findo, transmittido com o dessa delegacia, n. 44, de 21 do mesmo mez, resolveu, por acto de 18 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2º, alinea XI, n. 11, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação, destinado ao abastecimento da agua de seu uso particular.

— Sr. delegado fiscal no Espirito Santo:

N. 17 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas, em petição de 8 do janeiro ultimo, resolveu, por acto de 21 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula II, n. 3, do decreto n. 4.337, de 1 de fevereiro de 1902, do material discriminado na inclusa relação, destinado á construcção da mesma estrada, excluindo-se, porém, os artigos assignalados com a palavra «Não» a tinta encarnada.

— Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 23 — Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, tendo presente a consulta constante do vosso telegramma de 20 de fevereiro ultimo, resolveu, por despacho de 19 do corrente, que, de accordo com o disposto no art. 15 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, os officiaes reformados podem accumular o soldo de sua reforma com os vencimentos que percebam, quando no exercicio de qualquer função publica.

N. 24 — Verificando-se que a Collectoria de Santa Helena não se acha comprehendida em nenhum dos quadros de dotação das fianças das collectorias desse Estado, fianças essas approvadas por despacho do Sr. ministro de 13 de outubro de 1904 e 4 de abril de 1907, vos devolve o incluso processo transmittido com o vosso officio n. 16, de 7 de fevereiro ultimo, relativo á fiança, no valor de 200\$, prestada por João Bortholdo Ferreira, para exercer as funções de collector da referida collectoria, e recomendo-vos faças cessar o exercicio do mesmo collector, até que, em processo regular, seja prestada outra fiança, lotada, previamente, por essa delegacia e approvada pelo Sr. ministro, de accordo com as ordens em vigor.

Outrosim, declaro-vos que a ordem da extincta Directoria do Expediente que communicou o despacho de 13 de outubro de 1904, sobre approvação das fianças das collectorias desse Estado, tem o n. 93 e não 9, conforme consta da cópia do termo que acompanhou o processo ora devolvido.

— Sr. delegaço fiscal em Matto Grosso:

N. 9 — Recomendo-vos, de accordo com despacho do Sr. ministro, de 19 deste mez, e em soluçáo do assumpto de que trataes em telegramma de 23 de novembro do anno passado, relativamente aos cinco proprios nacionaes nesse Estado, que se acham occupados por funcionarios que a elles não tem direito, providencieis ao sentido de,

por intermedio do procurador fiscal dessa delegacia, serem intimados os occupantes dos referidos proprios nacionaes a deixal-os dentro do prazo de oito dias, sob pena de despejo, cumprindo-vos em seguida verificar o valor eo estado de conservaçáo de cada um dos mesmos proprios, para que se possa resolver sobre a conveniencia de sua applicaçáo a qualquer serviço federal ou de venda em hasta publica, nos termos do decreto n. 7.625, de 23 de outubro de 1909.

— Sr. delegado fiscal em Minas Geraes :

N. 24 — Declaro-vos, em resposta ao assumpto de que trata o vosso officio n. 27, de 21 de fevereiro ultimo, e de accordo com o despacho do Sr. ministro, de 19 deste mez, que as fianças dos agentes de 2ª, 3ª e 4ª classes do Correio devem ser prestadas nas delegacias fiscaes e não mais nas respectivas administrações postaes, por isso que o art. 20 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, se acha revogado pelo art. 4º do regulamento approved pelo decreto n. 7.653, de 11 de novembro de 1909.

N. 25 — Devolvendo-vos o incluso processo transmittido com o vosso officio n. 29, de 23 de fevereiro ultimo, relativo á fiança, no valor de 100\$, prestada nessa delegacia fiscal por José Belarmino Ferreira da Silva Junior, para exercer as funções de carteiro da Administraçáo dos Correios desse Estado, declaro-vos, para os devidos effectos, de accordo com o despacho do Sr. ministro, de 14 do corrente, que as fianças dos carteiros dos Correios só podem ser prestadas nas respectivas administrações, como anteriormente se praticava, conforme se depreheende do art. 452 do regulamento approved pelo decreto n. 2.653, de 11 de novembro de 1909.

— Sr. delegaço fiscal no Pará:

N. 28 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, tendo presente os papeis enviados com o vosso officio sem numero, de 2 de novembro do anno passado, relativos ao concurso para logares de 2ª entrança e de guarda-mór, realizado nessa delegacia, em virtude da autorizaçáo concedida pela ordem da extincta Directoria do Expediente, n. 500, de 3 de agosto do mesmo anno, resolveu, por despacho de 17 do corrente, approvar o mesmo concurso, com exclusáo dos dois ultimos candidatos, Oswald de Oliveira Rego e Paulilio Gil Castello Branco, por não terem sido desenvolvidas convenientemente as respectivas provas, mantida para os demais a seguinte classificaçáo dada pela commissáo fiscalizadora:

Para logares de 2ª entrança 1º logar, João da Silva Almeida e Hugo Ribeiro Carneiro;

2º logar, Luiz Ignacio Torres e Pedro Domiciano Meira;

3º logar, Luciano Toscano de Britto.

Para o logar de guarda-mór, Nisto Vicira Filho.

N. 20 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu o intendente municipal da capital desse Estado, na petição transmittida com o officio dessa delegacia n. 12, de 1 de fevereiro proximo findo, resolveu, por acto de 17 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2º, alinea XI, n. 9 da vigente lei orçamentaria da receita, de 1 000 barricas de cimento, a que se refere a inclusa relação, destinadas ás obras de melhoramento e embelezamento da referida capital.

N. 30 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Companhia Port of Pará, na petição transmittida com o officio dessa delegacia n. 20, de 23 de fevereiro proximo findo, resolveu, por acto de 22 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula XXXI, do decreto nu-

mero 5.978, de 18 de abril de 1907, do material discriminado na inclusa relação, a ser importado durante o corrente anno, necessario á execuçáo, conservaçáo e custeio das obras e serviços a cargo do requerente, excluindo-se, porém, os artigos assignalados com a palavra—não—a tinta encarnada.

— Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 18 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em aviso n. 27, de 10 do corrente mez, resolveu, por acto de 23, autorizar o despacho, livre de todos e quaesquer direitos, nos termos do § 23 do art. 2º, combinado com o art. 5º das Preliminares da Tarifa, do material discriminado na inclusa relação, *recomendado nos Estados Unidos da America do Norte e destinado á Escola de Aprendiziz: Artifices desse Estado.*

N. 19 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu a Intendencia Municipal da capital desse Estado, na petição transmittida com o officio n. 14, de 18 de janeiro proximo findo, resolveu, por acto de 17 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos do art. 2º alinea XI, n. 9, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação, destinado á construcção de um forno incinerador do lixo, devendo ser dada baixa no termo de responsabilidade assignado para o despacho dos artigos que foram despachados em virtude do telegramma de 19 e ordem n. 93, de 23 de julho do anno proximo passado, expedidos pela extincta Directoria do Expediente a essa delegacia.

— Sr. delegado fiscal no Paraná:

N. 29 — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, por despacho de 17 do corrente mez, resolveu approvar o acto pelo qual declarastes sem effecto a nomeaçáo de Alfredo Guerra para o logar de escrivão interino da Collectoria Federal de Campo Largo, nesse Estado, visto não haver o mesmo iniciado a prestaçáo da respectiva fiança, dentro do prazo que lhe foi marcado, conforme communicastes em officio n. 16 de 26 de janeiro ultimo.

— Sr. collector federal do Carno e Sumidouro:

N. 8 — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente o processo a que se refere o vosso officio n. 52, de 14 de setembro do anno passado, á extincta Directoria de Rendas, resolveu, por despacho de 12 do mez proximo findo, dar provimento ao recurso de Brazil, Moraes & Comp. e mandar reduzir ao minimo (1:000\$) a multa imposta a Adolpho Antonio da Silva, por ter ficado provada a sua responsabilidade pela infracçáo constante do auto lavrado pelo agente fiscal Visconde Liserra, em 24 de abril daquelle anno.

— Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 71 — Devolvendo-vos o incluso processo transmittido com o vosso officio n. 21, de 21 de janeiro ultimo, relativo á reforma solicitada pelo guarda da Alfandoga do Rio Grande, Mathews Marques de Lima, recomendo-vos providencieis no sentido de serem preenchidos os requisitos da circular n. 12, de 27 de abril de 1907.

N. 72 — Em resposta á consulta constante do vosso telegramma de 12 do corrente. declaro-vos, para os devidos fins, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 23 tambem do corrente, que devem ser cobrados os direitos de importaçáo sobre as 3,800 caixas importadas por Freitas Barbosa, visto tratar-se de animacs de corte, conforme informais no citado telegramma.

— Sr. delegado fiscal em Santa Catharina :

N. 25 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requerer a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, na petição transmittida com o officio dessa delegacia, n. 18, de 1 de fevereiro proximo findo, resolveu, por acto de 17 do corrente mez, autorizar o despacho livre de direitos, nos termos do art. 2º, alinea XI, n. 5, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação, a importar pelo porto de São Francisco, nesse Estado, durante o corrente anno, destinado á construção da linha de S. Francisco, excluindo-se, porém, os artigos assignaia los com a palavra não.

— Sr. delegado fiscal em S. Paulo:

N. 98 — Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, attendendo ao que requerer a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil, em petição de 19 de janeiro ultimo, resolveu, por acto de 21 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula XV, letra b, do decreto n. 6.893, de 24 do março de 1908, de 800 tubos de ferro, a que se refere a inclusa relação.

N. 99 — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, deferindo o requerimento do agente fiscal dos impostos de consumo, em commissão nesse Estado Carlos Vieira Machado, resolveu, por despacho de 22 do corrente, autorizar-vos a requisitar quatro passageiros de 1ª classe entre as estações do Norte e Central, para a familia do mesmo agente, bom assim transporte para a respectiva bagagem.

Fica, assim, confirmado meu telegramma de 26 do corrente.

N. 100 — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, attendendo ao que requerer a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil, em petição de 19 de janeiro ultimo, resolveu, por acto de 21 do corrente, autorizar o despacho, livre de direitos, nos termos da clausula XV, letra b, do decreto n. 6.893, de 24 de março de 1908, de oito caixas contendo almofadas para viagens, a que se refere a inclusa relação.

N. 101 — Remetto-vos, para os devidos fins, as inclusas portarias de 22 do corrente mez, concedendo as seguintes licenças: de 30 dias, ao 1º estripturario da Alfandega de Santos, José da Rocha Padilha, e de 90 dias ao guarda da mesma repartição Benedicto Lopes Cunha.

Directoria da Receita Publica

EXEQUENTE DO SR. DIRECTOR

Additamento ao do dia 26 de março de 1910

Sr. collector das Rendas Federaes de Itaperana:

N. 4 — Communico, em resposta ao vosso officio n. 10, de 3 de março de 1910, que a Directoria da Casa da Moeda entregou no Correio com destino á essa collectoria, conforme se vê do conhecimento junto n. 5.712, um volume, contendo a importancia de 1:100\$ em estampilhas do sello adhesivo, constantes da guia inclusa, sob n. 101, cujo recebimento accusareis a esta directoria.

Dia 28

Sr. collector das Rendas Federaes da Parahyba do Sul:

N. 6 — Transmittio a inclusa autorização do pass: n. 1.120, da The Leopold na Railway Company, Limited, afim de ser entregue ao agente-fiscal na 3ª circumscripção no Estado do Rio de Janeiro, Cicero Diniz Gonçalves.

— Sr. delegado-fiscal no Estado de Alagoas:

N. 6 — Devolve-vos os 14 relatórios que acompanharam o officio n. 10, de 9 de março

corrente, dessa delegacia, afim de ser cumprida a disposição do art. 132, § 2º do decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.

— Sr. collector das Rendas Federaes da Parahyba do Sul:

N. 7 — Transmittio-vos a inclusa autorização do pass: de 1ª classe n. 271 da Estrada de Ferro Central do Brazil afim de ser entregue ao agente fiscal na 3ª circumscripção no Estado do Rio de Janeiro, Cicero Diniz Gonçalves.

— Sr. collector das Rendas Federaes de Nova Friburgo e Sant'Anna de Japulyba:

N. 11 — Em resposta ao vosso officio n. 17, de 2 de fevereiro de 1910, communico-vos, que a Directoria da Casa da Moeda entregou no Correio com destino á essa collectoria, conforme se vê do conhecimento junto n. 3.657, um volume, contendo a importancia de 2:39\$ em estampilhas do sello adhesivo, constantes da guia inclusa sob n. 53, cujo recebimento accusareis a esta directoria.

— Sr. director do Laboratorio Nacional de Analyses:

N. 22 — A vista da duvida suggerida pela 1ª sub-directoria, junto vos transmittio os processos de Edward Ashworth & Comp. e P. S. Nicolson & Comp. de que tratam os officios da Alfandega do Rio de Janeiro, ns. 476 A e 493, de 10 e 12 de março corrente, afim de serem submettidos á nova analyse os tecidos que acompanham os mesmos processos.

— Sr. director da Imprensa Nacional:

N. 28 — Junto vos transmittio uma amostra do papel, afim de que a secção technica desse estabelecimento emitta parecer sobre a sua qualidade e applicação.

— Sr. delegado fiscal em S. Paulo:

N. 3 — Junto vos transmittio o processo referente ao pedido de restituição feito por Albino Gonçalves & Comp., de que trata o officio dessa delegacia, n. 370, de 22 de novembro de 1909, afim de procederdes na conformidade do parecer da 1ª sub-directoria.

— Sr. director da Casa da Moeda:

N. 27 — Providenciae para que a Collectoria Federal de Bom Jardim seja remetida a quantia de 1:26\$, em estampilhas do sello adhesivo, das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 10, de 24 do corrente, sendo:

50 da de	\$100.....	5\$000
50 >>	\$200.....	1 \$ 00
3.000 >>	\$300.....	900\$000
50 >>	\$40.....	20\$00
50 >>	\$500.....	2 \$000
100 >>	\$1\$000.....	190\$000
25 >>	\$2\$000.....	50\$000
10 >>	\$3\$000.....	30\$000
5 >>	\$4\$000.....	20\$000
20 >>	\$5\$10.....	100\$000
6 >>	\$10\$000.....	60\$ 00
2 >>	\$20,000.....	40\$000

N. 278 — Providenciae para que a Collectoria Federal de Siquarena seja remetida a quantia de 550\$, em estampilhas do sello adhesivo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. de 23 do corrente, sendo:

50 da de	\$100.....	5\$000
50 >>	\$2 0.....	10\$000
1.000 >>	\$30.....	300 0 0
25 >>	\$100.....	10\$000
25 >>	\$50.....	13\$0 0
51 >>	\$1.....	51\$000
25 >>	\$2.....	50 000
7 >>	\$3.....	21\$0 0
5 >>	\$4.....	2 \$ 00
6 >>	\$5.....	30\$ 00
2 >>	\$10.....	20\$000
1 >>	\$20.....	20\$000

N. 279 — Providenciae para que a Collectoria Federal em Magé seja remetida a quantia de 12:000\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 21, de 23 do corrente, sendo:

100	estampilhas de	20\$00.....	2:000\$000
100	>>	5\$ 00.....	5:0 0\$ 00
50	>>	100\$000.....	5:000\$000

N. 280 — Providenciae para que a Collectoria Federal em Barra Mansa seja remetida a quantia de 2:220\$500, em estampilhas do sello adhesivo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 34, de 22 do corrente, sendo:

60	da de	\$100.....	6\$000
30	>>	\$200.....	6\$000
4.200	>>	\$30.....	1:200\$000
15	>>	\$100.....	6\$0 0
21	>>	\$500.....	10\$5 0
379	>>	\$100.....	379\$0 0
60	>>	\$2\$00.....	120\$000
25	>>	\$3\$000.....	75\$000
17	>>	\$4\$00.....	68\$000
15	>>	\$5\$000.....	75\$000
6	>>	\$10\$000.....	60\$000
3	>>	\$1\$ 00.....	45\$ 00
3	>>	\$20\$000.....	60\$ 00
1	>>	\$50\$ 00.....	50\$000

N. 281 — Providenciae para que a Collectoria Federal na Barra do Pirahy seja remetida a quantia de 200\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 433, de 21 do corrente, sendo:

8.000 cintas de 25 réis (especiales). 200\$000

N. 282 — Providenciae para que a Collectoria Federal em Petropolis seja remetida a quantia de 60\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 65, de 21 do corrente, sendo:

2.000 cintas de 30 réis..... 60\$000

N. 283 — Providenciae para que a Collectoria Federal de Angra dos Reis seja remetida a quantia de 1:200\$, em estampilhas do sello adhesivo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 53 de 19 do corrente, sendo:

3.000	da de	\$300.....	900\$000
300	>>	\$1\$000.....	300\$0 0

N. 284 — Providenciae para que a Collectoria Federal de Paraty seja remetida a quantia de 654\$800, em estampilhas do sello adhesivo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 26 de 21 do corrente, sendo:

750	da de	\$300.....	225\$000
12	>>	\$100.....	1\$800
20	>>	\$500.....	10\$ 00
150	>>	\$1\$ 00.....	150\$000
10	>>	\$2\$000.....	20\$000
5	>>	\$3\$000.....	15\$ 00
5	>>	\$4\$ 0.....	20\$000
10	>>	\$5\$000.....	50\$0 0
5	>>	\$10\$ 00.....	50\$0 0
2	>>	\$15\$ 0 0.....	30\$000
2	>>	\$20\$ 00.....	40\$ 00
1	>>	\$50\$000.....	50\$000

Recebedoria do Districto Federal

Requerimentos despachados

Dia 26

D. Euphrasia Augustini Berrogaín.—Restitua-se a quantia de 2:178\$, mediante apresentação do conhecimento ou assignatura

do termo de responsabilidade, levando-se a despeza á —Receita a annullar— de 1909.

Dia 28

Dr. Belizario Penna.—Transfira-se.
Godofredo Silva & Comp.—Dê-se a baixa.
Maria Candida Gomes de Pinho.—Transfira-se.

Augusto de Figueiredo.—Entregue-se, mediante recibo.

Alexandre Cardozo da Fonseca.—Transfira-se.

Victorino de Souza Magalhães.—Transfira-se.

Joaquim Martins do Amaral Chaves.—Transfira-se.

Manoel Gomes Guimarães.—A' 2ª Sub-Directoria.

J. Nascimento & Comp.—Transfira-se.

Daniel da Silva Mattos.—Certifique-se.

Ignacio & Comp.—Em face do parecer, não sendo procedente a baixa requerida, nada ha que deferir, cumprindo aos peticionarios solicitar transferencia.

Zamarin & Kemp.—Em face do parecer, dê-se a baixa requerida, procedendo-se nos termos propostos.

Adriano Costa.—Transfira-se.

João Pereira dos Reis.—Estando pagos os impostos exigidos, averbe-se a mudança.

Theophilo Eugenio de Abreu.—Complete com revalidação o sello do documento de fis. 3.

Laurindo Rosa Pinto.—Pague o imposto em debito.

Domingos Manoel Martins Ferreira & Comp.—Transfira-se.

José de Oliveira Arados.—Transfira-se.

Martins de Araujo & Comp.—Transfira-se.

João Castanheira Peres.—Pague a multa de 500\$, que lhe foi imposta por despacho de 13 de outubro de 1908.

Augusto Cabaud.—Entregue-se, mediante recibo. Em face da decisão mencionada no parecer, nada ha que deferir.

Castro, Regulle & Comp.—Em face do parecer, nada ha que deferir.

Isabel Vieira da Silva.—Transfira-se.

A. Peixoto de Faria.—Averbe-se a mudança.

Grillo & Brandão.—Dê-se a baixa requerida.

Teixeira Osorio & Comp.—Paguem o debito accusado no parecer.

José Silvestre.—Transfira-se.

Representação do escripturario Tanerodo Leal sobre a divida do predio á rua D. Anna Nery n. 21.—Archive-se.

Auto n. 131

Contra Joaquim Martins Tosta, estabelecido á rua Nossa Senhora do Copacabana n. 1 H, foi lavrado auto por estar commerciando em generos sujeitos aos impostos de consumo sem registro.

Intimado, allegou o autoado que se achava registrado sob a patente n. 941 desde 9 de janeiro do anno passado.

Informa o agente fiscal que, não lhe tendo sido apresentado o registro em diversas vezes que visitou o estabelecimento, lavrou o auto.

Estando provado que o autoado estava legalmente registrado, julgo improcedente o aut.—Archive-se.

Auto n. 133

Contra Antonio de Jesus, estabelecido á rua Barão de Mesquita n. 756, foi lavrado auto por estar commerciando em calçado, sem registro.

Allega o autoado que, por ignorancia, deixou de registrar e pede o minimo da multa.

O agente fiscal informa que a infracção está reconhecida e confessada.

A' vista do exposto, julgo procedente o auto e provada a infracção para o fim de impor a Antonio de Jesus a multa de 100\$, minimo do art. 122, n. 1, lettra a, do decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.—Intime-se.

Auto n. 134

Contra Miguel da Silva Ribeiro, estabelecido á Avenida Central n. 155, foi lavrado auto por estar commerciando em fumos, bebidas e phosphoros, sem o competente registro.

Allega o autoado que antes de abrir o seu negocio, pediu o registro e, si não pagou immediatamente, foi por culpa do encarregado dos seus javeis não satisfazer logo que recebeu a intimação do agente fiscal.

Confirmando o agente fiscal as allegações e só havendo lavrado o auto por falta de esclarecimento por parte dos empregados do autoado, julgo improcedente o auto.—Archive-se.

Auto n. 22

Contra Francisco Monteiro Bentim, estabelecido a rua Barão de S. Felix n. 24, foi apresentada denuncia por estar commerciando com o fundo de capital superior a 5.000\$, sem os competentes livros.

Intimado allegou o denunciado que, estabelecido ha pouco tempo, já tinha apresentado a esta Recebedoria os livros para sellar e pago o respectivo sello, antes de conhecida a denuncia, só faltando registrar os na Junta Commercial, como prova o documento que junta.

A' vista do exposto o estando provado que o denunciado já tinha os livros sellados, julgo improcedente a denuncia.—Recorro *ex-officio* para Ex. Sr. ministro da Fazenda.

Ministerio da Marinha

Por portarias do dia 28 de março:

—Foram exonerados:

O capitão tenente Carlos Americo dos Reis, do cargo de instructor da Escola Modelo de Aprendizes Marinheiros do Estado da Bahia; O capitão tenente Torquato Diniz Junqueira, do cargo de ajudante da Directoria de Construção Naval do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

—Foi nomeado, de conformidade com o regulamento anexo ao decreto n. 6.782, de 19 de dezembro de 1907, o operario das officinas de construção naval do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Salvador da Costa Guimarães para exercer o cargo de *contra-mestre da mesma officina*.

—Foram concedidos ao engenheiro civil Bento Miranda, professor da Escola de Marinha Mercante do Estado do Pará, quatro mezes de licença, na forma da lei, para tratar de seus interesses nesta Capital.

Directoria do Expediente

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 28 de março de 1910

Sr. ministro da Fazenda:

N. 1.351—Rogo vos digneis de providenciar afim de que no Thesouro Nacional seja paga a Lage & Irmãos, á conta das respectivas verbas do orçamento em vigor, a quantia de 83.704\$, proveniente de obras executadas no cruzador-torpedeiro *Tamayo*, e de descarga e empilhamento de carvão, conforme consta das facturas annexas á inclusa nota n. 4.

N. 1.358—Rogo vos digneis de providenciar afim de que, á conta das respectivas rubricas do orçamento em vigor seja paga no Thesouro Nacional a quantia de.....

81.380\$133, proveniente de despezas com o fornecimento de diversos artigos ao Deposito Naval, nos mezes de janeiro e fevereiro, conforme consta das facturas annexas á inclusa relação n. 11

N. 1.359—Em resposta a vosso aviso n. 23, de 21 de fevereiro ultimo, solicitando informações que vos habilitem a satisfazer um pedido do consulado geral da Suecia, sobre as contribuições que ás Associações de Praticagens pagam os navios estrangeiros, nos diferentes portos, tenho a honra de transmitir-vos dous exemplares dos Reglamentos de Praticagens, para maior clareza e elucidação do assumpto.

N. 1.360—Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja concedido a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, o crédito de 159\$581, á conta da verba 28 — Eventuaes—material—do exercicio de 1909, para occorrer ao pagamento de despezas com o tratamento de praças de marinha no Hospital Militar daquelle Estado, durante o mez de novembro ultimo.

Fica na escripturação respectiva annullada a importancia do credito.

N. 1.368 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que sejam concedidos os seguintes creditos, á conta do orçamento de 1910, a saber: á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Ceará, o de 1.320\$, á conta da verba 23—Eventuaes—material—para atender ao pagamento do aluguel do predio em que funciona a respectiva Capitania do Porto; á Delegacia Fiscal no Estado do Espirito Santo, o de 1.533\$, á conta da verba 22

— Munições de bocca—para atender ao pagamento de tres rações ao pessoal da Escola de Aprendizes Marinheiros, por insufficiencia de credito distribuido e á Delegacia Fiscal no Estado do Maranhão, o de 5.110\$, á conta da mesma rubrica, por igual motivo, para atender ao pagamento de 10 rações ao pessoal dos pharões.

Na escripturação respectiva foram feitas as annullações quanto aos dous ultimos creditos.

N. 1.365 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja habilitada a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Santa Catharina com o credito de 160\$240, á conta do exercicio de 1909 e das verbas seguintes: 23 — Munições navaes—, 10\$240; 28—Eventuaes. pessoal—, 150\$, para atender a pagamentos diversos, ficando annullada na escripturação respectiva a ultima destas importancias.

N. 1.367 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja habilitada a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de S. Paulo com o credito de 907\$524, á conta da verba 22—Munições de bocca—do exercicio de 1909, para occorrer ao pagamento das contas apresentadas á mesma delegacia, por Cardoso & Saraiva.

Fica annullada, desde já, da respectiva escripturação a importancia do credito.

N. 1.359 — Rogo vos digneis de providenciar no sentido de ser habilitada a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Paraná com o credito de 1.103\$, á conta da verba 27— Fretes, passagens, pessoal, etc. — do exercicio de 1909, afim de occorrer ao pagamento das passagens solicitadas pelo capitão do porto e commandante da flotilha do Amazonas.

Da respectiva escripturação fica annullada a importancia do credito.

—Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 1.371—Devidamente rectificada, pela repartição competente, a conta n. 297, do João Reynaldo & Comp., na importancia de 137\$00, e bem assim a relação n. 19 na de 8.95\$900, de que tratastes em officio n. 22, de 9 do corrente, ora vos devolvo os referidos documentos para seu arquivamento final.

— Sr. chefe do Estado Maior da Armada : N. 1.372—Manda elogiar em ordem do dia desse estado maior o capitão-tenente Wenceslão de Albuquerque Caldas, pelo zelo, correcção e competência com que exerceu o cargo de immediato do cruzador *Tridentes*.

N. 1.373 — Manda elogiar o capitão-tenente Adalberto Nunes, pela maneira correcta e intelligente com que sempre se houve no desempenho do cargo de ajudante de ordens do inspector de engenharia naval.

N. 1.374 — Tendo exonerado do cargo de director do Hospital Central da Marinha, o capitão do mar e guerra medico Dr. Galduino Cicero de Mazarliães, em virtude de seu estado de saúde, manda elogiar-o em ordem do dia, pelo zelo e dedicação com que exerceu esse cargo.

1.380—Tenho o prazer de determinar-vos mandar elogiar em ordem do dia ao capitão de corveta Alberto do Barros Raja Gabaglia, pelo brilho, lealdade e inexcedível competência com que se houve no habil desempenho da ardua commissão de commandante do batalhão naval, concorrendo valiosamente para a modelar organização de que foi elle dotador e que não temo confronto com as similares de corpos de outras nações, tal o preparo profissional das praças, a boa ordem e rigorosa disciplina, que constituem actualmente os característicos dessa corporação militar.

N. 1.381 — Tendo deixado o cargo de commandante da Escola Modelo de Aprendizes Marinheiros desta Capital o capitão de corveta João Carlos Mourão dos Santos, tenho o prazer de determinar-vos mandar elogiar-o, em ordem do dia, pela feliz dedicação, correcção, operosidade e zelo, com que bem desempenhou as suas delicadas funções, imprimindo ao mais importante estabelecimento de ensino para a formação dos nossos marinheiros uma direcção digna de imitação.

N. 1.382 — Manda elogiar, em ordem do dia, ao capitão-tenente Heraclito Belfort Gomes de Souza, pelo modo brilhante e leal, por que exerceu as funções de 2º commandante do Batalhão Naval, em cuja organização operou eficazmente, não poupano esforços para o real preparo profissional das praças e a manutenção de rigorosa disciplina, que actualmente se notam nesse corpo.

Ministerio da Guerra

Requerimentos despachados

Adelino Soares de Oliveira. 1º tenente. — Não tendo provado serem injustas as notas em questão, in leftro sua pretensão.

Ansias Guerra de Albuquerque Diniz, 1º sargento. — Aguarde que seja attingido o numero da classificação que obteve.

Miguel de Piva. — Sello o requerimento.
Ricoud Casemir Joseph. — Indeferido em vista da informação do director do Arsenal de Guerra.

Rodolpho Lima de Vasconcellos, aspirante. — Indeferido em vista das informações.
João de Castro Pereira de Campos. — Aguarde o concurso.

Borildo Muniz & Comp. — Satisfacem as exigencias da Divisão de Saude, constantes da ultima parte do seu parecer, fazendo propostas de preços para verificar si ha vantagens, na aquisição do preparado.

Braga Carneiro & Comp. — Indeferido em vista da informação do director do Arsenal de Guerra.

Francisco João de Barros. — Junte a respectiva excusa.

Adalberto Salles da Cruz. — Indeferido em vista das informações.

Heitor Augusto Borges, 2º tenente. — Indeferido.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

Directoria Geral de Industria e Commercio

PRIMEIRA SECÇÃO

Expediente de 25 de março de 1910

Autorizou-se o director da Escola do Minas de Ouro Preto a ouvir a congregação da referida escola sobre a conveniencia ou inconveniencia de ser ella transferida para a cidade de Belo Horizonte, visto o Governo tencionar reformal-a.

Requerimentos despachados

Chiomi, Piola, Sturlino, Matarazzo & Comp., estabelecidos com fabrica de papel e adubos chimicos em Salto de Itú, na Estação da Estrada de Ferro Sorocabana, em S. Paulo, pedindo redução do frete que pagam nas Estradas de Ferro Central do Brazil e Sorocabana pelo transporte para aquella estação dos trapos escolhidos entre os residuos da ilha da Sapucaia, mediante guia de acompanhamento dos referidos trapos. — Dirigi-me ao Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Francisco Vera Cruz, fazendo ponderações no sentido de demonstrar que os explosivos «Vera Cruz» e «Patria», de sua invenção, estão no caso de merecer o privilegio que requerem. — Aguarde o resultado do exame das respectivas amostras.

O mesmo, pedindo que seja archivado o processo dos seus pedidos de privilegio de invenção para os explosivos denominados «Cruzito», «Fulminante», «Nitrite» e «Paulista» e que se lhe dê a certidão legal, para sua garantia. — Deferido.

SEGUNDA SECÇÃO

Expediente de 28 de março de 1910

Declarou-se ao director da Escola do Aprendizes Artífices de S. Paulo que os livros e objectos do expediente para os alumnos devem ser adquiridos por conta do credito votado para a escola e posto a disposição dessa directoria na Delegação do Tesouro Nacional n'esse Estado.

Requerimentos despachados

Dr. Antonio Barreto Prager e outros, propondo vender para Escola de Aprendizes Artífices da Bahia a chacara Prager de sua propriedade. — Não podem ser attendidos, porque as escolas só podem ser installadas em proprio nacional, estadual ou municipal.

Carlos Germano Kuhl, pedindo uma audiência para explicar sua idéa sobre café e outros productos brasileiros que vai levar á exposição de Buenos Ayres. — Não ha que deferir, porque está a cargo da casa Alves Lima esse trabalho.

TERCEIRA SECÇÃO

Portarias de 23 do corrente :

Foram concedidos ao secretario da Junta Commercial da Capital Federal, Dr. Fabio Nunes Leal, dous mezes de licença, em pro-rogação, para tratar de sua saúde;

Foi declarada sem effeito a portaria de 25 de fevereiro ultimo que nomeou Agenor de Carvaliva para o cargo de auxiliar-revisor da secção de publicações e bibliotheca;

Foi nomeado Armando de Mattos Corrêa para exercer o cargo de auxiliar-revisor da secção de publicações e bibliotheca.

Directoria Geral de Agricultura e Industria Animal

PRIMEIRA SECÇÃO

Expediente de 28 de março de 1910

O Sr. ministro enviou, em data de 26 do corrente, o seguinte aviso ao Sr. director do Serviço do Povoamento do Solo:

« Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Rio de Janeiro, 26 de março de 1910.

Sr. director do Serviço do Povoamento do Solo — Aos nucleos coloniaes foram dados, como designativos, ao tempo de sua installação, os nomes de eminentes contemporaneos que, no momento, occupavam, e alguns ainda occupam, altos cargos na administração publica da União ou dos Estados, e que, por força das funções inherentes a esses cargos, tiveram participação, mais ou menos activa, na tarefa, sem duvida assás meritoria, de instituir aquelles grandes centros de nossa expansão economica.

O criterio de semelhante designação, si houvesse de prevalecer, collocar-me-hia na contingencia de ter, dentro em pouco, do dar o meu assentimento a uma distribuição analogo do meu nome e dos nomes dos mais operosos colaboradores e auxiliares de minha administração pelos novos nucleos e outros estabelecimentos que provavelmente me caberá a fortuna de inaugurar.

No intuito, por isso, de prevenir uma tal eventualidade, cuja idéa basta a me causar repulsa, julgo conveniente declarar, e por forma que não soffra duvida a sinceridade com que o faço, a minha radical opposição ao preceite a que alludo e que entendo não deve subsistir, sem embargo da consideração que me merecem os que o crearam e que, estou certo, si nessa culpa incorreram, foi porque, como não raro succede, tiveram de faltar á modestia por não parecer que quizessem fazer della ostentação.

Escrupulos dessa natureza nunca me demoveram, porém, de adirmar convicções em meu espirito profundamente arraigadas, como a de que, valendo a opposição do nome de um individuo ao de qualquer instituto official, por um padrão de benemerencia, não pôde constituir função meramente administrativa a outorga do um padrão desses, tanto mais valioso quanto é o unico que ao cidadão brasileiro seja licito ambicionar e ao poder publico lícito conferir.

Com effeito, sempre me pareceu que tão excepcional distincção, a não ser reservada aos nomes dos grandes mortos e assente em irrefragavel julgamento da Historia, exigiria, para se justificar, nada menos que o pronunciamiento da Nação pelos seus órgãos competentes. Quando, porém, houvesse eu de admitir a supposta função administrativa, não seria para collocal-a ao serviço de irritante autolatrismo, que sobremodo repugna ao bom sentir republicano do nosso povo.

O principio do que a ninguem é licito fazer justiça pelas suas proprias mãos ou, o que a tanto monta, pelas de seus subordinados, parece-me sufficiente a fundamentar a condemnacão que lavro do criterio a que obedeceu a designação dos nucleos coloniaes, anteriormente creados.

No proposito de impedir que elle vinque e prolifere em exemplos os mais contraditorios ás normas puras do regimen de nossas instituições, é que, determinando a substituição dos nomes dados aos actuaes estabelecimentos agricolas, vos recomendo que façaes, para esse fim, uma proposta de outros nomes, collidos ás paginas de nossa historia ou aos lances topographicos que, porventura assignalem o local em que tem sede algum desses estabelecimentos.

Saude e fraternidade. — Rodolpho Miranda.

Requerimentos despachados

Dr. Eugenio de Souza Nunes e outros. — Sello o requerimento.

Dr. Alberto Cifka. — Sello o requerimento.

João Baptista Catta Preta. — Idem.

Dr. Manoel da Silva. — Idem.

Paul Alfredo Schlick. — Idem.

Arthur Bastos & Comp. — Idem.

Manoel Pinto de Maralhões.—Idem.
 V. Werneck & Comp.—Idem.
 Eugenio Duchemin.—Idem.
 H. Garnier.—Idem.
 Emilio Guimarães.—Completo o sello.
 Miranda & Filhos.—Idem.
 M. de Medeiros.—Idem.

TERCEIRA SECÇÃO
 (Contabilidade)

Expediente de 21 de março de 1910

Solicitando os seguintes pagamentos:
 Ao Lloyd Brasileiro, da importancia de 1:010\$125, proveniente do transporte de animaes e fornecimentos de boxes, por conta deste ministerio, no mez de dezembro proximo passado (aviso n. 562);

A Villas Boas & Comp., da quantia de 6:579\$625, proveniente do objectos do expediente fornecidos para a Secretaria da Exposição Nacional de 1908 (aviso n. 563);

A Davidson Pullen & Comp., da importancia de 864\$, proveniente de passagens concedidas a imigrantes repatriados, no mez do dezembro proximo passado (aviso n. 564);

A Meurer & Pereira, Fernandes Malmo & Comp. e ao porteiro da Junta Commercial desta Capital as quantias de 142\$530, 40\$309 e 41\$800, respectivamente, provenientes de fornecimentos feitos á referida junta e de despesas miu las effectuadas em dezembro do anno proximo passado (aviso n. 565);

A Imprensa Nacional, da importancia total de 11:402\$900, provenientes de publicações e trabalhos executados para a Directoria Geral do Serviço de Povoamento, durante o anno de 1909 (aviso n. 566);

A Companhia Nacional de Navegação Costeira e ao Lloyd Brasileiro a importancia de 3:046\$400, relativa a transportes, passagens concedidas em proveito do serviço de povoamento, nos mezes de junho e dezembro proximos passados (aviso n. 568);

A Vicente dos Santos Caneco, da importancia de 400\$, proveniente do fornecimento de um bote e accessorios para o serviço da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, no mez do dezembro proximo passado (aviso n. 569);

Ao Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, da importancia de 600\$, relativa ao aluguel, no mez de fevereiro ultimo, do pavimento terreo do predio n. 13, da Avenida Central, occupado pelo escriptorio de immigração da Directoria do Serviço de Povoamento (aviso n. 570);

A quantia de 1\$, proveniente do fornecimento feito á Directoria Geral de Estatística de um exemplar da Lei Orçamentaria para o exercicio de 1909, no mez de novembro ultimo (aviso n. 571);

A Alexandre Ribeiro & Comp. da quantia de 17\$500, proveniente de sete encadernações feitas para a Junta de Corretores, no mez do janeiro ultimo (aviso n. 573);

Ao Sr. Napoleão Duarte, como premio de animação, da quantia de 9:000\$, pelo aperfeiçoamento que conseguiu introduzir na cultura da mandioca e no preparo da farinha e outros derivados daquelle producto agricola, applicando processos e aparelhos de sua invenção (aviso n. 574);

Ao Dr. Martinho Botelho da quantia de 7:500\$000, proveniente do fornecimento de 2.500 exemplares da revista de propaganda *Brazil Magazine* feito a este ministerio no corrente mez (aviso n. 576);

Pedindo serem feitos os seguintes adiantamentos:

Ao Sr. Emilio Frensel, veterinario deste ministerio, da quantia de 2:000\$, para, no corrente exercicio, attender a despesas com o serviço de combate de epizootias, prestando opportunamente as necessarias contas (aviso n. 575);

Ao porteiro do Museu Nacional, Antonio Alves Ribeiro Catalão, da quantia de 50\$,

por conta da consignação — Conservação e limpeza do edificio, etc. — da verba XIII, do actual orçamento, para attender ás despesas miudadas e de prompto pagamento a seu cargo, durante o 1º semestre do corrente anno (aviso n. 567).

— Sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores:

Transmittindo-vos a inclusa cópia do officio da directoria da Escola de Minas de Ouro Preto, n. 1.614, de 23 de outubro do anno passado, rogo vos digneis de informar si pôde ser paga por conta da verba — Eventuaes — do orçamento desse ministerio, a gratificação que compete ao amanuense da referida escola Jayme de Aragão Gesteira, que substituiu o bibliothecario Dr. Alcides Catão da Rocha Medrado, durante o tempo em que o mesmo esteve á disposição do ministerio a vosso cargo (aviso n. 572).

Dia 22

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando os seguintes pagamentos:

Ao 1º escriptorio da Directoria Geral de Estatística, Francisco Leão Alves Barbosa, da quantia de 500\$, a titulo de gratificação por serviços extraordinarios prestados á mesma directoria, no anno passado (aviso n. 577);

Ao almoxarife da Directoria Geral de Estatística, José Paulo de Azevedo Sodré, da quantia de 2:155\$, por serviços extraordinarios prestados á mesma directoria, no anno findo (aviso n. 578).

—Sr. presidente do Tribunal de Contas:

Transmitto-vos, para o competente registro, a inclusa cópia do decreto n. 7.910, de 19 do corrente, que abre a este ministerio o credito de 836:325\$, para dar execução ao decreto n. 7.348, de 3 de fevereiro proximo passado, que reorganizou o «Jardim Botânico» (aviso n. 579).

Dia 23

—Sr. ministro da Fazenda:
 Rogo vos digneis de providenciar afim de que sejam distribuidos ás delegacias do Thesouro Nacional, nos Estados abaixo discriminados, á disposição dos delegados da Directoria Geral de Estatística, os seguintes creditos, para as despesas com os trabalhos preliminares do recenseamento a realizar-se no corrente anno:

Amazonas e S. Paulo, 35:000\$ a cada uma.....	70:000\$000
Pará, Maranhão e Goyaz, 20:000\$ a cada uma.....	60:000\$000
Piahy, Alagoas, Paraná, Santa Catharina, 12:000\$ a cada uma.....	48:000\$000
Ceará e Pernambuco, 25:000\$ a cada uma.....	50:000\$000
Rio Grande do Norte e Sergipe, 10:000\$ a cada uma..	20:000\$000
Parahyba, Espirito Santo e Matto-Grosso, 15:000\$ a cada uma.....	45:000\$000
Bahia.....	45:000\$000
Rio Grande do Sul.....	30:000\$000
Minas Geraes.....	90:000\$000

Total..... 458:000\$000

No credito de 35:000\$ destinado á Delegacia do Thesouro no Estado do Amazonas está comprehendida a quantia de 15:000\$, para ser applicada no Territorio do Acre, devendo, por este motivo, ficar á disposição do delegado da Directoria de Estatística naquello Territorio.

A despeza, na importancia total de 458:000\$, deverá ser classificada na consignação « Recenseamento de 1910 », verba XI, art. 2º d. lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909 (aviso n. 590).

—Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja distribuida ao Thesouro Nacional a quantia de 181:000\$, por conta da verba VII, titulo I — Custeio da Directoria, etc.,

consignação pessoal, conforme a tabella, etc. do orçamento em vigor, para attender ao pagamento dos vencimentos do pessoal da Directoria de Industria Animal, de 1 de março a 31 de dezembro do corrente anno, de conformidade com a demonstração anexa, (aviso n. 601).

—Rogo vos digneis de informar-me, qual o saldo da verba I—Secretaria de Estado—do orçamento de 1.907, consignação—Publicações, etc.—do antigo Ministerio da Industria—Vição e Obras Publicas, para que se possa providenciar sobre o pagamento de uma conta de publicação do decreto n. 6.455, de 19 de abril do dito anno, no *Jornal dos Agricultores*, (aviso n. 602).

—Rogo vos digneis providenciar afim de que seja remetida á Delegacia do Thesouro Nacional, em Londres, o á disposição do Dr. Luiz Raphael Vieira Souto, chefe da Comissão de Expansão Economica do Brazil na Europa, uma cambial de 4.100 francos, para occorrer ao pagamento de material que este ministerio encomendou na Europa, por intermedio do professor Hector Riquet, para a installação do Posto Zootechnico Federal (aviso n. 580).

—Solicitando os seguintes pagamentos:

Ao Dr. Achilles Rigolanzo, da quantia de 636\$, por serviços extraordinarios prestados ao Posto Zootechnico Federal, do P. nheiros, no anno proximo passado (aviso n. 584);

Da importancia de 344\$00, proveniente de fornecimentos feitos ao Museu Nacional, em dezembro ultimo (aviso n. 585);

Ao Sr. José Caetano de Oliveira a gratificação de 500\$, por serviços extraordinarios prestados em proveito do Posto Zootechnico Federal, no anno proximo passado (aviso n. 586);

Ao Lloyd Brasileiro, da importancia total de 3:089\$800, proveniente de armazensagens de mercadorias destinadas á Comissão de Expansão Economica na Europa e de passagens concedidas a imigrantes, nos mezes de abril e dezembro do anno passado (aviso n. 587);

A Leuzinger & Comp. da quantia de 90\$100, proveniente de fornecimento feito á Junta de Corretores, em janeiro deste anno (aviso n. 588);

A *The Leopoldina Railway Company, Limited*, da importancia total de 642\$145, proveniente de passagens concedidas a imigrantes, nos mezes de outubro, novembro e dezembro do anno passado (aviso n. 589);

A *The Leopoldina Railway Company, Limited*, da importancia total de 405\$700, proveniente de passagens e transportes concedidos em proveito do serviço de povoamento, nos mezes de outubro e dezembro do anno passado (aviso n. 590);

A Meurer & Pereira e ao porteiro da Junta Commercial da Capital Federal Herculano de Mello Frazoso, da quantia total de 304\$000, proveniente de fornecimentos e despesas miudadas em proveito da referida junta, em janeiro deste anno (aviso n. 591);

A Estrada de Ferro Minas e Rio, da quantia de 31\$400, proveniente do transporte em proveito deste ministerio, em dezembro ultimo (aviso n. 592);

A Alexandre Ribeiro & Comp. da quantia de 1:032\$400, proveniente do fornecimento de varios artigos a esta Secretaria de Estado, no corrente anno (aviso n. 593);

Das gratificações: de 600\$ ao Sr. Miguel Barreto; de 480\$ ao Sr. Oscar de Miranda Pacheco; de 360\$ a cada um dos Srs. Luiz de Mello, Acacio Werneck e Manoel Lopes Marques; de 340\$ ao Sr. João Cerqueira Reis e Silva; de 320\$ ao Sr. Alvaro José de Cerqueira Lima; de 300\$ ao Sr. Pedro Paes Leme; e de 180\$ a cada um dos Srs. Faustino Rodolpho Gomes, Alberto Candido de Oliveira Jacques e Luiz Rocha, por serviços prestados na extinção de ganhanotos, no mez de fevereiro proximo passado (aviso n. 594);

A Companhia Industrial do Cellulose, da quantia de 100\$, proveniente do aluguel do sala occupada pela secretaria da Junta de Corretores e referente ao mez de fevereiro proximo passado (aviso n. 595);

A Fernandes Malmo & Comp., da quantia de 200\$, proveniente do fornecimento de uma mesa com tampo de vidro ao Museu Nacional, no anno passado (aviso n. 596);

A The Leopoldina Railway Company, Limited, da quantia de 212\$700, proveniente de passagens e transportes de encomendas na sua linha ferrea, em proveito do Museu Nacional, em setembro e novembro do anno passado (aviso n. 597);

AO Banco Nacional Brasileiro, cessionario da Folha do Dia, da quantia de 5:39\$, proveniente de publicações de propaganda feitas no corrente anno, por ordem deste ministerio (aviso n. 598).

— Sr. presidente do Tribunal de Contas:

Em resposta ao vosso officio n. 35, de 2 do corrente, em o qual solicitastes esclarecimentos acerca da existencia, neste ministerio, de um processo de exercicios findos do Thomaz José de Barros Rocha e de que tratou o aviso do Ministerio da Fazenda, n. 160, de 25 de agosto de 1909, tenho a honra de remetter-vos o incluso requerimento do credor acima referido, de 14 de junho do mesmo anno, sobre o qual foi lançado despacho reconhecendo a procedencia da divida de 6:907\$860, cujo pagamento requisitei em aviso n. 105, de 31 de janeiro ultimo. E' este o unico documento que acompanhava o mencionado aviso do Ministerio da Fazenda, n. 160, de que vos enviei cópia anteriormente (aviso n. 604).

Dia 24

AO Ministerio da Fazenda:

Solicitando os seguintes pagamentos:

A Trajano de Medeiros & Co. sp., da quantia de 692\$, proveniente de fornecimento de varios artigos de electricidade a esta Secretaria de Estado, em fevereiro ultimo (aviso n. 610);

A E. Lambert, Ed. Murray e Fred Figner, da importancia total de 17:980\$222, proveniente do fornecimento de varios artigos á Directoria Geral de Estatistica, em dezembro do anno proximo passado (aviso n. 608);

AO Banco Nacional Brasileiro, cessionario do jornal o Seculo da quantia de 2:500\$, proveniente de publicações feitas para a Exposição Nacional de 1908, por ordem do directorio executivo (aviso n. 611);

AO Sr. Semi Tolkowsky, da quantia de 28\$, por serviços extraorinarios prestados a este ministerio, em proveito do Posto Zootecnico Federal, no anno proximo passado (aviso n. 612);

A Dodworth & Comp., da importancia total de 140:702\$319, proveniente da construcção do edificio da lavanderia, fornecimento e installação de uma lavanderia a vapor e estufa de desinfecção e do fornecimento e assentamento da canalização e construcção do reservatorio para o abastecimento de agua na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, no anno proximo passado (aviso n. 613);

A Durish & Comp., da quantia de 240\$, proveniente do fornecimento do estrume animal para o jardim da Secretaria de Estado, no corrente mez (aviso n. 614);

— Sr. presidente do Tribunal de Contas: Em additamento ao aviso n. 247, de 10 de fevereiro ultimo, declaro-vos, para os fins convenientes, que o funcionario a quem se refere o dito aviso é o Sr. Fernando de Ségui, ex-director interino do Posto Zootecnico Federal, em Pinheiros (aviso n. 616).

— Sr. director geral de Estatistica: Em solução ao vosso officio n. 401, de 12 do corrente, em que tratastes da necessidade de obter commodos especaes para a installação do serviço de recenseamento do Districto Federal, declaro-vos, para os de-

vidos effeitos, que ficas autorizado a alugar, pelo preço que propuzestes no mencionado officio, os commodos pertencentes ao Mosteiro de S. Bento e existentes no edificio onde funciona o escriptorio da immigração do Povoamento do Sôlo, na Avenida Central, desde que não se encontrem outros em condições satisfactorias, por preço mais razoavel do que o proposto (aviso n. 618).

Dia 26

AO Ministerio da Fazenda:

Solicitando os seguintes pagamentos:

A H. Garnier, da quantia de 112\$, proveniente do fornecimento de livros a esta Secretaria de Estado em fevereiro ultimo (aviso n. 626);

AO pessoal da Secretaria Geral da Exposição Nacional de 1908, constante das folhas juntas, a quantia de 19:810\$, em que importam as mesmas folhas, relativas aos mezes de dezembro de 1908 a junho de 1909 (aviso n. 623);

AO Dr. Achilles Rigolanzo, veterinario deste ministerio, da quantia de 178\$, que despendeu com o transporte de medicamentos e a condução de um auxiliar, Ernesto Viola, quando em serviço de combate de epizootias no Estado do Rio, nos mezes de janeiro e fevereiro proximo passados (aviso n. 629);

A Sociedade Anonyma O País, da quantia de 2:193\$, proveniente de publicações de propaganda feitas em fevereiro ultimo, por ordem deste ministerio (aviso n. 630);

A Leuzinger & Comp., da quantia de 3:207\$800, proveniente do fornecimento de varios artigos de expediente a esta Secretaria de Estado em fevereiro ultimo (aviso n. 632);

A Manoel Garcia & Comp. e Florido Cord Jr & Comp., da importancia total de 30:481\$735, proveniente do fornecimento de viveres aos imigrantes do nucleo colonial Gonçalves Junior no anno proximo passado (aviso n. 633);

A Costa Pinto & Comp., da importancia de 48:153\$925, proveniente do fornecimento de viveres aos imigrantes do nucleo colonial Xavier da Silva no anno proximo passado (aviso n. 634);

A Joaquim Manoel de Abreu, da importancia de 18:000\$, proveniente da construcção de 10 casas para colonos no nucleo Visconde de Mauá no mez de novembro proximo passado (aviso n. 635);

A Francisco Vilmar, da importancia de 2:089\$, proveniente do fornecimento de papel á Secção de Publicações e Bibliotheca, deste ministerio, no corrente anno (aviso n. 641);

A Cuas H. Pratt, da importancia de 450\$, proveniente do fornecimento de uma machina de escrever á Secção de Publicações e Bibliotheca, deste ministerio, no corrente anno (aviso n. 642);

AO proprietario do semanario A Republica, da quantia de 400\$, proveniente de uma publicação de propaganda feita em janeiro ultimo, por ordem deste ministerio (aviso n. 643);

A Alexandre Ribeiro & Comp., da quantia de 666\$, proveniente do fornecimento de varios artigos feito a esta Secretaria de Estado em janeiro ultimo (aviso n. 644);

A F. J. F. Machado, da importancia total de 2:105\$, proveniente do fornecimento de livros á Secção de Publicações e Bibliotheca deste ministerio no corrente anno (aviso n. 645);

A João Baptista Palermo, da quantia de 5:000\$, proveniente do fornecimento de 500 kilos de mica feito á commissão organizadora da secção brasileira na Exposição Internacional e Universal de Bruxellas (aviso n. 646).

— Causando grandes inconvenientes a ida mensalmente ao Thesouro Nacional, affim de receberem vencimentos, dos serventis desta

Secretaria de Estado, rogo vos dignéis de providenciar affim de que, de ora avante, seja feito o pagamento do referido pessoal no proprio edificio onde funciona este ministerio, na Prala Vermelha.

A importancia destinada a esse pagamento já foi distribuida, em tempo, ao Thesouro (aviso n. 62).

— Rogo vos dignéis de providenciar affim de que seja transferido para o actual exercicio o saldo de 58:390\$, verificado no credito aberto pelo decreto n. 7.648, de 11 de novembro do anno proximo passado, para pessoal e material da Directoria de Industria Animal, visto não existir compromisso algum do exercicio de 1909 a attender por conta do dito credito (aviso n. 622).

— Trazendo grandes inconvenientes ao serviço publico a ida mensalmente ao Thesouro Nacional, affim de receber vencimentos, do pessoal encarregado das installações electricas, asseio do edificio e conservação do jardim desta Secretaria de Estado, rogo vos dignéis de providenciar no sentido de ser distribuida ao mesmo Thesouro a quantia de 17:742\$763, affim de attender ao pagamento do referido pessoal no proprio edificio desta Secretaria de Estado.

A despeza deverá correr pelas seguintes consignações da verba I, titulo «Material», art. 29 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909:

Para conservação e custeio das installações electricas, etc., 6:008\$763; para conservação do jardim, etc., 6:77\$; para asseio do edificio, etc., 4:928\$000 (aviso n. 624).

— Rogo vos dignéis de ordenar que no Thesouro Nacional seja paga ao Dr. José Monteiro Ribeiro Junqueira, director proprio do Gymnasio Leopoldinense, a quantia de 20:000\$, como auxilio para o desenvolvimento do campo de demonstração e ensino agricola daquelle estabelecimento, de accordo com o programma approved por este ministerio.

A despeza deverá ser escripturada na consignação «Auxilios aos Estud. das municipalidades, etc.», titulo IV, — Auxilios diversos — verba II, art. 29 da vigente lei orçamentaria (aviso n. 627).

— Sr. presidente do Tribunal de Contas:

Transmitto-vos, para os fins convenientes, os inclusos documentos comprobatorios da despeza de 31:087\$779, effectuada pelo engenheiro Antonio Ribeiro de Castro Sobrinho, inspector do Serviço do Povoamento no Estado do Rio de Janeiro, á conta do adiantamento de 32:000\$, que recebeu no Thesouro Nacional, em virtude do aviso n. 405, de 23 de dezembro do anno proximo passado.

O referido funcionario tem de recolher aos cofres publicos a quantia de 56\$217, sendo 54\$093 de impostos sobre vencimentos e selo de nomeações e 1\$221 de saldo verificado (aviso n. 636).

— Transmitto-vos, para os fins convenientes, os inclusos documentos comprobatorios das despesas miudas e de prompto pagamento da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, relativas ao exercicio de 1909, pagas pelo respectivo almoxarife, Saturnino Nunes de Carvalho Lima, com a quantia de 300\$, que, a titulo de adiantamento, recebeu do Thesouro Nacional, em virtude do aviso n. 52, de 23 de setembro do anno proximo passado.

O referido almoxarife tem de recolher aos cofres publicos a importancia de 87\$410 de saldo verificado nas ditas despezas (aviso n. 637).

— Transmitto-vos, para o competente registro, a inclusa cópia do decreto n. 7.918, de 24 do corrente, que abre a este Ministerio o credito especial de 969:551\$018, para dar execução ao decreto n. 7.832, de 9 de fevereiro proximo passado, que reorganizou o Museu Nacional (aviso n. 638).

—Rogo vos dignéis de providenciar para que, logo que for registrado o credito de 838:32\$, aberto pelo decreto n. 7.910, de 19 do corrente, seja tambem registrada a inclusa tabella de distribuição do mesmo credito (aviso n. 639).

TABELLA DE DISTRIBUIÇÃO DO CREDITO DE 838:32\$, ABERTO PELO DECRETO N. 7.910, DE 19 DE MARÇO DE 1910, PARA EXECUÇÃO DO DECRETO N. 7.848, DE 3 DE FEVEREIRO DO MESMO ANNO, QUE REORGANIZOU O JARDIM BOTANICO

Distribuido ao Thesouro Nacional

Pessoal :		
Pessoal tecnico e administrativo, inclusive quatro serventes, de accordo com a tabella publicada no <i>Diario Official</i> de 4 de março.....	145:300\$000	
Diarias regulamentares.....	7:800\$000	153:100\$000
Total.....		153:100\$000

Em ser

Pessoal diarista :		
Diarias de accordo com a tabella acima referida.....	112:987\$000	
Fardamento para 12 guardas.....	1:800\$000	
Diarias dos aprendizes.....	4:200\$000	118:985\$000

Material

(Despezas ordinarias)

Custeio e conservação dos laboratorios herbarios, museu e posto meteorologico, comprehendida a aquisição do que for necessario ao funcionamento dessas dependencias.....	8:000\$000	
Acquisição e conservação de instrumentos, ferramentas e utensilios; material para o jardim; embalagem das plantas; ferragens e forragens para os animaes; iluminação e despesas imprevistas.....	20:000\$000	
Consumo de agua.....	3:240\$000	
Publicações scientificas, inclusive a <i>Revista do Jardim</i> , editaes, encadernações e aquisição de livros, folhetos, revistas e jornaes para a Bibliotheca; objectos de expediente e despesas miudas...	12:000\$000	
Transporte de pessoal e material, comprehendendo as passagens dos naturalistas viajantes e o frete de suas bagagens.....	3:000\$000	46:240\$000

Despezas de installação

Construção e reconstrução de edificios, aterros, canalização de agua e esgotos, cercas e mais obras de adaptação do jardim aos fins previstos no actual regulamento....	430:000\$000	
Instalação dos laboratorios, herbario, Museu, Bibliotheca e Posto Meteorologico, mobiliario para essas dependencias, para o gabinete do director, secretaria do Jardim e Secção Agronomica; carroças e animaes de tracção.....	90:000\$000	520:000\$000
Total.....		680:225\$000

Resumo

Distribuido ao Thesouro Nacional:

Pessoal.....	153:100\$000
<i>Em ser:</i>	
Pessoal diarista.....	118:985\$000
Material (despezas ordinarias).....	46:240\$000
Despezas de installação.....	520:000\$000
Total do credito.....	838:32\$000

Terceira Secção da Directoria Geral de Agricultura e Industria Animal, em 26 de março de 1910.—O director de secção, *Mario B. Carneiro*.—O 2º official, *Oldemar Murtinho*.

Rogo vos dignéis de providenciar para que, logo que for registrado o credito de 969:554\$018, aberto pelo decreto numero 7.918, de 24 do corrente, seja tambem registrada a inclusa tabella de distribuição do mesmo credito (aviso n. 640).

TABELLA DE DISTRIBUIÇÃO DO CREDITO DE 969:554\$018, ABERTO PELO DECRETO N. 7.918, DE 24 DE MARÇO DE 1910, PARA EXECUÇÃO DO DECRETO N. 7.802, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1910, QUE REORGANIZOU O MUSEU NACIONAL

Distribuido ao Thesouro Nacional

Pessoal:	
Pessoal tecnico e administrativo, inclusive dous praticantes de zoologia, conforme a tabella publicada no <i>Diario Official</i> de 4 de março.....	207:450\$000

Em ser

Pessoal diarista:	
Dous guardas, 12 serventes e 20 jardineiros a 5\$ por dia, em 275 dias.....	46:750\$000

Material

(Despezas ordinarias)

Acquisição de productos naturaes, livros, jornaes e revistas.....	15:000\$000
Objectos de expediente, encadernações, impressões, rotulos e gravuras, comprehendendo a impressão e brochura dos «Archivos do Museu».....	12:000\$000
Compra e concertos de vitrinas, armarios e outros moveis, instrumentas, modelos,apparelhos e utensilios; aquisição de drogas e substancias para os laboratorios, excluido o de biologia.....	12:000\$000
Para os trabalhos e custeio do laboratorio de biologia, a que se refere o art. 99 do regulamento, comprehendendo a aquisição de animaes, instrumentos, apparelhos, drogas, etc.....	3:000\$000
Compra e concerto de apparelhos de gaz e consumo deste para iluminação e para os laboratorios..	3:000\$000
Pequenos reparos e limpeza do edificio e suas dependencias e materiaes para o Horto Botânico, comprehendendo ferramentas, utensilios, ferragens e forragens.....	6:000\$000
Taxa de esgoto.....	136\$118
Consumo de agua.....	1:872\$000
Transporte de pessoal e material e diarias, de conformidade com o art. 104 do regulamento.....	10:000\$000
Para o pagamento da ajuda de custo de que trata o art. 97 do regulamento.....	3:000\$000
Despezas miudas e eventuaes.....	6:000\$000
	72:08,118

Despezas de installação

Obras no edificio do Museu e suas dependencias, incluindo a canalização de agua e esgotos.....	567:345\$000
Montagem e outras despezas de installação dos novos laboratorios e do museu escolar, comprehendendo a aquisição de mobiliario para os mesmos e para as secções e mais dependencias do estabelecimento.....	76:000\$000
	643:345\$000

Resumo

Distribuido ao Thesouro Nacional

Pessoal.....	207:450\$000
<i>Em ser:</i>	
Pessoal diarista.....	46:750\$000
Material (despezas ordinarias).....	72:008,118
Despezas de installação.....	643:345\$000
Total do credito.....	969:554\$018

Terceira Secção da Directoria Geral de Agricultura e Industria Animal, em 26 de março de 1910.—O director da secção, *Mario B. Carneiro*.—O 2º official, *Alvaro Figueiredo*.

—Sr. prefeito do Districto Federal :
Transmittindo as inclusas contas da *The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, Limited*, na importancia de 3:289\$95, referentes ao consumo de energia electrica pelos diversos motores dos edificios da Exposição Nacional de 1908, peço vos dignem-se de informar si os preços indicados nas mesmas contas estão de accordo com o contracto existente entre essa Prefeitura e aquella companhia (aviso n. 647)

—Sr. chefe do Serviço de Publicações e Bibliotheca :

Ficaes autorizado a fazer aquisição de 1.900 volumes da obra *Curso de Zootechnia Geral e Especial*, do Dr. Adolpho Barbalho Uchôa Cavalcanti, pelo preço de 2\$ por volume, cabendo-vos dar sciencia da presente autorização a D. Branca B. Uchôa Cavalcanti, que propoz a venda da referida obra (aviso n. 618).

Requerimento despachado

M. de Medeiros.—Complete o sello.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Requerimentos despachados

Dia 28 de março de 1910

Carlos Luiz da Motta, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, pedindo aposentadoria.—De creito.

Representante da *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, pedindo para ser dado á Prefeitura Municipal, para os devidos effeitos, conhecimento do teor do novo contracto do serviço de illuminação desta Capital.—A publicação do decreto no *Diario Official* é a forma legal de dar noticia delle ás autoridades e a quantos a quem cabu dar-lhe execução. Além isso, podem os interessados que precisem de documentar quizesquer reclamações, pedir e obter, as certidões necessarias.

Francisco Augusto Figueireiro, amannense dos Correios do Estado de Minas Geraes, pedindo aposentadoria.—Deferido.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Requerimento despachado

Dia 23 de março de 1910

Leopoldo Drummond.—Indeterido

TRIBUNAL DE CONTAS

Sessão ordinaria em 24 de março de 1910

PRESENCIA DO SR. DR. DIDIMO DA VEIGA
Representante do Ministerio Publico, Dr. Alfredo Valladão—Secretario, Couto Neves

Presentes os Srs. sub-directores Francisco José Pereira de Oliveira e Julio Vianna Lobato de Vasconcellos, o primeiro servindo de director da 1ª directoria e o segundo no exercicio interino do cargo de director da 2ª, foi aberta a sessão.

Relata os pelo Sr. Francisco José Pereira de Oliveira :

Ministerio da Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 36, de 12 do corrente, consultando si póde ser legalmente aberto o credito de 99:216\$536, ouro, supplementar á consignação — Importancia dos juros de 6 % sobre o capital de 17.872:662\$564, etc. — titulo «Estrada de Ferro Victoria a Diamantina»,

da verba 8ª, do exercicio de 1909, para pagamento da garantia de juros, correspondente ao 2º semestre do anno passado.— O tribunal resolveu responder affirmativamente á consulta.

N. 39, de 10, com a cópia dos decretos ns. 7.803 e 7.804, de 10, abrindo o credito de 490:000\$ cada um, para occorrer respectivamente ás despesas com a construção do ramal de Sabará á cidade de Perros e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil.— O tribunal fez registrar o credito.

N. 580, de 21, pedindo que seja concedido o credito de 31:000\$ á Delegacia Fiscal no Estado do Goiaz, para despesas da consignação — Condução de mulas, etc. — da verba 3ª, titulo «Serviço postal em geral», do exercicio de 1909.— O tribunal deu registro á distribuição do credito.

— Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Avisos:

N. 411, de 4 do corrente, requisitando o pagamento da quantia de 230\$400 ao Instituto de Surdos-Mudos, proveniente de encaixamentos feitas para a Junta Commercial em dezembro ultimo.— O tribunal autorizou o respectivo registro. Foi voto vencido o do Sr. Dr. presidente, pelos fundamentos do que omitiu, em sessão de 14 de agosto de 1908, quanto á despeza da mesma natureza, a que se referiu o aviso n. 3.585, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, de 2 de julho anterior;

Ns. 477 e 527, de 11 e 16, referentes á concessão dos creditos:

Do 85:200\$ ao Thesouro Nacional, para despesas da consignação — Pessoal tecnico extraordinario — da verba IX, titulo «Serviço geologico e mineralogico do Brazil», do exercicio de 1910;

De 12:265\$335, ouro, á delegacia do mesmo Thesouro em Londres, idem de que trata o decreto n. 7.838, de 27 de janeiro deste anno.

O tribunal deu registro á distribuição dos creditos.

— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 416, de 28 de janeiro ultimo, pedindo que ao sub-procurador dos Feitos da Saude Publica, bacharel An Iré de Faria Pereira, seja pago no corrente anno o vencimento mensal de 500\$, até esgotar-se o credito de 4:800\$ da verba 20ª, á que pertence a despeza, visto haverem sido os seus vencimentos equiparados aos dos adjuntos de promotores.— O tribunal determinou que se faça a annullação da quantia de 4:800\$ distribuida ao Thesouro Nacional e o registro da de 4:500\$ como credito ao mesmo Thesouro.

Ns. 1.449, 1.457, 1.476, 1.478, 1.480 e 1.483, de 16 e 17 do corrente, attinentes á concessão dos creditos:

Do 9:000\$ á Delegacia Fiscal no Estado do Pernambuco, para despesas da verba 9ª do exercicio de 1910;

Do 600\$ ao Thesouro Nacional, igual importancia á Delegacia Fiscal no Estado da Parahyba, 1:200\$ á no Estado de Sergipo, 60 \$ á no do Rio Grande do Norte e igual importancia á no de Pernambuco, idem da verba 32ª, do mesmo exercicio.

O tribunal ordenou o registro da distribuição dos creditos.

N. 1.498, de 18, com as cópias dos decretos ns. 2.182, de 16 de dezembro ultimo, e 7.902, de 17 do corrente mez, relativos á abertura do credito de 21:318\$, para occorrer ao pagamento de algumas das despesas realizadas com as homenagens prestadas á memoria do ex-Presidente da Republica, Dr. Affonso Augusto Moreira Penna.— O tribunal mandou dar registro ao credito.

— Ministerio das Relações Exteriores :

Aviso n. 85, de 10 deste mez, solicitando que ao Thesouro Nacional seja concedido o

credito de 3:445\$155, papel, para pagamento, á conta da verba 8ª, do exercicio de 1910, da gratificação mensal de 300\$ ao auxiliar do arbitro brasileiro no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano, Carlos Carlton Coelho Cintra, de 17 de janeiro a 31 de dezembro deste anno. — O tribunal fez registrar a distribuição do credito.

— Relatados pelo Sr. sub-director Julio Vianna Lobato de Vasconcellos :

Ministerio da Fazenda—Avisos :

N. 38, de 26 de fevereiro findo, podendo, pelos motivos expostos, reconsideração do despacho proferido em sessão de 7 de dezembro ultimo, no processo relativo ao pagamento da quantia de 429\$241 a D. Thezera Dias Xavier de Britto, proveniente de contribuições que de mais lie foram descontadas para o montepio instituido por seu finado marido, o coronel reformado da Brigada Policial, Dr. Antonio Agripino Xavier de Britto, e pelo qual este tribunal nogou registro á despeza, por ter incorrido em prescrição parte da divida concernente ao periodo anterior a 5 de junho de 1904.— O tribunal resolveu manter a sua decisão anterior.

N. 56, de 17 deste mez, consultando sobre a abertura do credito de 13:790\$584, para pagamento devido á D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão, viuva do desembargador Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão. — O tribunal deliberou responder affirmativamente á consulta.

N. 58, de 19, consultando acerca da abertura do credito de 5:892\$130, para attender á restituição de igual quantia ao Dr. Honorio Pinheiro Teixeira Coimbra, proveniente de sellos e impostos indevidamente cobrados ao seu fallecido paó, desembargador Honorio Teixeira Coimbra, de 1891 a 1901.

— O tribunal foi de parecer que o credito póde ser legalmente aberto tão sómente na parte referente á restituição do imposto sobre vencimentos, no periodo indicado no processo.

N. 55, de 17 do corrente, consultando sobre a abertura do credito de 11:592\$, para pagamento do premio de que trata o art. 33, n. 3, da lei n. 2.051, de 30 de dezembro de 1909, a D. Francisca Gomes Leite, viuva de João Nunes Leite, pela construção do hiato *Nunes Leite*.— O tribunal resolveu que não é expediente legal a abertura do credito, por se tratar de serviço referente ao anno de 1905 e estar abrangida a lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, que autorizava o provimento de despesas de tal natureza.

Processos de distribuição dos creditos:

De 10\$ á Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul, para despesas da verba 4ª, do exercicio de 1909;

De 3:350\$ á mesma delegacia, idem da verba 5ª, do exercicio de 1910;

De 700\$ á no Estado de Alagoas, idem da verba 7ª, idem;

De 54:000\$ á no Estado da Bahia, idem da verba 3ª, do exercicio de 1909.

O tribunal mandou registrar a distribuição dos creditos, feitas as necessarias annullações.

Processo de pagamento, á conta da verba 34ª, exercicio de 1910, da quantia de 819\$257, proveniente de vencimentos que deixou de receber o fallecido lente da Escola Polytechnica desta Capital, Dr. Elysio Firmo Martins, no periodo de 1 a 26 de outubro de 1908.— O tribunal deixou de registrar a despeza, visto achar-se consignada na ordem de pagamento quantia menor do que a devida.

Processos de concessão:

De montepio civil:

A. D. Virginia Lima de Oliveira Pio, viuva do praticante da Administração dos Correios do Districto Federal, Jorge Arthur de Campos Pio, na importancia annual de 733\$333;

Aos menores Maria Celestina, Antonio Carlos, João Carlos e José Carlos, filhos do finado administrador das Capatazias da Alfandega do Ceará, Antonio Carlos Barreto, na importância de 300\$ a cada um.

De meio soldo e montepio:

A D. Rosa de Azevedo Moraes, viúva do 2º tenente do Exército Raphael Tobias do Moraes, nas importancias mensaes de 28\$300 e 60\$000;

A D. Victoria Serra dos Santos Epaminondas, viúva do 1º tenente do Exército Olympio Capistrano de Oliveira Epaminondas, nas de 50\$ e 70\$000.

De aposentadoria:

Ao estafeta de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Manuel Corrêa de Silva, com o vencimento annual de 1.535\$51, proporcional a 31 annos, 10 mezes e 16 dias de serviço publico.

Ao secretario da Policia do Districto Feral, João Machado Vieira do Amaral, com o vencimento annual de 7.982\$722, visto contar 47 annos e sete dias de idêntico serviço.

O tribunal, attendendo a que foram nos processos observadas as disposições em vigor, julgou legal a concessão das pensões e aposentadorias de que se trata, registrando-se a despesa na forma dos pareceres.

De montepio civil:

Aos menores Alfredo, Julieta, Alvaro o Armando, filhos do Dr. Alfredo Thomé de Brito, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, na importancia annual de 800\$ a cada um.—O tribunal considerou legal a concessão do montepio e ordenou o registro da despesa de 2.030\$ *anualmente como credito* distribuido á Delegacia Fiscal no Estado da Bahia, deixan-lo do assim proceder quanto á referente ao exercicio de 1910, por não constar do processo ter sido feita a necessaria anulação no credito distribuido ao Thesouro Nacional.

De meio-soldo:

A D. Tarcilla Pereira Vaz Gasse, filha do finado machinista de 1ª classe da Armada, 1º tenente reformado Manoel Pereira Vaz, na importancia mensal de 7\$500, e apostilla lançada no titulo de montepio da mesma, para o abono de mais 4\$166, tambem mensaes, pela reversão da pensão que percebia sua mãe D. Maria Paula Ramirez Vaz, fallecida em 4 de abril de 1909.—O tribunal declarou legal a concessão das pensões de meio-soldo e montepio, officiando-se, quanto á indicação do nome da habilitandi, no titulo de montepio, nos termos dos pareceres.

De meio-soldo e montepio:

A's menores Maria de Lourdes, Anna Ricardina e Esmeraldina, filhas do fallecido 2º tenente do Exército Mauricio Martins Lopes de Lima, nas importancias mensaes de 20\$ e 14\$400 a cada uma.—O tribunal julgou illegal a concessão das pensões de meio-soldo e montepio, a primeira, por se haver fixado pensão menor do que a devida, e a segunda, por dever a pensão ser abonada a partir da data do obito da viúva do official.

A DD. Eudoxia da Gloria Lima, Aurea Dourata Monteiro de Lima, Herzila Dourata Monteiro de Lima, Dulce Monteiro de Lima e Carmina Dourata Monteiro de Lima, filhas do finado coronel graduado e tenente-coronel reformado do Exército, Rogaciano Monteiro de Lima; nas importancias mensaes de 24\$ e 25\$ a cada uma, e do montepio ao menor Eudoxio Donrato Monteiro de Lima, filho do mesmo official, na de 25\$000.—O tribunal declarou legal a concessão do meio-soldo registrando-se a despesa. Quanto á do montepio julgou illegal, por dever o abono da pensão começar da data do obito da viúva do official.

De aposentadoria:

Ao machinista de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, João Ferreira das

Chagas, com o vencimento annual de 3.093\$222, visto contar 36 annos, dois mezes e 13 dias de serviço publico.—O tribunal considerou illegal a aposentadoria, por se haver fixado ao inactivo vencimento menor do que o devido.

—Ministerio da Marinha—Avisos:

N. 1.023, de 10 do corrente com as cópias, dos contractos firmados na Caritania do Porto do Estado de Sergip com os negociantinos João Regis, Jucundino Filho & Comp. e outros, para o fornecimento de diversos artigos á Escola de Aprendizes Marinheiros do dito Estado, no corrente anno.—O tribunal converteu em diligencia o julgamento, afim de requisitar que lhe seja enviado o edital de concorrência.

Ns. 1.134, 1.141, 1.143 e 1.151, de 16 e 17, sobre a concessão dos creditos:

De 257\$700, 18\$540 e 83\$570 á Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul, para despesas da verba 27ª, do exercicio de 1909;

De 168\$, á no Estado do Pará, idem da verba 15ª, idem;

O tribunal mandou registrar a distribuição dos creditos, feitas as devidas annullações.

Offícios ns. 277 e 320, da Directoria Geral de Contabilidade da Marinha, de 23 de fevereiro e 5 de março do corrente anno, remetendo cópias dos contractos effectuados com as firmas Mourer & Pereira e Burdallo & Comp., para o fornecimento de artigos dos grupos — Paparia — e — Calçado, courros e peles — durante o mesmo anno.—O tribunal resolveu converter em diligencia o julgamento, afim de solicitar a remessa ao mesmo tribunal do edital de concorrência.

— Ministerio da Guerra — Avisos:

Ns. 7 e 16, de 9 de fevereiro e 7 de março deste anno, relativos á consulta sobre a abertura do credito de que trata o art. 1º do decreto legislativo n. 1.503, de 5 de setembro de 1906.—O tribunal foi de parecer que o credito póde ser legalmente aberto.

Ns. 144 e 145, de 14 deste mez, referentes á concessão dos creditos:

De 650\$ á Delegacia Fiscal no Estado de Alagoas, para despesas da verba 12ª, do exercicio de 1909;

De 107\$ á no Estado da Bahia, idem da verba 11ª, idem;

De 727\$740 á no do Paraná, idem da verba 9ª, idem;

De 1.283.331 á no dito Estado, idem da verba 11ª, idem.

O tribunal ordenou o registro da distribuição dos creditos, feitas as necessarias annullações.

N. 19, de 22, com a cópia do decreto n. 7.903, de 17, que abre o credito especial de 363.556\$917, para pagamento a mais 44 voluntarios da patria reconhecidos com direito ao soldo vitalicio.—O tribunal autorizou o registro do credito.

Finalmente, foi julgada comprovada a applicação da quantia de 19.991\$553, feita pelo chefe da commissão encarregada da fundação do nucleo colonial «Albuquerque Lins», engenheiro Samuel Go nos Pereira, com despezas da mesma commissão, em outubro de 1909.

Ordens de pagamento

Ordens de pagamento, sobre as quaes preferiu despacho do registro, em 28 do corrente, o Sr. Dr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 593, de 21 do corrente, pagamento de 31.604\$607 a Haupt & Comp., de fornecimentos feitos á Repartição Geral dos Tele-

graphos, no mez de novembro do anno proximo findo;

N. 644, de 22, idem de 750\$ ao engenheiro Adriano Nunes Ribeiro, de gratificação por serviços prestados, idem;

N. 587, de 21, idem de 7.868\$070, a diversos, de fornecimentos á Repartição Geral dos Telegraphos, nos mozes de novembro e dezembro ultimos;

N. 627, idem, idem de 9.935\$577, a diversos, idem á Estrada do Ferro Central do Brazil, nos mezes de outubro a dezembro findos;

N. 613, de 23, idem de 95.120\$ a Theodor Wille & Comp., idem, no mez de dezembro ultimo;

N. 617, de 21, idem de 43.333\$535, a Dodsworth & Comp., idem á Inspeção Geral das Obras Publicas, idem;

N. 600, idem, idem de 12.933\$081, a Luiz Macedo, idem á Directoria Geral dos Correios, idem;

N. 535, de 15, idem de 10.444\$044, a diversas, idem á Inspeção Geral das Obras Publicas, idem;

N. 647, de 22, idem de 113.783\$07, a diversos, idem, idem em novembro e dezembro ultimos;

N. 651, de 23, idem de 71.953\$032, a diversos, idem á Inspeção Geral das Obras Publicas, em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro findos;

— Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio—Avisos:

N. 558, de 19 do corrente, pagamento de 400\$ ao Sr. Homero Maisnetto, por serviços extraordinarios prestados ao ministerio, no anno proximo passado;

N. 545, de 18, idem de 68.919\$645 a Dodsworth & Comp., de serviços prestados á Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores, em dezembro proximo findo;

Ns. 577 e 578, de 22 idem de 500\$ o 2.155\$, a diversos empregados da Directoria Geral de Estatistica, por serviços extraordinarios prestados á citada repartição, no anno proximo passado;

N. 575, de 21, idem de 2.000\$ a Emilio Fremel, como adeantamento, para attender a despesas com o serviço de combate de epizootias, no corrente exercicio;

N. 613, de 21, idem de 140.762\$319 a Dodsworth & Comp., de fornecimentos e trabalhos executados na Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores, no anno proximo passado;

N. 328, de 23 de fevereiro ultimo, idem de 82.500\$ aos membros do Directorio Executivo da Exposição Nacional de 1908, de gratificações;

—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 1.572, de 23 do corrente, pagamento de 84.862\$ a Heitor de Mello, relativo á 10ª prestação das obras do edificio destinado á Repartição da Policia;

N. 1.418, de 14, idem de 1.566\$666 a Lopes Gomes & Comp. e outros, de alugueis de predios, em fevereiro ultimo;

N. 1.550, de 22, idem de 9.775\$500, a diversos funcionarios da Directoria Geral de Saude Publica, de differenças de vencimentos, em janeiro e fevereiro ultimos;

N. 1.232, de 7, idem de 5.003\$ a Joaquim Luiz Mandim, de obras feitas no edificio destinado á Bibliotheca Nacional;

N. 1.459, de 17, idem de 1.150\$ á Estrada de Ferro Minas e Rio, de transportes, em dezembro findo;

N. 1.530, de 21, idem de 383\$ a Evaristo Monastério, de concertos feitos no automovel da Repartição da Policia, em junho do anno passado;

N. 1.532, idem, idem de 146\$ ao soldado da Força Policial, Antonio Francisco de Oliveira, de vencimentos;

N. 1.554, de 22, idem de 7:000\$ a membros do Congresso Nacional de ajudas de custo;

N. 1.508, de 19, idem de 72\$400 a Eduardo Frederico Alexandre, de traduções feitas para o ministerio, no corrente mez;

N. 1.533, de 21, idem de 8:000\$ ao coronel Nicoláo Alexandre Moniz Freire, de gratificações.

Ministerio da Guerra—Avisos:

N. 166, de 19 do corrente, pagamento de 195\$470 á Empresa de Navegação do Rio de Janeiro, de transporte de tropas, durante o anno proximo passado;

N. 163, idem, idem de 63:390\$700, a *The Leopoldina Railway Company, Limited*, de transporte de tropas, carros e bagagens, por conta do ministerio, idem;

N. 190, de 22, idem de 498\$700 a diversos, de sello indevidamente pago, por distribuição de credito á Contabilidade da Guerra.

Ministerio da Fazenda—Officios:

N. 166, da Alfandega do Rio de Janeiro, de 4 do corrente, pagamento de 388\$400 a Ramos & Rodrigues, proveniente de concertos nosapparehos e indutores de papéis, nesta repartição, no mez de dezembro, do anno proximo passado;

Representação da 2ª Sub-directoria da Despesa Publica do Thesouro Nacional, pagamento de 1:151\$ a João Antonio da Silva, de serviços prestados a este estabelecimento, em janeiro deste anno.

DIARIO DOS TRIBUNAES

Supremo Tribunal Federal

Jurisprudencia

Revisões criminaes

A revisão crime só tem cabimento nos termos do art. 74, da Lei n. 221, de 20 de novembro de 1894.

N. 1.602.—Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão crime, em que é peticionario Fran isco José Lepage, o Supremo Tribunal Federal, considerando que a revisão crime só tem cabimento nos casos estatuidos pelo art. 74 da Lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, o que o requerente não provou verificar-se em seu favor alguma dessas hypotheses, nega provimento ao recurso. Custas pelo peticionario.

Supremo Tribunal Federal, 11 de setembro de 1909.— *Pindahiba de Mattos*, P.—*Pedro Lessa* relator.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*Manoel Murinho*.—*M. Espinola*.—*Canuto Saraiva*. Nega-se provimento á revisão por ser repetição de anterior pedido, apoiado exclusivamente nas mesmas razões do primeiro, sem que haja quaquer motivo para modificar a decisão então pronunciada.—*Ribeiro de Almeida*.—*André Cavalcanti*.—*H. do Espirito-Santo*.—*G. Natal*. Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Nega-se provimento á revisão crime, estando provado o crime e a responsabilidade do condemnado, sendo legal a pena imposta, e não tendo occorrido no processo preterição de formalidade substancial.

N. 1.285.—Vistos e relatados estes autos de revisão crime, em que é recorrente Simeão Francisco, vulgo «Simeão Arabe». Accordam confirmar a sentença recorrida, attento estar provado dos autos ter sido o mesmo recorrente autor da offensa physica feita na pessoa do menor Augusto Ribeiro de Freitas, pelo que foi julgado pelo Jury da Comarca de Sete Lagoas, Estado de Minas Geraes, como incurso nas penas do art. 303 do Codigo Penal e condemnado a seis mezes,

tres dias e 18 horas de prisão simples, sub-medio do mencionado artigo, condemnação confirmada, unanimemente, em grão de apellação, pelo Tribunal daquello Estado fls. 120 v. dos autos appensas.

Custas pelo recorrente.

Supremo Tribunal Federal, 11 de setembro de 1909.— *Pindahiba de Mattos*, P.—*André Cavalcanti*, relator.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*Manoel Murinho*.—*M. Espinola*.—*Canuto Saraiva*.—*Pedro Lessa*.—*Ribeiro de Almeida*.—*G. Natal*.—*H. do Espirito-Santo*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

E' negado provimento á revisão crime, conforme decisão anterior do Tribunal, e cujos fundamentos não foram destruidos por novas allegações e novas provas.

N. 1.104.—Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão crime, em que é peticionario Miguel Francisco da Silva, negam provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão recorrida deste Tribunal, constante do 2º appenso a fls. 27 v., porquanto as allegações feitas são as mesmas de que se serviu o recorrente em seu anterior pedido, que deixou de ser attendido em face do que consta dos autos.

Pague o recorrente as custas.

Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1909.— *Pindahiba de Mattos*, P.—*André Cavalcanti*, relator.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*Ribeiro de Almeida*.—*Manoel Murinho*.—*Pedro Lessa*.—*João Pedro*.—*Canuto Saraiva*.—*G. Natal*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Não merece provimento o recurso de revisão em que o recorrente, allegando nulidades de processo e injustiça da condemnação, não menciona as nulidades, nem diz em que consiste a injustiça.

N. 1.225.—Vistos, expostos, relatados e discutidos estes autos de revisão crime, em que é requerente Murio de Oliveira Reis, e condemnado por decisão do Jury desta Capital a seis annos de prisão cellular, grão maximo do art. 301 do Codigo Penal, decisão confirmada, em grão de apellação, por Accordam unanime da 1ª Camara da Corte de Appellação; o.

Considerando que o requerente na sua petição de fls. 2 allega nulidades do processo, mas as não menciona; e a justiça da condemnação, mas não diz em que consiste a injustiça;

Considerando que o processo correu regularmente, o crime imputado ao requerente está plenamente provado por depoimentos de testemunhas presencias e a pena que foi imposta ao requerente é a legal;

Accordam negar provimento ao recurso para confirmar, como confirmam, a sentença recorrida, pagas as custas pelo recorrente.

Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1909.— *Pindahiba de Mattos*, P.—*G. Natal*, relator.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*Manoel Murinho*.—*M. Espinola*.—*Canuto Saraiva*.—*André Cavalcanti*.—*Pedro Lessa*.—*Ribeiro de Almeida*.—*João Pedro*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Não procede o recurso de revisão criminal, quando a sentença condemnatoria, proferida por Juiz competente, em processo regular, é conforme á prova do facto delictuoso e impõe a pena legal.

N. 1.279.—Vistos, expostos, relatados e discutidos estes autos em que Arthur Augusto Fernandes Leão, Capitão reformado do Exercito, pede a revisão do processo no

qual foi condemnado á reforma como incurso no grão maximo do art. 147 do Codigo Penal Militar, proposta e não vencida a preliminar de nulidade do processo por incompetencia da autoridade que convocou o Conselho de Guerra, a vista dos fundamentos do despacho de fls. 78, e, attendendo a que das provas dos autos e notadamente da fé de officio do recorrente a fls. 37, 40, 41, 43, 44, 41 v., 45, 47, 47 v., 48, 50 e 52 está exuberantemente provada a incontinencia publica que lhe fora imputada;

Accordam negar provimento á revisão para confirmar, como confirmam, a sentença recorrida.

Custas pelo recorrente.

Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1909.— *Pindahiba de Mattos*, P.—*G. Natal*, relator.—*João Pedro*.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*Canuto Saraiva*.—*André Cavalcanti*.—*Manoel Murinho*.—*M. Espinola*.—*Pedro Lessa*.—*Ribeiro de Almeida*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Estando preso o réo, deve ser conduzido para assistir á formação da culpa.

N. 1.305.—Vistos, expostos e relatados os autos de revisão de processo crime, nas quaes é recorrente o réo Raphael Pires Muna ou Raphael Santiago Gonzales, condemnado a nove annos e quatro mezes de prisão com trabalho;

Accordam dar provimento ao recurso para annullar, como annullam, o processo appensado, desde fls. 43, na parte relativa ao réo, recorrente, visto que, estando elle preso, em cumprimento de pena, como se vê do mesmo processo a fl. 27, não foi conduzido para assistir á formação da culpa, com prejuizo da sua defesa. Fica, portanto, sem effeito a condemnação do recorrente, devendo ser renovado o seu processo, de conformidade com o art. 74, § 6º, da Lei n. 221, de 20 de novembro de 1894.

Custas ex-causa.

Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1909.— *Pindahiba de Mattos*, P.—*Ribeiro de Almeida*, relator.—*A. A. Cardoso de Castro*.—*João Pedro*.—*Canuto Saraiva*.—*André Cavalcanti*.—*Manoel Murinho*.—*G. Natal*.—*M. Espinola*.—*Pedro Lessa*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Nega-se provimento á revisão crime, estando provado o crime e a responsabilidade do condemnado, sendo legal a pena que lhe foi imposta e não tendo occorrido preterição de formalidade substancial do processo.

N. 1.307.—Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão crime, em que é peticionario Francisco Gardiner: dos mesmos consta ter elle sido condemnado em grão de apellação, pelo Tribunal de Porto Alegre, a 12 annos de prisão com trabalho, medio do art. 193 do Cod. Penal de 1830, como se vê do Accordam a fls. 123 v.; que havendo interposto recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça, allegando nulidade manifesta e injustiça notoria, lhe fora negado, fls. 125 a 133; e,

Considerando que é permitido requerer-se, em qualquer tempo, a revisão dos processos findos, attento o disposto no art. 81 da Constituição; mas,

Considerando que para que se use desse recurso, é mister que a sentença condemnatoria seja contraria á evidencia dos autos, nos termos do art. 74 § 6º da Lei n. 221 de 2) de novembro de 1894, o que, entretanto, não se verifica na especie dos autos, como opinou o Sr. Ministro Procurador Geral em seu parecer a fls. 135;

NOTICIARIO

Accordam negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida, que é conforme o direito e a prova dos autos.

Pague o recorrente as custas.
Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1909 — *Pindahiba de Mattos, P.* — *André Cavalcanti*, relator. — *A. A. Cardoso de Castro*. — *Ribeiro de Almeida*. — *Manoel Martinho*. — *Pedro Lessa*. — *Canuto Saraiva*. — *Jodo Pedro*. — *G. Natal*, pela conclusão. — *M. Espinola*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Verificada a regularidade do processo, provado o crime e a sua autoria, e sendo imposta a pena legal, improcede o pedido de revisão.

N. 1.231. — Vistos, relatados e dispostos estes autos de revisão crime, em que é petição Alfredo Farina, condenado a quatro meses de prisão celular, grão médio do art. 319 combinado com os arts. 316 e 317 do Código Penal:

Accordam confirmar a sentença recorrida, por estar provado haver o recorrente cometido crime pelo qual soffre aquella pena, mediante processo regular em que foram observadas as formalidades legais. Custas pelo recorrente.

Supremo Tribunal Federal, 15 de setembro de 1909. — *Pindahiba de Mattos, P.* — *A. A. Cardoso de Castro*, relator. — *Ribeiro de Almeida*. — *Manoel Martinho*. — *M. Espinola*. — *Pedro Lessa*. — *Canuto Saraiva*. — *Jodo Pedro*. — *André Cavalcanti*. — *G. Natal*.

Fui presente, *Oliveira Ribeiro*.

Juizo de Direito da Terceira Vara Commercial

Fallencia de Silva & Machado

J. Vellozo & Comp., syndicos desta fallencia, communicam a todos os interessados que estarão todos os dias uteis, das 11 horas ao meio dia, no escriptorio dos fallidos, á rua da Lapa n. 47 e, das 3 ás 5 horas da tarde, á rua de Santa Luzia ns. 77 e 79 e os actos officiaes da fallencia serão publicados no *Diario Official* e *Jornal do Commercio*. — *J. Vellozo & Comp.*

Juizo da Decima Segunda Pretoria

O Dr. José Ovidio Marcondes Romeiro, juiz da 12ª pretoria do Districto Federal, faz saber a todos que o presente edital com o prazo de 20 dias virem ou delle noticia tiverem que o Dr. segundo adjunto dos promotores denunciou Manoel de Oliveira e André Luiz de Araujo como incurso nas penas do art. 330 § 1º do código penal; e como não tenha sido possível intimar o accusado Manoel de Oliveira, pelo presente edital cita e chama o mesmo accusado, a comparecer neste juizo no dia 13 do proximo mez de abril, ao meio dia, a fim de assistir ao summario do processo e seus demais termos, até final sentença e sua execução, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos e do dito accusado, mandou passar este edital que será affixado no logar do costume e publicado no *Diario Official*. Outrossim, faz mais saber que as audiencias criminaes deste Juizo são diarias e têm as mesmas logar á rua Archias Cordeiro n. 210, moderno, Meyer. Dado e passado nesta capital, aos 23 de março de 1910. Eu, João Pinheiro, escrevente juramentado, o escrevi. Eu, Francisco Pinto de Mendonça, escrivão, o subescrevi. — *José Ovidio Marcondes Romeiro*.

Thesouro Nacional — Pagam-se hoje na 2ª Pagaduria o 1º e 2º districtos das Obras Publicas e Escola Quinze de Novembro.

Escola Polytechnica — O resultado dos exames effectuados hontem foi o seguinte:

Curso fundamental — Regulamento de 1901 — Aula de trabalhos graphicos do 2º anno — Desenho topographico — Approvados: plenamente, Ademar Alves, grão 8; Flavio Gouvêa Freire, grão 7; Alberto Bittencourt Berford, grão 7, e Heraldio Dimasceno, grão 6; simplesmente, Edmundo Brandão Pirajá, grão 5; Manoel Henrique Lima, grão 5; Sebastião Gualberto de Oliveira, grão 4; Arrigo Rossi, grão 4, e Camerino Calorino Eialho, grão 2.

Um não compareceu.

Curso de engenharia civil — Regulamento de 1901 — Aula de trabalhos graphicos do 2º anno — Desenho de architectura — Approvados: plenamente, Muricio Morand, grão 7; simplesmente, Paulo de Andrade Martins Costa, grão 2.

Escola Naval — Resultado dos exames de segunda época no dia 28 de março de 1910.

3º anno de machinas — Inglez — Approvados simplesmente, Iraciado Carvalhaes Pinheiro, Augusto Lopes Sampaio e Fernando Muniz Gaimariães.

2º anno de marinha — Inglez — Approvado simplesmente, José de Brito Figueiredo; reprovados 2.

2º anno de marinha — Desenho — Approvados simplesmente, José Joaquim Belfort Guimarães e Nelson Noroishi de Carvalho.

1º anno de marinha — Physica — Approvado simplesmente, Cicero de Freitas Marinho.

1º anno de machinas — Desenho — Falta-ram 3.

2º anno de machinas — Desenho — Approvado simplesmente, João Rodrigues da Costa.

Correio — Esta repartição expedirá malas pelas seguintes paquetes:

Hoje:

Pelo *Minho*, para Bahia e Aracajú, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2 e objectos para registrar até ás 12 da manhã.

Pelo *Alexandria*, para Villa Bella, Santos, Iguape, Laguna e Itajahy, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porte duplo até ás 2 e objectos para registrar até ás 12 da manhã.

Pelo *Venus*, para Rio Grande do Sul, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Cadiz*, para Santos, Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 8.

Pelo *Sofia Hohenberg*, para Las Palmas, Almeria, Napó'es e Trieste, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã e cartas para o exterior até ás 10.

Pelo *Orissá*, para Rio da Prata, Matto Grosso, Paraguay e Pacifico, recebendo impressos até ás 1 hora da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo e para o exterior até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Baron Innervale*, para Tamps, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 10 e objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Miroim*, para Rio Grande e Porto Alegre, recebem impressos até ás 10 horas da manhã, cartas para o interior até ás 10 1/2, ditas com porte duplo até ás 11 e objectos para registrar até ás 9.

Amanhã:

Pelo *Ryaná*, para Santos, Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até ás 2 horas da tarde, cartas para o interior até ás 2 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 3 e objectos para registrar até á 1.

Pelo *Itaipava*, para S. Francisco e Rio Grande do Sul, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até ás 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Amazona*, para Bahia, Recife, Dakar e Europa, via Lisboa, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 8 e objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

Pelo *Satellitá*, para Victoria, Caravellas, Bahia, Penedo e Villa Nova, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo até ás 8 e objectos para registrar até ás 6 da tarde de hoje.

— Recebimento de encomendas para Portugal, Açores e Madeira, nos mesmos dias, das 8 horas da manhã ás 5 da tarde, até á vespera da partida dos paquetes que se destinam á Lisboa, exceptuando os da *Compagnie Messageries Maritimes*; e entrega também nos mesmos dias, das 10 da manhã ás 2 da tarde.

Santa Casa da Misericordia — O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericordia, dos Hospicios de Nossa Senhora da Sauda, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e da Nossa Senhora das Dores em Cascadura foi, no dia 23 de março, o seguinte:

	Nacionais	Estrangs.	Total
Existiam.....	1.128	638	1.766
Entraram.....	19	21	40
Sahiram.....	37	10	47
Falleceram.....	8	3	11
Existem.....	1.102	646	1.748

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 625 consultantes, para os quaes se aviaram 740 receitas.

Fizeram-se 45 curativos em dentes e 18 operações.

No dia 24:

	Nacionais	Estrangs.	Total
Existiam.....	1.110	648	1.758
Entraram.....	31	10	41
Sahiram.....	16	11	27
Falleceram.....	8	5	13
Existem.....	1.117	642	1.759

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 354 consultantes, para os quaes se aviaram 332 receitas.

Fizeram-se 20 extracções de dentes.

Obituario—Foram sepultadas, no dia 23 de março de 1910, 41 pessoas, sendo:		No dia 24, 36 pessoas, sendo:		No dia 25, 43 pessoas, sendo :	
Nacionais.....	33	Nacionais.....	29	Nacionais.....	37
Estrangeiras.....	8	Estrangeiras.....	7	Estrangeiras.....	6
	41		36		43
Do sexo masculino.....	24	Do sexo masculino.....	27	Do sexo masculino.....	16
Do sexo feminino.....	17	Do sexo feminino.....	9	Do sexo feminino.....	27
	41		36		43
Maiores de 12 annos.....	26	Maiores de 12 annos.....	20	Maiores de 12 annos.....	21
Menores de 12 annos.....	15	Menores de 12 annos.....	16	Menores de 12 annos.....	22
	41		36		43
Indigentes.....	8	Indigentes.....	9	Indigentes.....	22

Observatorio Nacional—Directoria de Meteorologia e Astronomia—Boletim Meteorologico—Dia 26 de março de 1910.

Horas	Barometro 0°	Temperatura centigrada	Tenção do vapor	Humidade relativa	Ventos		Céo		Phenomenos diversos
					Veloci- dade	Direcção	Quanti- dade	Nuvens	
1 a. m.....	757.1	23.2	16.8	80	0.0	Calma	0	Limpo	
2 a. m.....	757.0	22.8	17.0	83	2.2	E			
3 a. m.....	756.4	22.6	15.8	78	1.5	E			
4 a. m.....	757.0	22.2	16.7	84	2.5	E	1	C. K	
5 a. m.....	756.0	22.1	16.4	83	0.0	Calma			
6 a. m.....	756.2	22.3	16.5	82	0.0	Calma			
7 a. m.....	756.5	23.0	16.9	81	0.0	Calma	2	CK. K	
8 a. m.....	756.9	23.1	17.4	83	2.2	NNW			
9 a. m.....	757.3	23.4	17.8	83	2.5	NNW	3	CK. SK	
10 a. m.....	757.3	25.3	17.1	71	1.0	N	1	C. K	
11 a. m.....	757.1	25.8	17.0	68	1.0	E			
1/2 dia.....	756.4	24.9	17.4	74	5.3	SE	2	C. K	
1 p. m.....	756.0	24.7	17.1	71	3.6	SE	1	C. K	
2 p. m.....	755.6	25.2	15.6	65	6.7	SE			
3 p. m.....	755.3	25.7	17.4	71	5.3	SE	1	C. K	
4 p. m.....	755.1	26.4	19.2	75	8.6	SE	1	C. K	
5 p. m.....	755.0	25.9	20.1	80	7.7	SE			
6 p. m.....	755.1	25.4	19.8	82	8.3	SSE			
7 p. m.....	755.3	25.2	19.9	83	6.7	SSE	2	SK. S	
8 p. m.....	755.7	25.3	18.5	77	2.5	SSE			
9 p. m.....	756.2	25.8	19.5	79	0.0	Calma			
10 p. m.....	755.5	25.1	18.7	79	1.0	W	1	C. K	
11 p. m.....	756.6	24.6	19.2	83	0.0	Calma			
1/2 noite.....	756.3	24.5	19.0	83	0.0	Calma			
Médias....	756.20	24.35	17.78	78.4	2.7		1.4		

Temperatura: maxima 26.4 ás 4.0 p. m.; minima 21.7 ás 4 3/4 a. m. Evaporação em 24 horas 2.9. Ozona: 7 hs. m. 0; 7 hs. n. 1; Chuva cahida: 7 hs. manhã 0.00; 7 hs. noite 0.00. Total em 24 horas 0.00. Horas de insolação 10 hs. 20 m.

RESUMO METEOROLOGICO
Rio de Janeiro, 28 de março de 1910

Horas	Barometro reduzido a 0°	Temperatura centigrada	Humidade relativa	Direcção e velocidade do vento em metros por segundo	Estado do céo
7 m.....	756.7	25.1	87	ENE 2.1	Encoberto
10 m.....	57.5	27.1	75	NNE 2.1	Idem
1 t.....	57.0	25.1	98	SSE 6.7	Idem
4 t.....	56.4	24.9	95	SSE 8.3	—

Thermometro sem abrigo ao meio dia :
Ennegrecido 53.1.
Prateado 37.5.
Temperatura :
Maxima 27.1 ás 10 h. da m.
Minima 24.8 ás 7 h. 50 m. da m.
Evaporação em 24 horas: 4.1.
Chuva em 24 horas: 0.

Directoria de Meteorologia e Astronomia — Secção de Meteorologia e Physica do Globo — Observações meteorológicas simultaneas a 0h^m de Greenwich (9h. 07^m a. t. m do Rio) — Rio de Janeiro, 27 de março de 1910.

ESTAÇÕES	Pressão ao nível do mar	TEMPERATURA			Tensão do vapor	Estado do céu	Estado atmosférico	VENTO		Meteoros
		A' sombra	Maxima da vespera	Minima da vespera				Direção	Força	
Belém	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Luiz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnahyba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Quixeramobim	761.01	24.8	26.0	24.3	21.12	Nublado	Ameaçador	WNW	1	—
Natal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parahyba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	761.88	26.6	27.6	24.0	21.70	Quasi nublado	Incerto	SSW	3	Chuviscos
Joazeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracaju	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Salvador	761.18	29.0	28.7	24.0	23.07	Meio nublado	Bom	SW	2	—
Ordina	762.10	28.3	29.5	22.1	22.31	Meio nublado	Claro	ESE	4	—
Caetité	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ilhéos	763.58	26.5	30.1	22.2	21.65	Quasi nublado	Incerto	Calma	0	Chuviscos
Cuyabá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Uberaba	761.63	21.6	27.8	22.5	18.24	Nublado	Incerto	SW	2	—
Victoria	763.38	27.3	30.2	23.4	22.73	Limpo	Bom	Calma	0	—
Barbacena	762.51	21.8	22.2	15.2	13.68	Meio nublado	Claro	NE	4	—
Juiz de Fora	765.04	22.5	30.2	13.5	16.31	Quasi limpo	Bom	N	3	—
Capital (Rio)	761.72	24.4	26.4	21.7	18.54	Limpo	Bom	NNW	2	—
Campinas	762.15	23.3	27.5	16.0	16.05	Limpo	Bom	Calma	0	—
S. Paulo	762.05	21.4	29.0	16.2	14.87	Quasi nublado	Incerto	NE	1	—
Santos	762.78	24.8	25.5	20.6	17.43	Meio nublado	Incerto	NW	1	—
Guarapuava	760.18	22.0	23.5	13.8	15.96	Nublado	Encoberto	SE	2	—
Curityba	762.61	21.0	27.3	14.8	14.29	Quasi limpo	Bom	E	1	—
Paranaguá	761.78	24.0	27.8	23.5	21.80	Meio nublado	Bom	NNE	1	—
Florianopolis	761.45	23.2	27.0	21.5	18.05	Meio nublado	Incerto	Calma	0	Nevoeiro tenue
Posoilas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corrientes	763.10	19.0	27.0	17.0	13.20	Meio nublado	—	SE	2	—
Itaquy	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria	762.02	20.5	24.5	20.5	16.23	Nublado	Encoberto	E	4	Nevoeiro baixo
Porto Alegre	763.42	24.5	28.5	23.3	20.54	Meio nublado	Sombrio	SW	2	Mev. ten. baixo
Cordoba	763.50	12.0	11.0	10.0	9.19	Nublado	—	S	2	—
Bagé	765.19	18.0	22.0	18.3	12.32	Nublado	Encoberto	N	3	—
Rio Grande	763.48	20.0	22.7	18.8	12.89	Quasi nublado	Bom	SSE	2	Nevo. ten. baixo
Mendoza	771.60	8.0	21.0	7.0	6.89	Nublado	—	SE	2	—
Rosario	767.00	13.0	22.0	2.0	9.85	Nublado	—	SE	2	—
Montevideo	765.50	16.0	17.0	14.0	9.08	Quasi nublado	Incerto	SE	4	Chuviscos
Buenos-Aircs.	762.40	12.0	22.0	12.0	9.19	Nublado	—	SE	2	—

OCCURRENCIAS

Em Uberaba choveu e relampejou na tarde e na noite de hontem.
 Em S. Paulo choveu hontem a noite.
 Em Curityba houve nevoeiro hoje pela manhã.
 Em Santa Maria houve nevoeiro denso na manhã de hoje.
 No Rio Grande garçou no correr do dia de hontem.

As temperaturas minimas de hontem verificaram-se em Juiz de Fora com 13.5 e em Guarapuava com 13.8.

As observações com este signal + são de hontem.

Directoria de Meteorologia e Astronomia—Secção de Meteorologia e Physica do Globo — Observações meteorológicas simultaneas a 0 h. m. de Greenwich (9h. 07.ª a. t. m. do Rio)—Rio de Janeiro, 23 de março de 1910.

ESTAÇÕES	Pressão ao nível do mar	TEMPERATURA			Tensão do vapor	Estado do céu	Estado atmosférico	VENTO		Meteóros
		A' sombra	Maxima da vespera	Minima da vespera				Direcção	Força	
Belém	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Luiz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnaíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Quixeramobim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Natal	762.0	28.5	28.8	21.8	23.43	Meio nublado	Sombrio	ESE	5	..
Parahyba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	761.6	28.7	29.5	22.3	22.27	Nublado	Máo	SSW	4	Chuva
Joazeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracajú	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Salvador	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ondina	763.2	28.2	30.2	23.0	21.77	Meio nublado	Encoberto	SE	2	..
Caetitê	760.6	23.2	23.5	17.8	14.71	Meio nublado	Claro	NW	5	..
Ilhéos	763.6	29.0	29.8	23.0	21.07	Meio nublado	Incerto	SE	3	..
Cuyabá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Uberaba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Victoria	763.1	27.9	31.2	24.2	23.17	Limpo	Bom	NE	2	Nev. ten. alt
Barbacena	762.7	21.8	23.2	16.2	14.32	Quasi nublado	Muito claro	NE	3	..
Juiz de Fora	764.8	23.0	31.5	14.5	15.89	Meio nublado	Bom	N	2	..
Capital (Rio)	762.5	27.2	30.4	21.8	20.02	Quasi nublado	Incerto	NNE	1	..
Campinas	763.3	20.9	29.0	17.0	17.18	Quasi nublado	Bom	E	2	..
S. Paulo	763.9	19.4	29.0	19.0	15.15	Nublado	Incerto	NE	2	..
Santos	764.1	21.6	26.8	22.7	17.09	Nublado	Ameaçador	NE	1	..
Guarapuava	762.7	18.2	25.6	16.0	15.23	Nublado	Máo	E	6	..
Curitiba	765.4	17.2	29.7	14.1	13.80	Nublado	Máo	SE	2	Chuviscos
Paranaguá	765.4	23.2	27.5	23.8	16.80	Nublado	Máo	SSE	2	Chuva
Florianópolis	765.4	22.0	24.5	21.5	16.51	Nublado	Incerto	S	3	..
Posadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corrientes	764.4	20.0	27.0	18.0	15.73	Nublado	—	SE	2	..
Itaqui	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria	763.1	19.0	24.0	19.0	13.95	Nublado	Sombrio	E	5	Chuva
Porto Alegre	765.9	23.5	24.6	21.3	18.41	Nublado	—	SE	2	Nev. ten. baixo
Cordoba	767.5	13.0	15.0	10.0	8.58	Nublada	—	S	2	..
Bagé	767.4	16.0	29.0	16.0	10.69	Limpo	Bom	Calma	—	..
Rio Grande	766.1	20.0	25.8	17.8	11.40	Quasi limpo	Bom	SSE	2	..
Mendoza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rosario	767.7	13.0	—	11.0	9.85	Nublado	—	SE	2	..
Montevideo	766.8	15.1	17.0	13.0	10.15	Limpo	Bom	N	2	Nev. ten. baixo
Buenos Aires	766.9	14.0	17.0	10.0	7.98	Nublado	—	SE	2	..

OCCURENCIAS

Em Porto Alegre hontem cahiram aguaceiros.
 Em Florianópolis chuviscou á tarde.
 Em Paranaguá choveu á noite.
 Em Curitiba trovejou e choveu a intervallos até meia noite.
 Em Guarapuava hontem cahiram pesados aguaceiros trovejando a intervallos em todas as direcções; amanheceu do mesmo modo.
 Em Santos hontem ao correr da tarde trovejou e chuviscou.
 Em S. Paulo choveu hontem á noite e esta manhã.
 As temperaturas minimas de hontem verificaram-se : em Montevideo com 13.9 e em Curitiba com 14.1.
 As observações com este signal + são de hontem.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 23 de março de 1910 :

Em ouro....	131:556:185	
Em papel....	203:928:125	335:484:610
Renda arrecadada de 1 a 23 de março de 1910..... 6.613:893:801		
Em igual periodo de 1909.. 5.578:037:269		
Diferença a maior em 1910 1.035:859:532		

RECEBEDORIA DO DISTRICTO FEDERAL

Renda do dia 23 de março de 1910

Interior.....		31:776:327
Consumo :		
Fumo.....	1:608:000	
Bebidas.....	7:842:000	
Calçado.....	1:422:000	
Velas.....	2:510:000	
Perfumarias...	274:000	
E. pharmaceuticas.....	1:022:000	
Vinagre.....	477:600	
Conservas.....	807:000	
Cartas de jogar	880:000	
Chapéus.....	0:600:000	
Registro.....	12:85:000	36.886:600
Extraordinaria.....	4:132:997	
Deposito.....	25:000	
Renda com applicação especial.....		420:364
		73:240:688
Renda de 1 a 26 de março de 1910.....	2.665:102:172	
		2.138:343:760
Em igual periodo de 1909...	2.002:536:113	

EDITAES E AVISOS

Instituto Nacional de Surdos Mudos

CONCURSO PARA PROVIMENTO DA CADEIRA DE LINGUAGEM ESCRITA

De ordem do Sr. Dr. director, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, a partir desta data e pelo prazo de tres meses, estará aberta na secretaria deste instituto, todos os dias uteis, das 10 da manhã ás 2 horas da tarde, a inscripção para o concurso da cadeira de linguagem escrita.

Para que se possa inscrever, deverá o candidato apresentar documento de ser cidadão brasileiro e estar no gozo de seus direitos civis e politicos e folha corrida de seu procedimento, passada pela autoridade competente.

Serão tres as provas do concurso:

- 1ª, prova escripta da lingua portugueza;
- 2ª, prova oral;
- 3ª, prova pratica.

Secretaria do Instituto Nacional de Surdos Mudos, 29 de dezembro de 1909.—*João Coelho de Souza e Oliveira*, 1º escripturario.

Externato Nacional Pedro II

EXAMES DE ADMISSÃO

De ordem do Sr. director, faço publico que, desta data até ao dia 31 do corrente, todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 2 horas da tarde, se acham abertas nesta secretaria as inscripções para os exames de admissão á matricula neste estabelecimento.

A inscripção faz-se mediante requerimento dos paes ou encarregados dos matriculandos.

Para a matricula no primeiro anno exigem-se as seguintes condições:

1. Certidão de idade ou documento equivalente;
2. Atestado de vaccinação ou revaccinação;
3. Atestado de que o candidato não soffre de molestia contagiosa ou infecto-contagiosa;
4. Exame prévio de admissão, que constará de provas escriptas e oraes.

As escriptas versarão:

1º, sobr. um dictado de 10 linhas impressas de portuguez contemporaneo;

2º, sobre arithmetica pratica, limitada ás operações e transformações relativas aos numeros inteiros e ás fracções ordinarias e decimales.

As oraes constarão de leitura de um trecho sufficientemente longo de portuguez contemporaneo, estudo succinto de sua interpretação, no todo ou em partes, ligeiras noções de grammatica portugueza e de arguição sobre arithmetica pratica nos referidos limites, systema metrico, morphologia geometria, noções de geographia e historia do Brazil.

Nas provas escriptas, os candidatos deverão exhibir regular calligraphia.

Os exames de admissão a outro qualquer anno do curso se farão pelo processo dos de promoções successivas, devendo os candidatos prestar, além do exame do anno immediatamente inferior áquillo em que pretenderem matricular-se, o de todas as materias estudadas do modo completo nos antecedentes e só dependentes da revisão no ultimo anno do curso.

Os candidatos approvados nos exames de admissão serão classificados pela respectiva commissão examinadora por ordem de merecimento e, de accordo com este julgamento, serão pelo director preenchidas as vagas existentes no quadro dos alumnos.

Secretaria do Externato Nacional Pedro II, 15 de março de 1910.—*Paulo Tavares*, secretario.

Terça-feira, 29 do corrente, effectuar-se-ão os seguintes exames:

Exames de segunda época, ás 9 horas da manhã, provas oraes do 1º anno, chamados todos os inscriptos.

Exames do maluteza, ás 11 horas da manhã, provas oraes de linguas vivas:

Galdino Cesar da Rocha, Theodorico Calandrinii Chermont, Armino de Moraes, João de Souza Mendes Grillo.

Turma suplementar

Mario de Verney Campello e Mario Gomes de Oliveira.

Exames geraes das materias necessarias á matricula no curso de pharmacia, ás 2 horas da tarde, provas oraes de linguas:

João Gualberto Pereira do Carmo, Djahi Cerqueira Lima da Silva, Alvaro Mendes, Miquel Ramalho, Aurelio Vahia de Abreu e Hilario dos Santos Pimentel.

Turma suplementar

Dermeval Rocha, Vicente Fragelli, Francisco Barbosa da Cunha.

— Quarta-feira, 30 do corrente, á 1 hora da tarde.

Exames geraes das materias necessarias á matricula no curso de odontologia, provas oraes de linguas:

Abilio Duarte Ribeiro, Tristão Barbosa Escobar, Mario Coelho de Vasconcellos, Sylvino Ludolf, Fernando Octavio Xavier, Laudino Carneiro.

Turma suplementar

Antonio Secundo Monteiro de Souza, Sityro da Silva Pitta e Pedro Richard Filho. Secretaria do Externato Nacional Pedro II, 28 de março de 1910.—*Paulo Tavares*, secretario.

Escola Polytechnica

De ordem do Sr. Dr. director da escola, faço publico, para conhecimento dos interessados, que hoje, 29 do corrente, ás 10 horas da manhã, serão chamados para exame oral os seguintes senhores:

Desenho para admissão

Antonio Luiz Pereira de Lemos. Rivaldavia Fonseca de Macedo. Joaquim Alvares de Azevedo Junior. Francisco Augusto de Salles Moraes. Paulo de Miranda Si Barrozo.

(Turma suplementar)

Agostinho Ornellas de Souza. Aldimir de São Paulo. Francisco Moreira da Fonseca. Carlos Ribeiro Meira. Ernesto Maia Jacy. Enoch da Rocha Lima.

Curso fundamental—Regulamento de 1901—Exercícios praticos da 1ª cadeira do 3º anno—(Astronomia)

Mario Simões Corrêa. Heitor Freire de Carvalho. George Malcher Sumner. Feliciano Mendes de Moraes Filho. Thomaz Cavalcanti Albuquerque de Gusmão.

(Turma suplementar)

Jayne de Castro Barbosa. José Antonio da Veiga Pedreira.

Jola Cuncio Povoas, secretario.

Internato Nacional Bernardo de Vasconcellos

EXAMES DE 2ª ÉPOCA

Hoje, 29 do corrente, haverá as seguintes provas oraes:

Às 8 horas—Francez e inglez do 4º anno.

Às 10 horas—Francez do 3º anno.

Secretaria do Internato Nacional Bernardo de Vasconcellos, 29 de março de 1910.

—*Sylvio Bevilacqua*, secretario.

Força Policial do Districto Federal

ASSISTENCIA DO MATERIAL

Officina de costuras

Previne-se ás Sras. costureiras matriculadas de ns. 1 a 300, com excepção das de ns. 3, 13, 15, 17, 24, 25, 39, 44, 45, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 71, 73, 80, 85, 88, 91, 99, 103

107, 113, 121, 122, 123, 125, 135, 139, 141, 144, 146, 147, 155, 166, 167, 170, 171, 178, 188, 191, 199, 220, 221, 222, 226, 237, 242, 245, 251, 260, 261, 268, 270 e 282, que devem comparecer na respectiva officina no dia 31 do corrente, das 7 ás 9 horas da manhã, afim de receberem peças de fardamento para manufacturar.

As que deixarem de comparecer no dia e hora acima indicados perderão o direito á costura nesta chamada.

Não se admittom intermediarias no recebimento de costuras.

Quartel á rua Evaristo da Veiga, 26 do março de 1910. — *Lomngos Martins da Oliveira Paranhos*, major assistente interino. (

Directoria Geral de Saude Publica

De ordem do Sr. Dr. director geral de Saude Publica interino, convido os proprietarios ou arrendatarios dos predios abaixo designados, ou seus legitimos procuradores, a comparecerem no dia e hora infra indicados, nos referidos predios, afim de assistirem á vistoria sanitaria que nelles vai ser effectuada, sob as penas da lei:

Rua de S. Clemente n. 174, dia 1 de abril vindouro ao meio-dia;

Rua de S. Clemente n. 176, dia 1 de abril vindouro ás 12 1/2 horas da tarde;

Rua de S. Clemente n. 178, dia 1 de abril vindouro á 1 hora da tarde;

Rua Humaylá n. 122, dia 4 de abril vindouro ao meio-dia;

Rua Humaylá n. 124, dia 4 de abril vindouro ás 12 1/2 horas da tarde.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 29 de março de 1910. — O secretario interino, *M. Pragma*.

Directoria Geral de Saude Publica

INFRACÇÕES DO REGULAMENTO SANITARIO

Ficam intimados a satisfazer nesta directoria geral, no prazo de cinco dias, as multas que lhes foram impostas, ou, findo esse prazo, se vorem processar, de accordo com o regulamento sanitario:

Pela 2ª delegacia de saude:

Barão do Mesquita, na pessoa de seu procurador, coronel França Leite, multado em 250\$, por ter deixado de cumprir a intimação n. 4.472, relativa ao predio á rua do Catete n. 196, moderno, infringindo o art. 98 do mesmo regulamento;

Pela 8ª delegacia de saude:

David Heay, multado em 125\$, por não ter communicado, por escripto, á mesma delegacia a vacancia do predio n. 12 do Alto da Boa Vista, infringindo o art. 87 do mesmo regulamento;

Dr. J. Borges, multado em 125\$, por não ter cumprido a intimação n. 2.677, relativa ao predio n. 486 da rua S. Francisco Xavier, infringindo o art. 98 do mesmo regulamento;

Manoel Garcia, multado em 125\$, por ter deixado de cumprir a intimação n. 370, relativa ao predio n. 253 do Boulevard 28 de Setembro, infringindo o art. 98 do mesmo regulamento.

Rio de Janeiro, Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 29 de março de 1910. — O secretario interino, *M. Pragma*.

Procuradoria Geral da Fazenda Publica

COBRANÇA EXECUTIVA

Pannas d'agua do 1º ao 9º districto de 1905 e 1906

Pelo presente edital são convidados a comparecer nesta procuradoria, dentro do prazo de oito dias, contados desta data, os devedores de pannas d'agua dos pradios situados do 1º ao 9º districto, nos exercicios de 1905 e 1906, afim de satisfazerem amigavelmente os seus debitos, sob pena de, findo o mesmo prazo, proceder-se á cobrança pelos meios judiciais.

Procuradoria Geral da Fazenda Publica, 23 de março de 1910. — *João Marciano Oliveira da Silva*, ajudante do procurador, interino. (

Recebedoria do Districto Federal

AGUA POR HYDROMETROS

De ordem do Sr. director faço publico que, a partir do dia 1 de março até 31 do mesmo mez, se procederá nesta repartição á cobrança da taxa do consumo de agua por hydrometro, relativa ao segundo semestre de 1909.

Não será permittido o pagamento do segundo semestre estando em debito o primeiro.

Os contribuintes que deixarem de effectuar o pagamento dentro do prazo marcado incorrerão na multa de 15 %.

Recebedoria do Districto Federal, 28 de fevereiro de 1910. — O sub-director interino, *Hermano Eugenio Tavares*. (

De ordem do Sr. director, faço publico aos interessados que as restituições de impostos relativos ao exercicio de 1909 serão pagas por esta repartição até o dia 31 de março, cahindo em exercicios findos as quantias que não forem procuradas até essa data.

1ª Sub-Directoria da Recebedoria do Districto Federal, 18 de fevereiro de 1910. — *Hermano Eugenio Tavares*, servindo de sub-director. (

Imprensa Nacional

VENDA DE UM MOTOR A GAZ E RESPECTIVOS APARELHOS ELECTRICOS

De ordem do Sr. director geral, faço publico, para conhecimento dos interessados, que até o dia 31 do corrente se recebem propostas para a venda de um grupo constante de motor a gaz, um dynamo e um quadro de distribuição, podendo tudo ser examinado diariamente na secção de artes, onde serão dados os esclarecimentos.

As propostas, fechadas, devidamente selladas, datadas e assignadas, com indicações da residencia dos concorrentes, devem ser apresentadas nesta secção até 1 hora da tarde do referido dia 31.

A directoria reserva-se o direito de não aceitar a proposta que, embora mais vantajosa que as dos demais concorrentes, não consulte aos interesses da Fazenda Nacional.

O motor a gaz, trabalhando tambem com essencia ou alcool, scantella electrica, é da *Societé Suisse Winterthur*, 12 cavallos de força, e 200 rotações por minuto, consome 5 m. c. de combustível por hora de trabalho.

O dynamo que o acompanha é do fabricante *C. Olivier & Comp.*, 72 ampéres 110 volts e 1 300 rotações por minuto. É do corrente continua, typo *HC 8*, n. 298.

Um quadro de distribuição de força e luz electrica.

Os proponentes obrigar-se-hão a retirar o machinismo do local em que se acha no prazo de tres dias contados da data da acceptação da proposta, que será garantida com o deposito da quantia de 100\$, effectuada na thesouraria desta repartição.

Secção Central, 11 de março de 1910. — O chefe de secção, *J. S. do Pillar Filho*. (

VENDA DE UM LOTE DE FERRO VELHO

De ordem do Sr. director geral, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, até o dia 31 do corrente, se recebem propostas para venda de um lote de ferro velho, que pôde ser examinado diariamente na secção de artes, onde serão dados os esclarecimentos.

As propostas, fechadas, devidamente selladas, datadas e assignadas, com indicações das residencias dos concorrentes, devem ser apresentadas nesta secção até 1 hora da tarde do referido dia 31.

A directoria reserva-se o direito de não aceitar a proposta que, embora mais vantajosa que as dos demais concorrentes, não consulte aos interesses da Fazenda Nacional.

Os proponentes obrigar-se-hão a retirar todo o ferro do local em que se acha, no prazo de tres dias, contados da data da acceptação da proposta, que será garantida com o deposito da quantia de 100\$, effectuada na thesouraria desta repartição.

Só será tomada em consideração a proposta que se referir ao lote em conjunto, comprehendendo ferro fundido e batido.

Secção Central, 14 de março de 1910. — O chefe de secção, *J. S. do Pillar Filho*. (

CONCURSO PARA OS LOGARES DE SUPPLENTES DE CONFERENTES DA REVISÃO DO «DIARIO DO CONGRESSO»

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico, para conhecimento dos interessados, que as provas deste concurso serão realizadas no dia 4 de abril proximo vindouro, ás 3 horas, na sala da revisão do *Diario Official*. Haverá uma só turma, pelo que deverão comparecer todos os inscriptos.

Secção Central, 28 de março de 1910. — O chefe de secção, *J. S. do Pillar Filho*. (

Alfandega do Rio de Janeiro

Em obediencia ao disposto no art. 395 da Consolidação das Leis das Alfandegas, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, tendo sido descarregados em más condições e vassallo os barris com vinho abaixo designados, devem os respectivos consignatarios providenciar como lhes for mais conveniente no prazo de oito dias.

Outrosim declaro que, findo esse prazo, si taes providencias não tiverem sido tomadas, serão os ditos volumes vendidos em hasta publica como abandonados, nos termos do art. 257 da mesma consolidação.

Vapor francez *Aminal Troude*, entrado em 4 de fevereiro de 1910. Manifesto n. 126.

Trapiche da Ordem—GZC: 8 quintos sem numero, consignados a *Gonçalves Zonha & Comp.*

PC: 12 ditos idem, consignados a ordem. *Marques Silva & Comp.*, 6 ditos idem, consignados a *Marques Silva & Comp.*

ARR: 6 ditos idem, consignados a *Antonio Roiz da Rocha*.

Silva & Neves: 7 ditos idem, consignados a *Silva Neves & Comp.*

JLP: 1 decimo idem, consignado a Souto Maior & Comp.
 MAC: 2 quintos idem, consignados a ordem.
 JLP: 1 dito idem, consignado a Souto Maior & Comp.
 MJD—JD: 1 pipa idem, consignada a Marcolino João Duarte.
 MRPS: 9 quintos idem, consignados a Manoel Rodrigues P. Sobrinho.
 BS: 10 ditos idem, consignados a Bernardo Santos & Comp.
 MS: 3 ditos idem, consignados a Amaral Guimarães & Comp.
 MFO: 14 ditos idem, consignados a Gonçalves Zeha & Comp.
 TCC: 4 ditos idem, consignados a Teixeira Costa & Comp.
 MSS: 4 decimos idem, ignora-se. O manifesto não dá esta marca.
 Leite & Azevedo: 7 quintos idem, consignados a Leite & Azevedo.
 ASC: 1 dito idem, consignado a Almeida Siemann & Comp.
 CR: 4 ditos idem, ignora-se. O manifesto não dá esta marca.
 Trapiche da Ordem — Fernandes Mourão: 1 quinto sem numero; consignado a Fernandes Mourão & Com.
 DCC—Juiz de Fora: 1 decimo sem numero, consignado a Dias Cardoso & Comp.
 Vapor alemão S. Paulo, entrado em 14 de fevereiro de 1910—Manifesto n. 153.
 Trapiche da Ordem—JVT: 3 quintos sem numero, consignados a José Ventura Teixeira.
 Bernardo Santos & Comp.: 2 ditos sem numero, consignados a Bernardo Santos & Comp.
 GZC: 4 ditos sem numero, consignados a Gonçalves Zeha & Comp.
 AR: 2 ditos sem numero, consignados a Antonio Vieira Ramos.
 OLSC: 6 ditos sem numero, consignados a Oliveira Lopes Silva & Comp.
 NS: 1 dito sem numero, consignado a Nóbrega & Comp.
 GZC: 1 decimo sem numero, consignados a Gonçalves Zeha & Comp.
 HFC: 2 quintos sem numero, consignados a Marinho Pinto & Comp.
 JVC: 2 quintos sem numero, consignados João Vieira da Cruz.
 Guimarães Amaro: 1 dito sem numero, consignado a Guimarães Amaro & Comp.
 ASC: 1 dito sem numero, consignado a Almeida Siemann & Comp.
 ASS: 2 decimos sem numero, consignados ao mesmo.
 Vapor francez *Espagne*, entrado em 7 de fevereiro de 1910.—Manifesto n. 136.
 Trapiche da Ordem—NP: 1 quartola sem numero, consignada a d'Orsi & Irmão.
 ADR: 1 dita sem numero, consignada ao mesmo.
 CS: 2 ditos sem numero, consignados a ordem. O manifesto dá OS.
 JCF: 1 dita sem numero, consignada a J. E. Eteleune.
 NZC: 4 1/2 ditos sem numero, consignadas a Nicola Zagari & Comp.
 FL: 3 ditos sem numero, consignadas a Costa Simões & Comp.
 FG: 1 1/2 dita sem numero, consignada a d'Orsi & Irmão.
 BC: 3 garrações sem numero, consignados a Bifano & Comp. O manifesto da BF.
 NZC: 3 quartolas sem numero, consignadas a Costa Simões & Comp.
 Vapor ingloz *Teviot*, entrado em 21 de fevereiro de 1910.—Manifesto n. 121.
 Trapiche da Ordem—MP: 2 quartolas sem numero, consignadas a Martinollo Pazzanete.

Alfandega do Rio de Janeiro.—O chefe da 1ª secção, Miguel Fernandes Barros.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL N. 10
 Terceira praça

Pela Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro faz-se publico que á porta do armazem do consumo e nas dos armazens abaixo indicados, no dia 29 de março ao meio dia, se hão de arrematar, livres de direitos e no estado em que se acharem, as mercadorias seguintes:

ARMAZEM N. 1

Lote n. 1

AGC: 1 fardo n. 12, contendo 20 peças de tecido de algodão branco, liso, da base de 10 x 10, medindo 2.132 metros de mais de 49 grammas por metro quadrado, pesando liquido 173 kilos, vindo de Liverpool no vapor *Tintoretto*, descarregado em 4 de novembro de 1908, consignado a A. Gomes & Comp.

Lote n. 2

Envelope DCF: 1 fardo contendo 20 peças de tecido de algodão branco, liso, da base de 10x10, medindo 2.147 metros de mais de 49 grammas por metro quadrado, pesando liquido 173 kilos, vindo de Liverpool no vapor *Tintoretto*, descarregado em 24 de novembro de 1908, consignado a D. Florita & Comp.

Lote n. 3

Losango G, contra-marca AC: 1 fardo n. 101, contendo 60 peças de tecido de algodão, tinto, liso, da base de 10x10, medindo 2 680 metros de mais de 60 grammas, pesando liquido 195 kilos.

Idem: 1 fardo n. 102, contendo 18 peças de brim de algodão, medindo 846 metros, pesando liquido 83 kilos.

Idem: 1 fardo n. 103, contendo 48 peças de tecido de algodão tinto, liso, da base de 10x10 medindo 2 255 metros, pesando 190 kilos, vindos de Liverpool no vapor *Tintoretto*, descarregados em 4 de novembro de 1908, consignados a A. Gomes & Comp.

Lote n. 4

MIC: 2 barris sem numero, vasos, vindos de Liverpool no vapor *Tintoretto*, descarregados em 14 de novembro de 1908, consignados a Macedo Junior & Comp.

Lote n. 5

Santos Magalhães: 2 barris de 5ª sem numero, vasos, vindos de Liverpool no vapor *Tintoretto*, descarregados em 14 de novembro de 1908, consignados a Carlos Taveira & Comp.

Lote n. 6

T. de M. C.: 10 amarrados ns. 1/8 e 11/12 contendo ventiladores electricos, *ad valorem*, vindos de Antuerpia no vapor *Teviot*, descarregados em 10 de novembro de 1908, consignados a Trajano de Medeiros & Comp.

Lote n. 7

Losango J. M. S.: 1 barrica sem numero, contendo quaesquer outras obras não classificadas, simplesmente polidas, de cobre, pesando liquido 98 kilos, vinda de Glasgow no vapor *Corcovado*, descarregada em 11 de novembro de 1908, consignada a A. C. Grery.

Lote n. 8

HAG: 2 caixas ns. 35.490/1, contendo dois pianos de armario, vindas do Havre no va-

por *Campina*, descarregadas em 19 de novembro de 1908, consignadas á ordem.

Lote n. 9

Quadrilongo Jordão, contra-marca CC: 1 caixa n. 84, contendo borracha em obras não classificadas, pesando liquido nas caixas de papelão 46 kilos. *ad valorem*.

Idem: 1 dita n. 80, contendo cartão de côr cortado, pesando nos envoltorios 65 kilos.

Idem: 1 dita n. 81, contendo papel albuminado para photographia, pesando nos envoltorios 53 kilos, vindas de Nova York no vapor *Byron*, descarregadas em 25 de novembro de 1908, consignadas a Luiz Jordão & Comp.

Lote n. 10

GAC: 2 barris desmontados, pesando 36 kilos, vindos de Liverpool no vapor *Terence*, descarregados em 14 de dezembro de 1908, consignados a G. Alfonso & Comp.

Lote n. 11

JM: 1 barril desmontado, pesando 14 kilos, vindo de Liverpool no vapor *Terence*, descarregado em 14 de dezembro de 1908, consignado a Joaquim Moreno.

Lote n. 12

JCP: 1 dito desmontado, pesando 52 kilos, vindo de Liverpool no vapor *Terence*, descarregado em 14 de dezembro de 1908, consignado a Joaquim Carlos Pereira.

Lote n. 13

CTC: 3 ditos, pesando 52 kilos, vindos de Liverpool no vapor *Terence*, descarregados em 14 de dezembro de 1908, consignados a Carlos Taveira & Comp.

Lote n. 14

AO: 1 caixa n. 6.039, contendo seis aquecedores e quaesquer outras obras não classificadas de cobre simples, pesando liquido 59 kilos, vinda de Liverpool no vapor *Holace*, descarregada em 18 de dezembro de 1908 e consignada á ordem.

Lote n. 15

CFAC: 1 caixa n. 21, contendo arandelas de cobre simples, pesando nos envoltorios 51 kilos, vinda de Liverpool no vapor *Holace*, descarregada em 18 de dezembro de 1908 e consignada a C. Walker & Comp.

Lote n. 16

AKC em um quadrilongo: 1 caixa n. 1.100, contendo 12 sellins para bicycletas, pesando nos envoltorios 10 kilos, vinda de Nova York no vapor *Tennyson*, descarregada em 26 de dezembro de 1908 e consignada a A. C. King.

ARMAZEM N. 4

Lote n. 17

ES: 1 pacote sem numero, pesando bruto kilos, contendo rollhas de cortiça em caixas de papelão, pesando com os envoltorios 6.200 grammas, vindo de Barcelona no vapor *Juan Forgas*, descarregado em 1 de abril de 1909 e consignado a Elias Sellis & Comp.

Lote n. 18

GD—SC: 1 caixa n. 916, pesando bruto 160 kilos contendo tecidos de algodão não

especificados, lisos, tintos, da base de 10x10 fios de mais de 60 grammas por metro quadrado, pesando liquido 132 kilos.

Item 1 caixa n. 917, pesando bruto 162 kilos contendo tecidos de algodão não especificados, lisos, tintos, da base de 10x10 fios de mais de 60 grammas por metro quadrado, pesando liquido 135 kilos; vindas de Southampton no vapor *Araguaya*, descarregadas em 7 de abril de 1909, consignadas a Vuva Bento & Comp.

Lote n. 19

SC: 1 caixa n. 406, pesando bruto 147 kilos contendo tecidos de algodão de fantasia, tintos, até 100 grammas por metro quadrado com mescla de seda, pesando liquido 11.500 grammas.

Tecidos de seda e algodão tendo do lado da seda fios visíveis de algodão, pesando liquido 95.500 grammas, vinda de Southampton no vapor *Araguaya*, descarregada em 7 de abril de 1909, consignada a Seabra & Comp.

Lote n. 20

CDIS: 1 caixa sem numero pesando bruto 21 kilos contendo tecido de seda e algodão em partes iguaes, pesando liquido 7 kilos.

Tecido de algodão de fantasia, tinto, de mais de 100 grammas por metro quadrado com mescla de seda, pesando liquido 2.600 grammas, vinda de Southampton no vapor *Araguaya*, descarregada em 7 de abril de 1909, consignada á ordem.

Lote n. 21

A. Berender: 1 mala pesando bruto 50 kilos contendo filô de algodão bordado, pesando liquido 19.700 grammas.

Transparentes de tecido de algodão bordado, pesando liquido 6.500 grammas, *ad valorem*.

Um bahú de madeira ordinario forrado de lona de mais de centímetros, vindos de Buenos Aires no vapor *Araguaya*, descarregados em 22 de abril de 1909, consignados a Pestana & Comp.

Lote n. 22

AATC: 1 caixa n. 47, contendo um jogo completo de *foot-ball*, *ad valorem*, vinda de Bordeaux no vapor francez *Magellan*, descarregada em 26 de abril de 1909 e consignada a Sport Club.

Lote n. 23

AC: 1 caixa n. 25, pesando bruto 33 kilos, contendo tranças de palha grossa, pesando bruto 9 kilos.

Tranças de palha para enfeites de chapéus pesando bruto 4.400 grammas, vinda de Bordeaux no vapor *Magellan*, descarregada em 26 de abril de 1909.

Lote n. 24

VF: 1 caixa sem numero, pesando bruto 24 kilos contendo collarinhos de papel, pesando com os envoltorios 11 kilos, vinda de Paysandú no vapor *Jupiter*, descarregada em 27 de abril de 1909, consignada a Victor Fidei.

Lote n. 25

Circulo A contra-marca AF Andrade: 1 caixa n. 180, pesando 81 kilos contendo 32 transparentes de madeira para janellas.

Item: 1 caixa n. 181, pesando 81 kilos, contendo 32 transparentes de madeira para janellas.

Item: 1 caixa n. 184, pesando bruto 64 kilos contendo camphora, pesando liquido 45 kilos.

Item: 1 caixa n. 185, pesando bruto 65 kilos contendo camphora, pesando liquido 45 kilos.

Item: 1 caixa n. 186, pesando bruto 67 kilos, contendo camphora, pesando liquido 45 kilos.

Item: 1 caixa n. 187, pesando 45 kilos contendo essencia de hortelã-pimenta, pesando liquido 27 kilos.

Item: 1 caixa n. 188, pesando bruto 47 kilos contendo essencia de hortelã-pimenta, pesando liquido 27 kilos; vindas de Genova no vapor *Concezione*, descarregadas em 27 de abril de 1909 e consignadas á ordem.

Lote n. 26

Rev. Joaquim Alves Freire: 1 caixa sem numero, contendo, além de fructas verdes estragadas, vinho não especificado até 14º pesando bruto nas garrafas 17 kilos; vinda de Genova no mesmo vapor, descarregada em 27 de abril de 1909 e consignação ignorada.

ARMAZEM N. 5

Lote n. 27

BA: 1 barril sem numero, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Petropolis*, descarregado em 9 de fevereiro de 1909 e consignado á ordem.

Lote n. 28

AI: 1 barril, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Pernambuco*, descarregado em 25 de fevereiro de 1909 e consignado a Antunes & Irmão.

Lote n. 29

GZC: 1 barril sem numero, vasio, vindo de Hamburgo no mesmo vapor, descarregado em 25 de fevereiro de 1909 e consignado a Gonçalves Zenha & Comp.

Lote n. 30

OTC: 2 barris vasio, sem numero, vindos de Hamburgo no vapor *Pernambuco*, descarregados em 25 de fevereiro de 1909, consignação ignorada.

Lote n. 31

Travessão TCC: 2 barris vasio, sem numero, vindos de Hamburgo no vapor *Pernambuco*, descarregados em 25 de fevereiro de 1909, consignados a Torres Clementino & Comp.

Lote n. 32

GAC: 1 barril vasio, sem numero, vindo de Hamburgo no vapor *Pernambuco*, descarregado em 25 de fevereiro de 1909, consignado a G. Affonso & Comp.

Lote n. 33

Sem marca: 1 amarrado sem numero, de tubos de ferro simples, para agua, pesando liquido 85 kilos, vindo de Marselha no vapor *Espagne*, descarregado em 15 de fevereiro de 1909, consignação ignorada.

Lote n. 34

EC: 1 caixa sem numero, contendo folhas de Flandres, em laminas simples, pe-

sando liquido real 45 kilos, vinda de Bremen no vapor *Crefeld*, descarregada em 19 de setembro de 1903, consignação ignorada.

Lote n. 35

RAMA & C^o: 1 barril de 5º sem numero, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Corcovado*, descarregado em 16 de março de 1909, consignado a Rama & Comp.

Lote n. 36

SA: 1 barril de 5º sem numero, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Bahia*, descarregado em 16 de março de 1909, consignado á ordem.

Lote n. 37

DRC: 1 barril de 5º sem numero, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Bahia*, descarregado em 16 de março de 1909, consignado a Dias Ramalhó & Comp.

Lote n. 38

AAS: 1 barril de 5º sem numero, vasio, vindo de Amsterdam no vapor *Maasland*, descarregado em 3 de março de 1909, consignado a Adolpho Antonio da Silva.

Lote n. 39

GAAC: 2 barris de 5º sem numero, vasio, vindos de Bremen no vapor *Crefeld*, descarregados em 16 de março de 1909, consignados a Gonçalves Almeida, Amarante & Comp.

Lote n. 40

MRPS: 1 barril de 5º sem numero, vasio, vindo de Bremen no vapor *Crefeld*, descarregado em 14 de março de 1909, consignado a Manoel Rodrigues Pinheiro & Sobrinho.

Lote n. 41

AFG: 1 barril sem numero, de 5º, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *S. Nicolas*, descarregado em 19 de março de 1909, consignado á ordem.

Lote n. 42

Santos Magalhães: 2 barris sem numero, de 5º, vasio, vindos de Hamburgo no vapor *Etruria*, descarregados em 24 de março de 1909, consignados a Santos Magalhães & Comp.

Lote n. 43

Silva Neves: 3 barris sem numero, de 5º, vasio, vindos de Hamburgo no vapor *Etruria*, descarregados em 24 de março de 1909, consignados a Silva Neves.

Lote n. 44

JS: 1 barril sem numero, de 5º, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Etruria*, descarregado em 24 de março de 1909, consignado a João da Silva.

Lote n. 45

Guimarães Amaro: 1 barril sem numero, de 5º, vasio, vindo de Hamburgo no vapor *Etruria*, descarregado em 24 de março de 1909, consignado a Guimarães Amaro & Comp.

Lote n. 46

DAC: 3 barris sem numero, de 5º, vasio, vindos de Hamburgo no vapor *Cap Roca*.

descarregados em 28 de março de 1909, consignados a Dias Almeida & Comp.

Lote n. 47

RAC: 2 barris sem numero, de 1/2, varios vinhos de Hamburgo no vapor *Cap Roca*, descarregados em 28 de março de 1909, consignados a Rebello Guimarães & Comp.

Lote n. 48

Fernandes Mourão: 1 barril de quinto, vazio, sem numero, vindo de Hamburgo no vapor *Cap Roca*, descarregado em 28 de março de 1909, consignado a Fernandes Mourão.

Lote n. 49

EIC: 1 barril de quinto, vazio, sem numero, vindo de Hamburgo no vapor *Cap Roca*, descarregado em 28 de março de 1909, consignado a Ferraz & Irmão.

Lote n. 50

GAAC: 1 barril de quinto, vazio, sem numero, vindo de Hamburgo no vapor *Cap Roca*, descarregado em 28 de março de 1909, consignado a Gonçalves Almeida, Amaranite & Comp.

ARMAZEM N. 8

Lote n. 51

AH: 2 caixas ns. 2.005/6, contendo óleo de fígado de bacalhão, pesando liquido real 63 kilos, vindas de Liverpool no vapor *Sorata*, descarregadas em 1 de março de 1909, consignadas a A. Heuault.

Lote n. 52

DRM: 1 caixa n. 14.816, contendo elixir medicinal de qualquer qualidade, pesando liquido real 32 kilos, vinda de Liverpool no vapor *Sorata*, descarregada em 1 de março de 1909, consignada a Lucas & Comp.

Lote n. 53

LN: 4 barricas ns. 1/2 e 5/6, contendo frascos communs de vidro ordinario branco sem rolha e sem bocca esmerilhada, pesando liquido 791 kilos, vindas de Liverpool no vapor *Sorata*, descarregadas em 1 de março de 1909, consignadas a Rosanel.

Lote n. 54

USC, 7.043: 1 barril n. 1, contendo óleo de ricino pesando liquido real 170 kilos.

Idem: 3 ditos ns. 2/4, contendo (resíduos) óleo de resíduos de petróleo para lubrificação de machinas, pesando liquido 430 kilos.

Idem: 1 caixa n. 5, contendo ferramentas grossas (enxadas) pesando liquido 28 kilos.

Idem: 1 dita n. 6, contendo amiantho ou asbestos em panno, gacheta, etc., com ou sem composição de borracha ou talco, pesando liquido 53 kilos.

Borracha em tubos, folhas ou laminas, pesando liquido 6 kilos.

Idem: 1 dita n. 7, contendo borracha em laminas ou em folhas, pesando liquido 53 kilos.

Idem: 1 dita n. 8, contendo quaesquer obras de papel, papelão ou massa, pesando liquido 40 kilos, *ad valorem*.

Idem: 1 dita n. 9, contendo fio (arame) em tela metallica ou panno de arame, pesando bruto com os envoltorios 96 kilos (em peça ou retalho) vindos de Liverpool no vapor *Sorata*, descarregados em 1 e 2 de março de 1909, consignados a Albano de Castro.

Lote n. 55

AVV: 1 dita n. 21, contendo estampos para cartazes-annuncios, brinquedos e semelhantes, pesando bruto com os envoltorios 72 kilos, vinda de Liverpool no vapor *Sorata*, descarregada em 2 de março de 1909, consignada a A. Woebecke.

Lote n. 56

CK: 2 barricas ns. 299/300, contendo argilla, pesando liquido 100 kilos.

Idem: 1 dita n. 3.537, contendo kaolin cu terrade porcellana, pesando liquido 40 kilos vindas de Antuerpia no vapor *Rynland*, descarregadas em 6 de março de 1909, consignadas a Carlos Kuesverz.

Lote n. 57

Colonia Affonso Penna: 1 caixa sem numero, contendo obras de madeira não classificadas, *ad valorem*, vinda de Antuerpia no vapor *Rynland*, descarregada em 6 de março de 1909, consignação ignorada.

Lote n. 58

Triangulo-S: 2 caixas ns. 6.971/72, contendo 109 peças com 4.901 metros de tecidos de algodão tinto, da base de 10x10 fios de mais 60 grammas por metro quadrado, pesando liquido 493 kilos.

Idem: 2 caixas ns. 7.699/700 contendo 84 peças com 3.211 metros de tecido de algodão tinto da base de 10x10 de mais de 60 grammas por metro quadrado, pesando liquido 330 kilos, vindas de Antuerpia no vapor *Rynland*, descarregadas em 6 de março de 1909, consignadas a Viuva Bento & Comp.

Lote n. 59

Tres losangos—HWS: 1 caixa n. 837, contendo jornaes de modas (brochados) pesando bruto com os envoltorios 88 kilos, vinda de Liverpool no vapor *Oronsa*, descarregada em 18 de março de 1909, consignada a Slopier Irmão & Comp.

Lote n. 60

Triangulo 1.911, contra-marca CCB: 1 caixa n. 1.723, contendo sabão e sabonetes medicinaes compostos, pesando liquido 1.200 grammas.

Productos chimicos não classificados pesando bruto 12 kilos, *ad valorem*, vinda de Southampton no vapor *Amazon*, descarregada em 24 de março de 1909.

Lote n. 61

DIIM: n. 999, 1 caixa contendo tranças de palha grossa para chapéos, pesando com os envoltorios 23 kilos.

Tranças proprias para enfeites de chapéos, pesando bruto com os envoltorios 4 kilos.

24 chapéos de seda enfeitados, *ad valorem*.

24 chapéos (carcassas) de crinol de seda artificial, *ad valorem*.

10 ditos de palha de aveia e semelhantes, vinda de Southampton no vapor *Amazon*, descarregada em 24 de março de 1909, consignada á ordem.

Lote n. 62

CB: 7 caixas ns. 21/27, contendo queijos de qualquer qualidade, pesando bruto 140

kilos, vindas de Southampton no vapor *Amazon*, descarregadas em 24 de março de 1909, consignação ignorada.

Lote n. 63

GD—SC: 4 caixas ns. 509/12, contendo 192 peças com 11.328 metros de tecido de algodão tinto, da base de 10x10 de mais de 60 grammas por metro quadrado, pesando liquido 581 kilos;

8 peças com 473 metros de tecidos de algodão branco da base de 10x10 de mais de 49 grammas por metro quadrado, pesando liquido 24 kilos.

Idem: 2 caixas ns. 913/14, contendo 100 peças com 3.900 metros de tecido de algodão tinto, de mais de 60 grammas por metro quadrado, base de 10x10, pesando liquido 278 kilos.

Idem: 1 caixa n. 918, contendo 31 peças com 1.338 metros de tecido de algodão de fantasia, tinto, bordado, de mais de 100 grammas por metro quadrado, pesando liquido 133 kilos, vindas de Southampton no vapor *Amazon*, descarregadas em 24 de março de 1909, consignadas a Viuva Bento & Comp.

Lote n. 64

JRC: 7 caixas ns. 11/17, contendo obras de ferro batido simples, pesando liquido 1.702 kilos e 800 grammas, vindas de Southampton no vapor *Amazon*, descarregadas em 27 de março de 1909, consignadas a João Ramos & Comp.

Lote n. 65

Losango XD: 1 caixa n. 1.079, contendo 33 cortes de casomira de lã pura ou com mescla de algodão, medindo 118 metros de comprimento, pesando até 450 grammas por metro quadrado, pesando liquido 43.400 grammas, vinda de Southampton no vapor *Amazon*, descarregada em 27 de março de 1909, consignada a Xavier Ducap.

Lote n. 66

PRR: 1 caixa sem numero, contendo obras não classificadas de ferro batido, simples, pesando bruto 120 kilos, obras não classificadas de ferro fundido, simples, pesando bruto 346 kilos, vinda de Nova York no vapor *Siegmund*, descarregada em 18 de novembro de 1907, consignação ignorada.

Lote n. 67

MFT: 1 caixa n. 3.867, contendo tecido de algodão lavrado, tinto, de mais de 100 grammas por metro quadrado, pesando 94 kilos;

Seis stores de algodão, bordado, pesando liquido 4.700 grammas, *ad valorem*;

Obras não classificadas de cobre dourado, pesando 4.500 grammas, vinda de Havre no vapor *Colonia*, descarregada em 16 de março de 1908.

ARMAZEM N. 15

Lote n. 68

CTR: 1 caixa n. 95, contendo panninho de algodão envernizado para mappas, pesando bruto 200 kilos.

Idem: 25 fardos contendo papel colorido, pesando bruto 4.220 kilos, vindos de Trieste no vapor *Stephanea*, descarregados em 6 de março de 1909, consignados á ordem.

Lote n. 69

CTB: 81 fardos contendo papel de impressão assetinado, pesando bruto 13.680 kilos,

vindos de Trieste, no vapor *Stephanea*, descarregados em 6 de março de 1909, consignados á ordem.

Lote n. 70

FU: 1 caixa n. 1.349, contendo uma machina, pequena, para arrolhar garrafas, pesando 40 kilos, vinda de Trieste, no vapor *Stephanea* descarregada em 6 de março de 1909, consignada á ordem.

Lote n. 71

Jayme Magno & Comp.: 1 caixa sem numero, contendo amostras de ladrilhos (seis peças) *ad valorem*, vinda de Trieste no vapor *Stephanea*, descarregada em 16 de março de 1909, consignada a Jayme Magno & Comp.

Lote n. 72

PMC: 1 caixa n. 4.964, contendo brim de algodão entrançado, pesando liquido 232 kilos, vinda de Trieste no vapor *Stephanea* descarregada em 16 de março de 1909, consignada a Pinto Monteiro & Comp.

Lote n. 73

Triangulo 50: 1 caixa n. 3.830, contendo tecido de algodão de listras, pesando 100 grammas por metro quadrado, pesando liquido 35 kilos, vinda de Trieste no vapor *Stephanea*, descarregada em 16 de março de 1909, consignada a Braga Carneiro & Comp.

Lote n. 74

Losungo F. P. contra-marca HC Força Policial: 1 caixa n. 1, contendo vasos de vidro para pilhas electricas, pesando liquido 24 kilos, vinda de Nova York no vapor *Cavour*, descarregada em 22 de março de 1909, consignada á Força Policial do Districto Federal.

Lote n. 75

J. C. Prior: 1 caixa sem numero, contendo diversas amostras de perfumaria, pesando bruto 16 kilos, vinda de Nova York no vapor *Cavour*, descarregada em 22 de março de 1909, consignada a J. C. Prior.

ARMAZEM DAS AMOSTRAS

Lote n. 76

Marca Letreiro: 1 pacote sem numero, contendo gesso em obras, pesando 5.700 grammas, vindo de Marselha no vapor *Italie*, descarregado em 6 de maio de 1909.

Lote n. 77

Marca Letreiro: 1 pacote sem numero, contendo obras impressas de uma só cor, pesando bruto 2 kilos, vindo de Hamburgo no vapor *Antonina*, descarregado em 8 de maio de 1909.

Lote n. 78

Marca Letreiro: 1 pacote sem numero, contendo amostras *ad valorem*, vindo de Hamburgo no vapor *Macedonia*, descarregado em 12 de maio de 1909.

Lote n. 79

Marca Letreiro: 2 pacotes sem numero, contendo doces confeitos, pesando bruto quatro kilos e 400 grammas, vindos de Hamburgo no vapor *Cordoba*, descarregados em 23 de maio de 1909.

Lote n. 80

Marca Letreiro: 1 pacote sem numero, contendo imagens de louça n. 4, para cima de mesa, pesando liquido 700 grammas, vindo de Liverpool, no vapor *Camões*, descarregado em 27 de maio de 1909.

Lote n. 81

Marca Letreiro: 1 encapado sem numero, contendo catalogos, pesando liquido 3.200 grammas, vindo de Hamburgo, no vapor *Rio Negro*, descarregado em 22 de maio de 1909.

Lote n. 82

Marca Letreiro: 1 pacote sem numero contendo tecido de seda, não especificado, pesando liquido 2.870 grammas, vindo de Nova York, no vapor *Ceará*, descarregado em 31 de maio de 1909.

Lote n. 83

Triangulo 13 contra-marca BS ou Ramos dos Santos: 1 pacote n. 2.247, contendo amostras, pesando 3 kilos, *ad valorem*, vindo de Southampton, no vapor *Thames*, descarregado em 11 de maio de 1909.

Lote n. 84

Triangulo EFC ou Oscar A Cox: 1 caixa sem numero, contendo colla, não especificada, pesando 6 kilos, vinda de Southampton, no vapor *Araguaya*, descarregada em 31 de maio de 1909.

Lote n. 85

ARA: 1 caixa sem numero, contendo louça n. 3, pesando liquido 2.600 grammas, vinda de Hamburgo, no vapor *Macedonia*, descarregada em 12 de maio de 1909.

Lote n. 86

EL: 1 caixa sem numero contendo chaminés de vidro n. 1, pesando liquido 2.600 grammas.

Amostras de carvão animal, pesando 700 grammas, *ad valorem*, vindas de Southampton no vapor *Araguaya*, descarregadas em 31 de maio de 1909.

Lote n. 87

Marca Letreiro: 1 pacote contendo oleo de residuos de petroleo, pesando 8 kilos, ignorando-se a procedencia, vapor o descarga.

Lote n. 88

JV: 1 caixa n. 1, contendo asbestos cardidos, pesando liquido 3 kilos, vinda de Liverpool no vapor *Calderon*, descarregada em 12 de maio de 1909.

Lote n. 89

Marca Letreiro ou LF: 1 caixa n. 1, contendo tecido de seda e borraacha, pesando 14 kilos, vinda de Hamburgo no vapor *Antonina*, descarregada em 8 de maio de 1909.

Lote n. 90

Marca Letreiro: 1 caixa contendo duas espadas com copos e bainhas de ferro, vinda de Hamburgo no vapor *Antonina*, descarregada em 8 de maio de 1909.

Lote n. 91

EF: 1 caixa n. 7.470, contendo bijouteria de chumbo, pesando bruto 3 kilos, vinda de Hamburgo no vapor *Antonina*, descarregada em 8 de maio de 1909.

Lote n. 92

Marca Letreiro, n. 22: Uma caixa contendo amostras, *ad valorem*, vinda de Hamburgo no vapor *Rio Negro*, descarregada em 22 de maio de 1909.

Lote n. 93

Marca Letreiro, sem numero: Quatro pacotes contendo estampas não especificadas, pesando 6.500 grammas, vindos de Hamburgo no vapor *Macedonia*, descarregados em 12 de maio de 1909.

Lote n. 94

Veiga Irmão, ns. 2.295/6: Dois pacotes contendo lã em fio para bordar, pesando bruto com os papéis 10 kilos, vindos de Hamburgo no vapor *Macedonia*, descarregados em 12 de maio de 1909.

ARMAZENS DO CONSUMO

Lote n. 95

L I, n. 387: Uma caixa contendo rolinhas de cortica, pesando bruto 7 kilos, capsulas de estanho para garrafas, pesando bruto 8 kilos, vinda de Bordeaux no vapor *Magellan*, descarregada em 22 de abril de 1908.

Lote n. 96

Apprehensão

Sem marca: Um volume contendo tecido de seda artificial, pesando 7.850 grammas, (em tresse peças); botões de madreperola, pesando 3.250 grammas, vindo no vapor *Les Alpes*, entrado em 8 de junho de 1909.

Lote n. 97

Apprehensão

Abrahan Francisco: 1 volume sem numero, contendo botões de madreperola, pesando 2.710 grammas, vindo de Santos no vapor *Rypland*, descarregado em 15 de junho de 1909.

Lote n. 98

Apprehensão

Abelardo Arcas e Franklin de Almeida: 1 volume sem numero, contendo 12 caixas com charutos contendo cada caixa 50 charutos, total 600 charutos, vindo de bordo do vapor *Zaland*, descarregado em 27 de agosto de 1909.

AVISO

No dia do leilão, as mercadorias que tiverem de ser arrematadas, ou suas amostras, estarão á disposição dos Srs. pretendentes que as quizerem examinar, bastando para isso dirigirem-se, antes do leilão, ao fio do armazem.

Lavrado o termo de arrematação, entregará o arrematante ao escrivão da praça o signal de 20 %, em dinheiro, recebendo deste um conhecimento extrahido de talão.

Alfanlega do Rio de Janeiro, 11 de março de 1910.

Pelo inspector, *Crescencino B. de Carvalho*,

Ministerio da Guerra

DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

De ordem do Sr. coronel chefe do Departamento, o Conselho de Compras deste departamento recebe propostas no dia 30 do corrente, até ao meio-dia, para fornecimento dos artigos abaixo especificados:

- 5.000^m de algodão riscado.
- 1.000^m de panno garance fino.
- 350^m de panno azul ultramar fino.
- 170^m de panno preto fino.
- 580^m de panno azul ferrete fino.
- 2.250^m de algodão morim

- 320^m de panno azul marinho fino.
900^m de algodão branco grosso nacional.
- 920^m de entretela de linho.
1.040^m de flannela kaki fina.
280^m de morim de ferro.
- 1.600^m de metim trançado de cores.
60^m de merinó de-cór kaki.
740^m de merinó preto.
250^m de brim branco de linho trançado.
- 1.210^m de brim branco liso.
5^m de baetilha branca de lã.
2.000^m de flannela de lã, de cores.
700^m de flannela azul ferrete regular.
855^m de galão de ouro de 0^m,010.
6.000^m de soutecho de lã garante de 0,004.
- 14.00^m de soutecho de lã preto de 0,005
3.300^m de zuarto de linho.
3.000^m de brim escuro trançado.
2).000^m de cadarço branco de linho de 0^m,020.
- 310^m de fustão branco de linho.
140 botões dourados lisos grandes.
160 botões dourados lisos pequenos.
- 1.400 botões dourados grandes, para cavallaria.
1.600 botões dourados pequenos, para cavallaria.
2.100 botões dourados grandes para infantaria.
2.400 botões dourados pequenos para infantaria.
700 botões dourados grandes para engenharia.
800 botões dourados pequenos para engenharia.
400 botões dourados grandes para artilharia.
1.000 botões dourados pequenos para artilharia.
24.900 botões prateados, grandes, com lyra.
30.100 botões prateados, pequenos, com lyra.
800 botões dourados, grandes, com ancora.
600 botões dourados, pequenos, com ancora.
1.800 botões de osso brancos, pequenos, dous furos.
1.800 botões de massa kaki, regulares.
5.520 botões de massa pretos, regulares.
90.000 botões de osso pretos, polidos, regulares.
1.600 casacos de colchetes pretos, regulares.

As pessoas que pretenderem concorrer a esse fornecimento deverão habilitar-se previamente neste Departamento até o d.a 28 e fazer a caução de 1:000\$ na Directoria de Contabilidade.

As propostas são em duplicata, sellada a 1^a via, com referencia a uma só especie de artigo e deverão conter a declaração de serem taes artigos iguaes ás amostras existentes no mostruario do Departamento e a de suicitar-se o proponente a todas as disposições que regem as concorrências.

O prazo de entrega é de dous mezes para os pannos e de 30 dias para os outros artigos.

Os proponentes deverão comparecer pessoalmente ou fazer-se representar legalmente na occasião da abertura das propostas, sendo

motivo de exclusão a inobservancia das disposições em vigor ou das prescripções do presente edital.

4^a divisão, em 17 de março de 1910.—
A. E. Jacques Ourique, coronel chefe. (

Directoria de Contabilidade da Guerra

Convido as pessoas que tiverem quaesquer importancias a receber nesta repartição, referentes ao exercicio de 1909, a comparecerem á mesma até o dia 30 do corrente, data em que se encerram os pagamentos do dito exercicio.

Directoria de Contabilidade da Guerra, 28 de março de 1910.— O director, Alfredo Ernesto de Souza. (

Collegio Militar

São convidados a comparecer a este estabelecimento os responsaveis pelos alumnos ns.: 2, 5, 33, 75, 81, 84, 143, 183, 187, 204, 217, 218, 221, 224, 230, 244, 251, 264, 285, 303, 358, 402, 411, 412, 423, 411, 458, 461, 486, 474, 475, 477, 486, 518, 532, 540, 545, 546, 552, 575, 579, 588, 605, 603, 633, 666, 673, 697, 700, 710, 715, 720, 721, 740, 751, 755, 761, 762, 797, 807, 809, 811, 828, 831, 844, 845, 850 e 852.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Obras e Viação

CONCURRENCIA PARA O ARRENDAMENTO DO NOVO CÂES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

De ordem do Sr. ministro, faço publico que, no dia 16 de abril do corrente anno, ao meio dia, nesta directoria geral e na Delegacia do Thesouro Federal em Londres serão recebidas e abertas propostas para o arrendamento do novo caes do porto do Rio de Janeiro, segundo as especificações constantes das seguintes condições:

I

Os serviços do porto do Rio de Janeiro, cuja exploração industrial o Governo pretende arrendar, são todos os que dizem respeito ao carregamento e descarga, capatazias, armazenamento e guarda das mercadorias de importação e exportação nacional ou estrangeira pelo mesmo porto.

II

O Governo entregará desde logo ao arrendatario o trecho do caes correspondente aos cinco grandes armazens que se acham promptos e aparelhados para o serviço e irá successivamente entregando os trechos seguintes, á proporção que forem ficando igualmente promptos e aparelhados, de sorte que concluidos estes, possa o arrendatario utilizar-se de toda a extensão do caes em construção, desde a embocadura do canal do Mangue até á Prainha, com os armazens precisos, tudo aparelhado como se acha o primeiro trecho acima referido e mais dous guindastes fixos para 20 a 30 toneladas e uma cabrea fluctuante para 100 toneladas.

Esta entrega será feita por um arrolamento descriptivo de todas as obras, machinismos e apprelhos e por uma planta do porto indicando as profundidades da agua, dentro do perimetro que constitue a bacia do porto para o serviço dos novos caes.

III

O prazo do arrendamento começará na data em que for assignado o respectivo con-

tracto e termina no dia 31 de outubro de 1921, com a entrega ao Governo de todas as obras, machinismos e aparelhamentos constantes do arrolamento mencionado na clausula antecedente e mais o que tiver accrescido do decurso do contracto, tudo em perfeito estado de conservação o funcionamento.

IV

O arrendatario cobrará pelos serviços que prestar as taxas seguintes em moeda papel:

A

As taxas de serviços do porto recahem sobre a mercadoria e nenhuma será cobrada ao navio, com excepção dos excessos de sua estadia no caes, como adeante se estatue.

B

De accordo com o numero de escotilhas e a quantidade de carga a manipular, o porto fixará o numero razoavel de dias para a atracação gratuita, bem como dos casos em que a carga e descarga se façam por apparelhos especiaes.

Se este prazo gratuito for excedido, será cobrada ao navio, pelo excesso da estadia, a taxa de 700 réis por dia e por metro de caes occupado pelo navio.

A quantidade de mercadorias para o calculo da estadia gratuita é a que tenha de ser carregada ou descarregada pelo caes.

C

Conservação do porto

Será cobrada a taxa de um real por kilogramma de mercadoria de importação estrangeira que seja descarregada no porto, quer a descarga seja feita no caes, quer em qualquer outro ponto dentro da bahia.

Ficam isentos do pagamento desta taxa as mercadorias de produção nacional, o carvão de pedra e os generos em transitio na primeira hypothese da letra K.

D

Carga ou descarga pelo caes

Esta taxa corresponde á retirada das mercadorias do navio para o caes ou vice-versa, mas não comprehende o serviço de estiva no porão dos navios, o qual será feito pela tripulação ou á custa do mesmo navio.

Esta taxa será:

Para os generos de importação estrangeira, por kilogramma desembarcado 1,5 réis.

Para os generos de cabotagem e de exportação para o estrangeiro, por kilogramma embarcado ou desembarcado, um real.

E

Capatazias

A capatazia comprehende toda a braçagem e movimentação das mercadorias ou quaesquer generos desde a sua descarga no caes até a entrega aos respectivos consignatarios nas portas externas dos armazens internos ou depositos da fachada do porto, nos armazens externos servidos pelas linhas ferreas ligadas ás do caes ou nas estações de estradas de ferro immediatamente ligadas ás mesmas linhas.

A capatazia para a exportação estrangeira ou por cabotagem comprehende a mesma movimentação desde qualquer dos pontos de entrega acima referidos até o caes para o successivo embarque.

As taxas serão as seguintes por kilogramma de peso bruto de mercadoria:

a) Para os generos de importação estrangeira, recolhidos aos armazens internos para os exames e conferencia da Alfandega, em volumes de pesos:

até 500 kilogrammas...	5 réis
(de mais de 500 »	10 »

b) Para os generos de importação estrangeira e de despacho sobre agua, em volumes de pesos:

até 500 kilogrammas..	3 réis
até 1.500 »	5 »
até 3.000 »	8 »
até 5.000 »	10 »
até 20.000 »	15 »
até 50.000 »	20 »
até 100.000 »	30 »

O valor da capatazia para cada volume será calculado pela taxa correspondente ao limite de peso em que incida o volume, applicada á totalidade de seu peso effectivo.

c) Para o carvão de pedra importado do estrangeiro..... 1,5 réis

d) Para os generos de exportação para o estrangeiro..... 1,5 »

e) Para os generos de importação ou exportação por cabotagem... 1,5 »

f) Para os minerios de manganez e ferro e para areias monaziticas exportadas para o estrangeiro.. 1 real

g) Para o sal, o assucar o carvão de pedra nacionaes por cabotagem..... 1/2 »

Para os generos a granel a taxa será a mesma para os volumes até 500 kilogrammas.

F

Armazenagem

A armazenagem será cobrada de conformidade com as leis das Alfandegas e pelas taxas seguintes:

a) para os generos sujeitos aos exames e conferencias da Alfandega e recolhidos aos armazens internos, as mesmas taxas actuaes;

b) para os generos de importação estrangeira despachados sobre agua, para os generos de cabotagem e de exportação para fóra do paiz, recolhidos aos armazens externos, alfandegados ou não, sob a administração do porto, serão cobradas, no maximo, as taxas de armazenagem approvadas pela Junta Commercial do Districto Federal em 26 de março de 1908 para os armazens geraes organizados pela empresa do Dr. Giovanni Eboli e as dos actuaes trapiches alfandegados.

G

Transporte em wagons de linhas ferreas

Pelo transporte de mercadorias ou generos de qualquer especie, depositados nos armazens internos ou em depositos do porto, e nelles tomados para reembarkar ou para entrega a qualquer dos armazens externos ou estação das linhas ferreas, será cobrada a taxa de 2 réis por kilogram-

ma, não tendo os volumes peso indivisivel superior a 500 kilos.

Para pesos indivisiveis superiores a 500 kilogrammas, serão cobradas pelo transporte as taxas de capatazias.

Pelo transporte dos armazens externos entre si, ou de qualquer delles para as estações das estradas de ferro, ou vice-versa, destas para aquelles, será cobrada a taxa de 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada, sendo a carga e descarga dos wagons feitas pelas partes.

H

Fornecimento de agua aos navios

Por metro cubico de agua fornecido com aparelhos medidores nos navios atracados ao caes, será cobrada a taxa de 1\$030.

V

Os serviços e taxas mencionadas na clausula anterior são definidos e serão applicaveis do modo seguinte :

a) a atracação e amarração dos navios aos caes serão feitas sob a direcção e responsabilidade dos respectivos commandantes, auxiliados, mediante requisição voluntaria sua, pelo mestre geral do porto ;

b) a taxa de carga e descarga será cobrada pelo peso bruto de toda a mercadoria ou os generos de qualquer especie que sejam embarcados ou desembarcados no porto ;

c) a conservação do porto corresponde a todos os trabalhos e despesas de dragagem para desobstrução e conservação do porto, mantidas sempre as alturas minimas de agua indicadas na planta do porto, referida na clausula II ;

d) a taxa de capatazias, para as mercadorias sujeitas ao exame e conferencia da Alfandega, comprehendo não só a arrumação dos volumes nos armazens ou depositos, como a abertura dos mesmos, o reacondicionamento das mercadorias e fechamento dos caixões ou envoltorios, e toda a demais bragaem até a entrega aos respectivos donos, nas portas externas, depois do feito o despacho pela Alfandega.

A taxa de capatazias, salvo o seu valor, será cobrada de conformidade com as disposições das leis das Alfandegas ;

e) armazens externos são os que, pertencentes ou administrados pelo porto, ou por particulares, possam ser directamente servidos pelas linhas ferreas do porto ;

f) As mercadorias que, por occasião da descarga, forem préviamente consignadas a esses armazens ou ás estações das estradas de ferro, serão levadas a seu destino mediante o pagamento da taxa de capatazias, que comprehende o transporte, desde o caes até os referidos pontos de entrega ;

g) si, na hypothese acima, o consignatario não puder receber a totalidade da carga que esteja sendo retirada de bordo, em qualquer dia, o excedente será recolhido a qualquer dos armazens externos, que o mesmo consignatario indicará se quizer, correndo por sua conta a respectiva armazenagem. O consignatario poderá, porém, requisitar que esse excedente seja sob sua responsabilidade depositado ao ar livre, em algum dos depositos do porto, para lhe ser depois entregue, quando elle o possa receber, pagando então a taxa de 2\$ por tonelada pelo transporte, de que trata a lettra G. Para essa entrega é concedido o prazo de 30 dias, findo o qual fica o consignatario sujeito á taxa de armazenagem de armazens externos correspondente ao genero ;

h) o porto reservará em local apropriado terrenos disponiveis e servidos pelas linhas

ferreas, que arrendará para deposito de carvão de pedra, minerios de manganez ou outros, sal a granel e areias monaziticas, sendo o transporte desde bordo até esses depositos ou vice-versa, incluido nas taxas de capatazias.

VI

Com as taxas acima discriminadas, a despesa total do porto para o recebimento de uma tonelada de mercadorias em volume até 500 kilos de peso indivisivel desde a sua retirada do porao dos navios até a sua entrega ao dono nas portas dos armazens internos, nas portas do fundo dos armazens externos ou nas estações da Central e Leopoldina situadas nesta cidade, é a seguinte:

Carvão descarregado no mar.....	\$
Carvão descarregado e entregue em terra.....	3\$000
Generos de importação estrangeira despachados sobre agua.....	5\$500
Generos de importação estrangeira recolhidos aos armazens internos, para conferencias da Alfandega...	7\$500
Generos de importação e exportação por cabotagem.....	2\$500
Generos de exportação para o estrangeiro	2\$500
Minerios de manganez e ferro e areias monaziticas.....	2\$000
Sal, assucar e carvão de pedra nacionaes.....	1\$500

Todas as taxas são cobradas ao dono da mercadoria.

VII

O arrendatario não poderá fazer nenhum dos serviços que fazem objecto do contracto por preços ou taxas differentes das mencionadas na clausula IV ou de outra; que forem estabelecidas pelo Governo, sob pena de multa e de indemnização á Caixa do Porto, si cobrar de menos, e de restituição á parte lesada, si cobrar de mais.

VIII

Serão embarcadas e desembarcadas gratuitamente nos estabelecimentos arrendados quaesquer sommas de dinheiros pertencentes á União ou aos Estados, as malas do Correo, as bagagens dos passageiros, civis ou militares, cargas pertencentes ás legações estrangeiras, os petrechos bellicos, os imigrantes e suas bagagens, correndo por conta do arrendatario o transporte destas ultimas de bordo até as estações das estradas de ferro pelos wagons destas.

IX

O arrendatario deverá facilitar por todos os meios os serviços da União ou dos Estados, dando-lhes preferencia para uso dos aparelhos do caes, sendo, porém, estes serviços indemnizados.

No caso de movimento de tropas federaes ou estadoaes, poderão estas utilizar-se de todos os estabelecimentos do porto para embarque ou desembarque, sem ficarem sujeitas ao pagamento de taxa alguma.

X

Si o Governo permittir livre transito pelo porto para mercadorias destinadas a outros paizes, expedirá para tal fim regulamento especial, mantendo os interesses do fisco e os do arrendatario no que diz respeito ao serviço de carga, descarga, capatazias e armazenagem, de conformidade com o disposto na lettra d do art. 30 da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909

XI

Arribados

Os generos desembarcados de vapores ou navios arribados serão depositados e guardados em um dos armazens internos do porto mediante o pagamento das taxas correspondentes aos generos de despacho sobre agua e com direito a um mez de armazenagem gratuita.

Si forem reembarcados para o estrangeiro não pagarão mais taxa alguma por esse reembarque.

Si esses generos forem vendidos aqui, ficarão incursos no pagamento das taxas relativas á importação estrangeira que deva ser recolhida aos armazens internos ou que possa ser despachada sobre agua, conforme for a sua especie.

XII

Generos em transitio

Os generos destinados a outros portos do Brazil que sejam baldeados directamento para embarcações nacionaes sem o emprego dos appparelhos do caes não pagarão taxa alguma de caes.

Si, porém, forem esses generos desembarcados no caes, para posterior reembarque, pagarão as taxas correspondentes ás mercadorias de despacho sobre agua e as taxas de exportação para o reembarque, com direito a um mez de armazenagem gratuita.

XIII

Armazens alfandegados

Serão estabelecidos armazens externos, sob a administração do porto, com o necessario alfandegamento, para recebimento e guarda de generos da tabella II, para cujo deposito tenha sido concedida pelo inspector da Alfandega a necessaria licença.

A armazenagem nestes armazens será cobrada pela mesma tabella estabelecida para os armazens externos administrados pelo porto.

XIV

Serviço interno da bahia

A navegação e trafego interno da bahia não estão sujeitos ao pagamento de taxa alguma do porto ou caes, podendo as operações de carga e descarga ser feitas em qualquer ponto fóra da zona em que foram feitas as obras de melhoramento do porto.

Os interessados, porém, poderão requisitar do porto a execução de qualquer daquellas operações, desde que paguem por ellas as taxas correspondentes do cabotagem.

Os generos destinados a qualquer ponto da bahia, que tenham de ser baldeados dos navios ancorados no porto ou atracados ao caes para outras embarcações que os levem a seu destino, não pagarão taxa alguma se forem de procedencia do paiz, e pagarão somente a taxa de conservação do porto se forem de importação estrangeira, despachados sobre agua.

XV

Os armazens entregues ao arrendatario gozarão de todos os favores, vantagens e onus conferidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos da União.

XVI

Considera-se faixa do porto a área comprehendida entre o paramento do caes e o

alinhamento externo dos armazens na Avenida do Porto.

Esta faixa é reservada exclusivamente para os serviços do porto e dentro della nenhuma entidade estranha poderá fazer qualquer serviço.

XVII

O arrendatario terá armazens externos na Avenida do Porto, do lado opposto á faixa desta, ligados ao caes por linha ferrea.

Nestes armazens poderão ser recolhidas mercadorias para serem guardadas em deposito, mediante pagamento pela tabella de taxas de armazenagem a que se refere a clausula IV letra F.

XVIII

O arrendatario obriga-se a fazer os serviços que lhe incumbem, com toda a regularidade, ordem e presteza, attendendo ás reclamações das partes que forem justas, a juizo do Governo, em tudo que for concernente ás obrigações acima mencionadas, sendo responsavel pela guarda e boa conservação das mercadorias que receber.

Fica elle sujeito a todas as leis, regulamentos e instruções em vigor ou que venham a ser expedidos pelo Ministerio da Fazenda, relativos ao recebimento, guarda, conservação e entrega das mercadorias, que forem applicaveis aos armazens arrendados.

O serviço de carga e descarga dos navios, uma vez começado, ficará sujeito á fiscalização da Alfandega, que para tal fim dará ao arrendatario as precisas instruções.

XIX

O arrendatario fica subordinado ao inspector da Alfandega em tudo que disser respeito ás conveniências e garantias do fisco, cumprindo rigorosamente todas as instruções ou ordens que pelo mesmo lhe forem expedidas.

Nos mesmos termos fica subordinado á repartição fiscal e carregada pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas da fiscalização deste contracto na parte concernente á execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações constantes deste.

O chefe desta repartição e o inspector da Alfandega são, perante o arrendatario, os representantes do Governo, cada um na alçada que lhe cabe.

XX

O arrendatario terá a liberdade de acção na parte administrativa e economica dos serviços que contracta, mas não poderá fazer alterações ou modificações nas obras e appparelhamentos que lhe forem entregues, sem prévia autorização do Governo.

XXI

Si o arrendatario justificar a necessidade de obras ou appparelhamentos complementares, poderá ser autorizado pelo Governo a fazer os trabalhos e installações que propuzer, com capitais seus, mediante planos e orçamentos previamente approvados pelo Governo.

O capital assim empregado vencerá o juro annual de 6 % rago semestralmente, e delle será reembolsado o arrendatario pelo Governo no fim do prazo do contracto.

O Governo porém, reserva-se o direito de fazer as obras ou fornecer o appparelhamento á sua custa, desde logo, si assim lhe convier.

XXII

Será considerada renda bruta do porto a somma de todas as rendas ordinarias ou ex-

traordinarias, eventuaes ou accessorias, que forem recolhidas pelo arrendatario.

Até o dia 5 de cada mez o arrendatario apresentará á repartição competente um balancete, com as necessarias discriminações da renda arrecadada no mez anterior e cumprirá todas as instruções que lhe forem dadas para melhor fiscalização e reconhecimento da referida renda.

XXIII

A cobrança das taxas pelos serviços prestados pelo arrendatario á mercadoria só será feita depois de despachadas as mercadorias pela Alfandega e a esta pagos os direitos de entrada e outros impostos que já estejam ou tenham de estar a cargo da Alfandega.

Para os generos de cabotagem não tributados ou independentes da fiscalização aduaneira, a referida cobrança será feita por occasião da entrega das mercadorias a seus donos.

XXIV

O arrendatario será responsavel pelas rendas que arrecadar, de conformidade com a legislação em vigor.

XXV

O arrendatario entrará semanalmente para o Thesouro Nacional com a renda que tiver recolhido até a data dessa entrega, mediante uma guia expedida pela repartição competente, depois de deduzida a porcentagem que lhe couber de accordo com a clausula XXVII.

Verificado pela repartição competente o balancete de que trata a clausula XIX far-se-ha a conta definitiva das porcentagens a que tiver direito o arrendatario, para indempnizal-o do que de mais tiver recolhido semanalmente, ou para fazel-o entrar com o que tiver descontado a mais.

XXVI

Correrão por conta do arrendatario todas as despesas relativas á administração e custeio dos serviços do porto, as de conservação e reparações de todas as obras e appparelhamentos que lhe forem entregues, inclusive a dragagem do mar para manutenção de alturas do agua indicadas na planta do porto a que se refere a clausula II, a iluminação dos armazens, edificios, faixa do porto, boias illuminativas, a vigilancia, o supprimento de agua potavel e qualquer outra despesa ordinaria, extraordinaria ou eventual que se refira aos serviços arrendados e ao contracto, inclusive a quota paga ao Governo para as despesas de fiscalização.

XXVII

A concurrencia para o arrendamento versará sobre o valor das porcentagens da renda bruta, pedidas pelos proponentes para todas as despesas mencionadas na clausula anterior e para luero do arrendatario.

As porcentagens variarão, decrescendo com os valores crescentes da renda bruta, do 3.000.000\$ em 3.000.000\$000.

Assim, os proponentes deverão indicar as porcentagens para os seguintes valores da renda bruta, até 3.000.000\$, em papel, para o primeiro acrescimo, de 3.000.000\$ a 6.000.000\$; para o segundo acrescimo, de 6.000.000\$ a 9.000.000\$; para o terceiro acrescimo acima de 9.000.000\$000.

XXVIII

Para garantia do exacto cumprimento do contracto e das responsabilidades que cabem ao arrendatario, depositará elle no Thesouro

Nacional, na data da assignatura do contracto, uma caução de 1.000.000\$. ou o equivalente em ouro, ao cambio de 15 dinheiros por 1\$, que será elevado ao dobro quando estiver entregue ao arrendatario toda a extensão do cáes desde a embocadura do canal do Mangue até a Prainha.

Esta caução, que poderá ser feita em títulos da divida nacional, interna ou externa, ou em moeda, sem direito a juros, responderá pelo pagamento das multas e de quaesquer despezas que o Governo faça por conta do arrendatario, em virtude do contracto, deduzindo-se della as respectivas importancias, caso o arrendatario, intimado a pagar-as, não o faça dentro do prazo que lhe tiver sido marcado na mesma intimação.

Uma vez desfalcada a caução por taes descontos, será o arrendatario obrigado a reintegrar a dentro do prazo de 15 dias, sob pena de ficar o mesmo arrendatario constituido em mora, *ipso jure*, e obrigado por isso ao pagamento do juro de 9% ao anno, cabendo ao Governo o direito de cobrar executivamente a importancia do desfalque e correspondentes juros, nos termos do art. 52 letras b e c, parte quinta do decreto n. 3.031, de 5 de novembro de 1893.

Fica entendido que, si esta caução tiver sido desfalcada por despezas feitas pelo Governo, por conta do arrendatario, de accordo com as clausulas deste contracto, só lhe será entregue o saldo que houver no fim do prazo do contracto.

XXIX

Até o dia 10 de cada mez será organizada a conta da receita arrecadada no mez anterior e determinado o valor da porcentagem pertencente ao arrendatario, para os fins da clausula XXV.

XXX

O Governo poderá augmentar ou diminuir as taxas estabelecidas na clausula IV, mas a determinação da porcentagem a pagar ao arrendatario será feita sobre a renda bruta calculada com as taxas marcadas nessa clausula, qualquer que seja a alteração para mais ou para menos que nellas faça o Governo em qualquer época.

XXXI

Durante o prazo do contracto o arrendatario é obrigado a fazer á sua custa a conservação e reparações de que carecerem as obras, machinismos e d' mais bens que lhe forem entregues, mantendo tudo em perfeito estado de conservação e funcionamento, devendo substituir por novos, tambem á sua custa, o que se inutilizar. Da mesma forma fará a desobstrução e dragagem que forem necessarias para a manutenção da profundidade de agua na bacia do porto marcada a respectiva planta.

Si, intimado a fazer qualquer obra de conservação ou de reparo, deixar o arrendatario de cumprir a ordem no prazo que lhe tiver sido marcado, poderá o Governo mandar fazer o trabalho por outrem por conta do arrendatario, e si este se recusar ao pagamento da respectiva despeza o governo mandará descontar a importancia da caução a que se refere a clausula XXVIII.

XXXII

Além das taxas referidas na clausula IV o arrendatario terá a faculdade de perceber outras em remuneração de serviços que preste nos estabelecimentos arrendados, como o de emissão do *warrants*, rebuques e outros não previstos no contracto, desde que lhe seja pelo Governo dada respectiva autorização com approvação das taxas.

XXXIII

Os trapiches alfandegados Ypiranga, Ordem e Docas Nacionais, de propriedade da União, serão entregues ao arrendatario para explorá-os conjunctamente com o primeiro trecho de cáes, devendo nelles cobrar unicamente as taxas de capitazias e armazenagem, não sendo nenhuma dellas superior ás que se acham em vigor na Alfandega desta Capital.

Logo, porém, que seja entregue ao arrendatario toda a extensão do cáes de que trata a clausula II, cessará o alfandegamento dos cáes trapiches, voltando então para o Governo os respectivos edificios com os seus aparelhamentos actuaes.

XXXIV

Emquanto não estiver entregue ao arrendatario toda a extensão do cáes, de que trata a clausula II, serão manda los pela Alfandega desta Capital, para atracar ao cae, os navios que o trecho do mesmo cáes comportar, de modo a estar sempre aproveitada toda a sua capacidade de trafego.

Depois de entregue todo o caes, serão suprimidos os actuaes armazens da alfandega, passando os serviços que nelles se fazem ho, e para os novos armazens arrendados.

XXXV

Antes do arrendatario começar a exploração do cáes e trapiches alfandegados, sujeitará ao Governo o regulamento para a execução de todos os seus serviços e só depois delle approvedo pelo Governo poderá inicial-os. Esse regulamento deverá estar de accordo com as condições do presente edital e com as disposições das leis em vigor que se referam áquelles serviços.

XXXVI

Fará parte das obras arrendadas um deposito para o recebimento e guarda de inflammaveis, explosivos e corrosivos, logo que o Governo tenha resolvido sobre a escolha da local e construção do mesmo deposito.

XXXVII

Pela inobservancia de qualquer das clausulas do contracto para que não esteja estabelecida penalidade especial, ficará o arrendatario sujeito a multas até o maximo de 2.000\$ e no dobro pelas reincidencias, impostas pelo chefe da repartição fiscal, com recurso para o ministro da Viação e Obras Publicas.

Si estas multas não forem pagas pelo arrendatario dentro do prazo de 15 dias, após decisão do ministro, no caso de ser uzado o recurso acima estabelecido, contado da data da respectiva intimação, será o seu valor descontado da caução de que trata a clausula XXVIII.

XXXVIII

Si o arrendatario não residir na Capital Federal, terá nesta um representante, com plenos e ilimitados poderes para tratar e resolver definitivamente, perante o administrativo e o judiciario brasileiros, quaesquer questões que com elle se suscitarem, podendo o dito representante ser demandado e receber citação inicial e outras em que, por direito, se exija citação pessoal.

O arrendatario ou seu representante não poderão ausentar-se, mesmo temporariamente, da Capital Federal sem sciencia e permissão do Governo.

XXXIX

As questões entre o Governo e o arrendatario relativas ao serviço deste e ás que

disserem respeito á intelligencia de clausulas do contracto, serão submettidas pelo chefe da Repartição Fiscal, no prazo de oito dias, ao ministro da Viação e Obras Publicas, que as resolverá com promptidão.

Si o arrendatario não se conformar com a resolução dada, seguir-se-ha, em ultima instancia, o arbitramento, escolhendo cada parte um arbitro dentro do prazo de 10 dias; não chegando estes a accordo, a questão será resolvida por um terceiro arbitro escolhido dentro de 10 dias, de common accordo; na falta deste accordo, cada uma das partes contractantes, dentro de cinco dias, apresentará dous outros arbitros e dentre os quatro a sorte designará o desempatador, que resolverá a questão no prazo de 10 dias.

Fica entendido que as questões previstas ou resolvidas em clausula do contracto, como as de multas, rescisão e outras, não são comprehendidas na presente clausula.

XL

Quaesquer outras questões que, porventura, se possam suscitar na execução do contracto, quer sejam administrativas, quer sejam judiciaes, serão sempre decididas pelos tribunales brasileiros, e o fóro para todas as questões judiciaes entre o Governo e o arrendatario, se a este autor ou réo, será o federal.

XLI

O Governo poderá rescindir o contracto, a partir de 1 de janeiro de 1917 por accordo amigavel com o arrendatario e, na falta deste, mediante pagamento de uma indemnização correspondente a 10% da renda bruta recolhida pelo arrendatario nos 12 mezes anteriores á data da rescisão.

XLII

A rescisão do contracto poderá ser declarada de pl no direito, por decreto do Governo, sem dependencia de interposição ou acção judicial, si o arrendatario, depois de multado, reincidir em qualquer falta que diga respeito a contrabandos ou prejuizo de fisco.

Verificada a rescisão nestes termos, perderá o arrendatario, em favor da União, a caução a que se refere a clausula XXVIII.

XLIII

Para as despezas de fiscalização, o arrendatario entrará para o Thesouro Nacional, por semestres adelantados, com a quantia de 30.000\$, em papel moeda nacional.

XLIV

Os proponentes escreverão por extenso, sem rizuras, entrelinha ou emendas e sem condição alguma fóra deste edital, as porcentagens que pretenderem para a execução dos serviços do porto, de conformidade com esse edital e nos termos da clausula XV, fechando esta proposta em um envelope lacerado, sobre o qual escreverão—Proposta de... (nome do proponente).

Remittirão a esse envelope as provas que puderem apresentar de sua capacidade administrativa, industrial e financeira, e o recibo da caução a que se refere a clausula XLV.

Todos esses documentos serão fechados em segudo envelope igualmente lacerado, que será entregue no dia designado para o recebimento das propostas. Nesse dia, com as formalidades do costume, serão abertos todos os envelopes desentranhando-se dellas os

documentos de prova de idoneidade e reunindo-se os envelopes com as propostas de preços, fechados como se acharem, em um mesmo envolturo, que, depois de lacrado e rubricado pelos proponentes presentes que o queiram fazer, ficará depositado no Ministério da Viação e Obras Publicas, sob a guarda do director de Obras e Viação.

Dentro de tres dias, serão publicados pelo *Diario Official* os nomes dos proponentes julgados idoneos para o contracto e anunciado o dia para a abertura das propostas de preços, sendo nesse dia restituídas aos demais proponentes as respectivas propostas fechadas e mo foram entregues.

A preferencia será dada ao concorrente que pedir menor porcentagem media para uma renda bruta de 9.000.000\$ annuaes.

O Governo, que se reserva o direito de julgar livremente sobre a idoneidade moral, industrial e financeira dos proponentes, poderá igualmente annullar a presente concorrência, si achar inaceitaveis os preços pedidos nas propostas, não ficando aos proponentes direito de reclamarem qualquer indemnização sob qualquer titulo.

Será previamente nomeada pelo Governo uma comissão de cinco membros para o exame e julgamento das provas de idoneidade apresentadas pelos concorrentes.

XLV

Para garantia da assignatura do contracto os proponentes farão no Thesouro Nacional uma caução de 200.000\$ em moeda corrente, que reverterá para os cofres da União, caso o proponente deixe de assignar o respectivo contracto no prazo de 10 dias, contados da data em que pelo *Diario Official* lhe for feita a notificação da acceptação de sua proposta.

Esta caução poderá ser feita tambem na Delegacia do Thesouro em Londres e aqui comprovada por telegramma da mesma delegacia ao Ministro da Fazenda.

Directoria Geral de Obras e Viação, 26 de fevereiro de 1910. — J. F. Parreiras Horta, director-geral.

Directoria Geral de Obras e Viação

CONSTRUÇÃO DA SECÇÃO DA ESTRADA DE FERRO OESTE DE MINAS, COMPREHENDIDA ENTRE HENRIQUE GALVÃO E O KILOMETRO 45 DA ESTRADA DE FERRO DE GOYAZ

De ordem do Sr. Ministro desta Repartição, faço publico que, no dia 21 de maio do corrente anno, ao meio dia, nesta Directoria Geral, serão recebidas e abertas propostas para a construção, por unidades de preços, da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas comprehendida entre a estação Henrique Galvão desta Estrada e o kilometro 45 da de Goyaz, de accordo com as seguintes condições:

1ª

A construção da estrada comprehende:

- a) reçoado e destocamento;
- b) terraplenagem necessaria á construção da secção e suas dependencias;
- c) obras de arte;
- d) edificios;
- e) assentamento do material fixo;
- f) assentamento da linha telegraphica;
- g) construção e fornecimento das dependencias da secção, inclusive caixas de agua gyradores, motores, machinas-ferramentas e material de officinas, que forem indicados pelo Governo.

§ 1.º Todos os trabalhos accessorios necessarios á execução das obras, taes como caminhos de serviço, estivas, abrigo para trabalhadores, etc., correrão por conta do

contractante, devendo o respectivo custo ficar incluido nos preços da unidade da tabella.

§ 2.º Nas linhas em trafego da Estrada de Ferro Oeste de Minas não terão transporte gratuito os materiaes directamente destinados á construção das obras.

Aos trabalhadores, destinados á construção e quando em viagem para o local dos trabalhos, será concedida uma redução de 50 % sobre os preços das passagens na Estrada de Ferro Oeste de Minas.

§ 3.º O material e o pessoal indicados no paragrapho precedente, quando houverem de ser transportados na Estrada de Ferro Central do Brazil, entre a estação Central e a do Sítio ou a de Bello Horizonte, pagarão, outrossim, os respectivos fretes e passagens com o abatimento de 50% na fórma das instrucções que para esse fim forem expedidas.

2ª

A construção de que trata a condição anterior deverá ser iniciada dentro de dois mezes contados da data da assignatura do contracto e ficar concluida dentro de 18 mezes a partir do inicio.

3ª

As notas do serviço começarão a ser entregues ao contractante logo após a assignatura do contracto, attendendo-se, dessa data em diante, ao que as necessidades dos trabalhos e as requisições do contractante exigirem.

4ª

O Governo poderá, quando entender conveniente, alterar os projectos das obras e a propria direcção da estrada, sem que de taes alterações resulte para o contractante o direito de reclamar qualquer indemnização a titulo de prejuizos, lucros cessantes ou algum outro fundamento, salvo apenas o disposto no paragrapho seguinte.

Paraphrasso unico. Si das alterações ordenadas resultar abandono de obras feitas ou encetadas, serão estas medidas definitivamente o seu valor creditado ao contractante.

5ª

As medições dos trabalhos executados serão feitas de dous em dous mezes, em caracter provisorio, devendo-se proceder á medição final antes do recebimento do qualquer trecho da secção respectiva, pelo Governo.

Paraphrasso unico. O Governo poderá tomar conta de qualquer trecho da estrada para estabelecer o respectivo trafego, como julgar conveniente.

6ª

Os pagamentos serão feitos em titulos da divida publica, ao par, de juro annual de 5 %, papel, que o Governo emitirá opportunamente.

7ª

O contractante será responsavel pela conservação e solidez das obras de terraplenagem pelo prazo de seis mezes, e das obras de arte pelo prazo de um anno a contar da data da medição final, devendo reconstruir á sua custa qualquer de taes obras que vier a ficar damnificada.

Si o contractante se recusar a fazel-o, o Governo promoverá a reconstrução por conta do mesmo, como julgar preferivel, lançando mão da caução e dos respectivos reflexos a que se refere a condição 11ª.

8ª

Na execução das obras e no estabelecimento da estrada, serão observadas, em toda

que interessar á parte technica, as disposições do decreto n. 7.959, de 29 de dezembro de 1881, e as especificações approvadas pelas portarias de 22 de dezembro de 1903 e 25 de julho de 1905, para o prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, ficando entendido que o Governo terá o direito de estabelecer, para cada natureza de trabalhos a executar, ou do material que houver de ser fornecido, as condições especiais que julgar necessarias á vista das circumstancias, tomando por base as melhores condições de execução e a melhor qualidade de materia prima, salvo no que contrariar o contracto celebrado.

9ª

O Governo fiscalizará a execução das obras e o serviço, como julgar conveniente, expedindo as necessarias instrucções.

10ª

Por qualquer infracção das clausulas do contracto, que não estiver sujeita a pena especial, poderão ser impostas ao contractante multas de 200\$ a 2.000\$ e do dobro nas reincidencias.

11ª

O proponente deverá fazer no Thesouro Nacional a caução de 5.000\$ para garantia da sua proposta, que não será recebida sinão á vista do certificado ou recibo da mesma caução.

O proponente cuja proposta for escolhida deverá elevar a caução de 5.000\$ a 20.000\$, para garantia do contracto, antes de assignal-o.

Esta caução será reforçada por um fundo constituido por quotas de 2 %, deduzidas dos pagamentos de que trata a condição 6ª e será restituída ao contractante depois da recepção definitiva de toda a estrada.

12ª

Por dia de excesso dos prazos de dous e 18 mezes, marcados na condição 2ª para o começo e terminação das obras, será o contractante multado em 100\$ até tres mezes respectivamente, podendo o Governo, após esse excesso, rescindir o contracto nos termos da condição seguinte.

13ª

O Governo poderá rescindir o contracto de pleno direito, independente de acção ou interpellação judicial, em cada um dos seguintes casos:

I. Si o contractante não começar ou não concluir as obras até tres mezes depois dos prazos marcados na condição 2ª, independente da multa fixada na condição anterior;

II. Si suspender os trabalhos de construção por mais de 15 dias, sem consentimento do Governo;

III. Si empregar operarios em numero tão insufficiente que demonstre da parte do contractante desidia ou proposito de fugir á execução do contracto, salvos os casos extraordinarios e independentes da vontade do contractante, reconhecidos a juizo do Governo.

14ª

Verificada a rescisão do contracto, nos termos da condição precedente, nenhuma indemnização será devida ao contractante, além da que corresponder á importancia das obras realizadas nas condições e pelos preços do contracto, cujo pagamento não tenha sido effectuado, perdendo elle, além disso, em favor da União, a caução e seus reflexos.

15ª

O contractante obriga-se a activar as obras, augmentando o numero de pontos de ataque e de operarios, á requisição do Governo.

16ª

As propostas devem limitar-se a indicar os preços de unidade, constantes da relação impressa, que os proponentes encontrarão na Directoria Geral de Obras e Viação, sendo esses preços escriptos por extenso e também em algarismos, nas columnas respectivas da mesma relação que, devidamente sellada, acompanhará cada proposta.

§ 1.º Para os demais trabalhos não especificados na relação impressa, aqui mencionada, mas que o contractante será obrigado a executar por determinação do Governo, serão adoptados os preços de unidade para as empreitadas do prolongamento da Estrada do Ferro Central do Brazil, approvadas pela portaria de 22 de dezembro de 1903, e, não existindo entre esses preços de unidades, serão elles accordados por tres arbitros, um do Governo, outro do contractante e o terceiro previamente escolhido por estes dois arbitros para cada caso.

§ 2.º O fornecimento do material importado, de que trata a letra g da condição primeira, quando confiado ao contractante pelo Governo, será da fabrica que este indicar, e o preço será o mais baixo encontrado no mercado com um acrescimo de 5 %.

17ª

A caução de 5:000\$, feita na forma da condição 11ª, ficará pertencendo á União, si o proponente acceter de assignar o contracto no prazo de 10 dias, contados da data em que for publicado no *Diario Official* o convite para esse fim.

18ª

A caução e o respectivo reforço, de que trata a alludida condição 11ª, poderão ser feitos em apolices da dívida publica federal.

19ª

A concorrência versará sobre:
a) idoneidade do proponente;
b) preço da construcção.

20ª

A relação impressa, a que allude a condição 16ª, com os preços da unidade devidamente declarados, a saber: escriptos em algarismos e por extenso, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, e sem condição alguma fóra deste edital, será sellada em envelope lacrado, sobre o qual o proponente escreverá: Proposta de... (nome do proponente).

A este envelope reunirá as provas que puder apresentar de sua idoneidade e o recibo da caução a que se refere a condição 11ª.

Todos esses documentos serão fechados em um segundo envelope, igualmente lacrado, que será entregue no dia designado para o recebimento das propostas.

Nesse dia, com as formalidades do costume, serão abertos todos os envelopes, desentranhando-se delles os documentos de prova de idoneidade e reunindo-se os envelopes com as propostas de preços de uni lades, fechadas como se acharem, em um mesmo involucre que, depois de lacrado e rubricado pelos proponentes presentes, que o queiram fazer, ficará depositado no Ministerio da Viação e Obras Publicas, sob a guarda do director geral de Obras e Viação.

Dentro de tres dias serão publicados pelo *Diario Official* os nomes dos proponentes jul-

gados idoneos para o contracto e annuciado o dia para a abertura das propostas de preços, sendo nesse dia restituídas aos demais proponentes as respectivas propostas fechadas, como foram entregues.

O Governo, que se reserva o direito de julgar livremente sobre a idoneidade moral, industrial e financeira dos proponentes, poderá igualmente annullar a presente concorrência si achar inaceitaveis os preços pedidos nas propostas, não ficando aos proponentes direito de reclamarem qualquer indemnização, sob qualquer titulo.

São preços maximos, acima dos quaes nenhum será acceto, os constantes do orçamento que, juntamente com as plantas e mais documentos dos respectivos estudos definitivos approvados pelo decreto n. 7.867, de 7 do corrente mez de fevereiro, fica á disposição dos proponentes nesta Directoria Geral e no escriptorio da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Será previamente nomeada pelo Governo uma commissão de cinco membros para o exame e o julgamento das provas de idoneidade exhibidas pelos proponentes.

21ª

A preferencia será dada ao concorrente que apresentar menor preço para a construcção. Esse preço será calculado multiplicando-se os volumes ou quantidades que figuram na relação impressa de que trata a condição 16ª pelos preços de unidades apresentados em cada proposta, summando-se os diversos productos assim encontrados. Esta somma será o preço da construcção para effeito da comparação das propostas.

Paragrapho unico. Fica expressamente entendido que os volumes e quantidades indicados na relação impressa servirão apenas para o termo de comparação das propostas, devendo ser opportunamente rectificados, sem alteração dos preços de unidades segundo as medições definitivas, as necessidades do serviço e as indicações do Governo, nos termos das presentes condições.

Directoria Geral de Obras e Viação, 21 de dezembro de 1909.—*J. F. Parreiras Horta*, director geral.

Directoria Geral dos Correios

CONCURRENCIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO EDIFICIO DOS CORREIOS

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico que esta sub-directoria recebe, dentro do prazo de 15 dias, contado da data do presente edital, propostas, em cartas fechadas e lacradas, para a execução de obras no pavimento terra da ala esquerda do edificio em que funcionam as sub-directorias de Contabilidade e do Trafego Postal nesta Capital.

As obras são as seguintes: rasgar as paredes que separam o compartimento occupado pela guarda de policia do resto do edificio; substituir por ladrilho-mosaico o assoalho do compartimento onde permanec o commandante da guarda; retirada dosapparelhos sanitarios do alojamento das praças; pintura geral das duas dependencias; reparo e substituição necessarios nos apparelhos sanitarios existentes no compartimento onde se acha o official commandante da guarda.

As propostas devem ser escriptas a tinta preta e não poderão conter emendas, rasuras, borrões ou qualquer defeito que possa ocasionar duvidas futuras.

A abertura das propostas que forem recebidas realizar-se-ha no dia immediato ao encerramento da concorrência, ás 11 horas da manhã, no gabinete da Sub-Directoria, na presença dos interessados.

Sub-Directoria do Expediente da Directoria Geral dos Correios, 18 de março de 1910. — Servindo de sub-director, o chefe de secção, *Eugenio Augusto Wandec*.

CONCURRENCIA PUBLICA PARA INSTALLAÇÃO DE LUZ ELECTRICA NO EDIFICIO DO CORREIO

De ordem do Sr. Dr. director geral faço publico que, dentro do prazo de 15 dias, contados da data do presente edital, esta sub-directoria recebe propostas em cartas fechadas e lacradas, devidamente selladas, para a installação de luz electrica no edificio em que funciona a Directoria Geral dos Correios.

Todo o trabalho de installação tem de ser executado de accordo com a planta e as especificações organizadas para tal serviço, e que se acham á disposição dos Srs. concorrentes na 3ª secção desta sub-directoria.

As propostas devem ser escriptas a tinta preta e não poderão conter emendas, rasuras, borrões ou qualquer defeito que possa ocasionar duvidas futuras.

O concorrente acceto tem de depositar uma caução arbitral pelo director geral, para garantia da execução dos trabalhos.

Concluido todo o serviço, será o trabalho examinado por profissional, sendo acceto somente depois de verificado estar tudo em ordem e funcionando com inteira regularidade e segurança.

A abertura das propostas que forem recebidas realizar-se-ha no dia seguinte ao do encerramento da concorrência, no gabinete da sub-directoria, na presença dos interessados.

Sub-Directoria do Expediente da Directoria Geral dos Correios, 16 de março de 1910. — Servindo de sub-director, o chefe de secção, *Eugenio Augusto Wandec*.

CONCURRENCIA PARA ACQUIZIÇÃO E INSTALLAÇÃO DE UM ELEVADOR

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico que, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data do presente edital, esta sub-directoria recebe propostas em cartas fechadas e lacradas para aquisição e installação de um elevador electrico para cargas e passageiros no edificio em que funciona em as Sub-Directorias do Trafego e da Contabilidade.

A concorrência versará sobre a resistencia, rapidez e preço do aparelho.

As propostas devem ser escriptas a tinta preta, selladas de accordo com a lei de sello em vigor e não poderão conter emendas, rasuras ou borrões que possam ocasionar duvidas futuras.

O concorrente acceto fará um deposito para garantia da execução da obra, só sendo acceto o elevador depois da experiencia definitiva e consequente exame por profissionais.

A abertura das propostas que forem recebidas realizar-se-ha no dia immediato ao do encerramento da concorrência, ás 11 horas da manhã, no gabinete desta sub-directoria e na presença dos interessados.

Sub-Directoria do Expediente da Directoria Geral dos Correios, em 15 de março de 1910. — Servindo de sub-director o chefe de secção, *Eugenio Augusto Wandec*.

Pagadoria da Marinha

De ordem do Sr. director geral de Contabilidade da Marinha, convido as pessoas que tiverem quaesquer importancias a receber por esta pagadoria, referentes ao exercicio de 1909, a comparecerem á mesma pagadoria até ao dia 29 do corrente, data em que se encerram os pagamentos do referido exercicio.

Pagadoria da Marinha, 26 de março de 1910.—O escrivão, *Theodomiro de Bezamat e Almeida*.

De ordem do Sr. director geral de Contabilidade da Marinha, convido as pessoas que estiverem em debito com o Ministerio da Marinha, referente ao exercicio de 1909, a satisfazerem seus compromissos até 29 do corrente, sob pena de serem os mesmos remetidos ao contencioso para respectiva cobrança.

Pagadoria da Marinha, 26 de março de 1910.—O escrivão, *Theodomiro de Bezamat e Almeida*.

Escola Naval

De ordem do Sr. vice-almirante director, dá vem apresentar-se nesta Escola, no dia 30 do corrente todos os aspirantes dos dous cursos, afim de receberem ordens.

Escola Naval, 23 de março de 1910.—*Amador Bueno de Andrade*, 1º official.

De ordem do Sr. vice-almirante director, deve comparecer com urgencia nesta escola, para objecto de serviço, o Sr. Dr. Tito Barreto Galvão.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1910.—*Lucidio Augusto Pereira do Lago*, secretario.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

Praças:	90 d/o	A' vista
Sobre Londres.....	15 1/16	14 59/64
» Paris.....	\$633	\$41
» Hamburgo.....	\$781	\$790
» Italia.....	—	\$639
» Portugal.....	—	\$323
» Nova York.....	—	\$3315
Libra esterlina, em moeda	—	16\$050
Ouro nacional, em vales, por 1\$000	—	1\$800

CURSO OFFICIAL DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolices geraes de 5 %, miudas	980\$000
Apolices geraes de 5 %, 1:000\$..	1:007\$000
Apolices do emprestimo nacional de 1909, n.m.....	1:003\$030
Apolices do emprestimo municipal de 1903, part.....	184\$000
Ditas idem, idem, 1909, nom.....	143\$000
Ditas Minas Geraes de 1:000\$. 5 %, nom.....	855\$000
Ditas do Estado do Espirito Santo, de 1:000\$, 6 %, nom.....	750\$100
Ditas do Estado do Rio de Janeiro, de 100\$, 4 %, part.....	85\$000
Banco Commercial do Rio de Janeiro.....	90\$750
Banco do Brazil, integ.....	19\$000
Comp. Terras e Colonização.....	7\$000

Comp. Loterias Nacionais do Brazil.....	26\$500
Comp. Docas da Bahia c/50 %...	42\$250
Comp. Tocantins o Araguaya, integ.....	13\$000
Comp. Estrada de Ferro de Goyaz.....	40\$000
Comp. Viação Ferrea Sapucahy.	59\$750
Comp. Transporte e Carruageas.	71\$000
Comp. Tecidos Magéense.....	135\$010
Comp. Tecidos Burafoço.....	210\$000
Comp. T. Petropolitana.....	240\$000
Debs. da Comp. Cantareira e Viação Fluminense.....	205\$000
Debs. da Comp. Manufactora Fluminense.....	201\$000
Consolidados do Rosario e São Benedicto, 1ª série.....	210\$000

Vendas a prazo

500 Comp. Docas da Bahia c/50 % v/c 30 dias.....	43\$000
500 ditas idem idem idem.....	44\$000

Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, 28 de março de 1910.—*J. Claudio da Silva*, syndico.

José Claudio da Silva, presidente da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos:

Faz saber, de ordem da Camara Syndical, que, tendo fallecido, no dia 22 de fevereiro ultimo, o corretor de fundos publicos desta praça Francisco Sauwer, pelo presente são chamados quaesquer interessados em transações em que houvesse intervido o referido corretor a virem liquidal-as no prazo de seis meses, conforme preceitda o art. 14 do decreto n. 2.475, de 13 de março de 1897, incorrendo nas disposições da lei os que, no referido prazo, não fizerem valer os seus direitos. E eu, Joaquim da Silva Gusmão Filho, secretario da Camara, o subscrevi.

Secretaria da Camara Syndical da Capital Federal, 4 de março de 1910.—*José Claudio da Silva*, syndico.

COPIA

Vendas por alcará

O corretor Julio Costa Pereira, autorizado por alvará de juizo, venderá em feição na Bolsa, no dia 31 do corrente, os seguintes titulos: 100 ações da Companhia de Seguros Bonança; 70 debentures 1ª serie do *Journal do Commercio*; 50 debentures 2ª serie do *Journal do Commercio*; 84 apolices geraes de 1:000\$, 5 %; 100 ações da Companhia de Seguros Confiança; 100 ações do Banco Commercial do Rio de Janeiro; 20 ações da Companhia de Seguros Garantia; 10 ações da Companhia de Seguros Vigilancia; 18 ações com 50 % do Banco Rural Hypothecario; 110 ações integralizadas do Banco Rural Hypothecario.

Secretaria da Camara Syndical, em 23 de março de 1910.—*José Claudio da Silva*, syndico.

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Ferro Carril Carioca

RELATORIO A SER APRESENTADO Á ASSEMBLÉA GERAL DOS SRS. ACCIONISTAS EM 30 DE MARÇO DE 1910

Srs. accionistas — Vimos cumprir o dever de prestar-vos contas da nossa gestão social do anno de 1909, e fazemo-lo com a apresentação do balanço geral abrangendo o tempo de janeiro de 1907 a dezembro de

1909, não comprehendido nelle o periodo em que estivemos violentamente desapossados do patrimonio social o que, por impossibilidade manifesta, ficamos privados de effectuar a reunião de nossa assembléa geral; conforme tivemos occasião de scientificar ao nosso conselho fiscal, que, em reunião conjuncta com a directoria, approvou esse adiamento, até que ficassem normalizados os nossos trabalhos.

Terminada a luta em que vimos envolvida a Companhia Carioca pelo nosso empessamento definitivo, em 25 de junho de 1908, e regularizados os nossos trabalhos de gestão, vimos agora submeter á vossa approvação todos os actos que praticamos, de accôrdo com o que julgamos ser em bem da Companhia Ferro Carril Carioca, ameaçada da mais ousada usurpação, a que oppuzemos tenaz e justa repressão, amparada pelo direito e a justiça do paiz.

Não pouparemos nesta occasião o nosso mais sincero e justo agradecimento ao projecto advogado Dr. João Maximiano de Figueiredo, pelo muito que empregou do seu saber e actividade em prol do nosso direito, fazendo-o valer perante os tribunaes, que se collocaram na altura de verdadeiros distribuidores de justiça.

Como bem sabeis, Srs. accionistas, não autorizastes, em tempo algum, a que qualquer directoria da companhia emprehesse dar execução ao prolongamento de suas linhas ao Alto da Boa Vista, na Tijuca, e, desde que nada tinha sido deliberado por vós em tal sentido, entendemos dever oppor-nos aos meios violentos e obrepticios empregados com o fim de se procurar responsabilizar a companhia por actos de vontade alheia, manifestamete infragentes da soberania desta assembléa.

Dahi resultou a luta tremenda em que foi envolvida a nossa companhia, que sempre resistiu, amparada pela Justiça, ás tramas que lhe armaram com o intuito de reduzi-la a uma prioridade da constructora do prolongamento, sem a minima consideração e respeito ao muito que representa seu acervo social, e em comparação com o pouquissimo que poderia representar, em proventos sociais, a construcção que á viva força se procurou valorizar á custa de uma renda certa e prospera que a Carril Carioca possuía.

Já tendes sciencia do que foi essa luta, pela longa discussão hvida pela imprensa, e recordal-a seria fastidioso e inoportuno na presente occasião. Exporémos apenas a situação actual, esperando do vossas luzes a orientação que cumpre ser tomada para melhor salvaguardarmos os interesses sociais.

Em ultima instancia, foi unanimemente confirmada pela Egregia 2ª Camara da Corte de Appellação a sentença do integro Dr. Lamourier Junior, meritissimo juiz da 3ª Vara Commercial, annullando para todos os effectos as assembléas geraes de ficticios accionistas, pelas queres uma supposta directoria tinha tomado deliberações anarchicas e contra os interesses e direitos dos verdadeiros accionistas desta companhia.

Em virtude dessa juridica e moralizadora decisão, voltou a situação da companhia ao pé em que estava ao tempo de sua legal gestão, e pensavamos que esse venerando julgado determinaria a paz a que ella tem direito, quan lo nova tentativa foi empregada para anniquilar-lhe a vida, com o pedido de sua fallencia, por dívida de uma construcção de linhas de um prolongamento por ella não autorizada, mas que a Constructora quer, pela força de sua unica vontade, attribuir-lhe o indecoroso debito.

Esta tentativa já teve a solução merecida. Tão disparatada fallencia foi denegada por luminosa sentença do honrado Sr. Dr. João

Rodrigues da Costa, meritíssimo juiz da 1ª Vara do Commercio, e só nos resta esperar que essa douta decisão seja confirmada pelo tribunal superior, menos na parte em que não condemnou desde logo a pseudá credora a pagar as perdas e danos decorrentes da má fé e falsidade com que requereu essa fallencia.

Não será demais referir-vos que, em consequencia da desorganização a que deram origem actos de terceiros, pseudos e intrusos gestores da companhia, fomos demandados por Belmiro Rodrigues & Comp. para pagar-lhes o carvão que dizem ter fornecido, quando estiverem arredados violentamente da administração da companhia; porém, como tivéssemos feito declarações pela imprensa de que a companhia não se responsabilizaria por contractos e actos que não fossem por nós auctados e praticados, além de communicações directamente feitas por cartas dirigidas a esses fornecedores, resolvemos não attender a tal reclamação e oppuzemos a esse pedido uma contestação juridicamente fundada, que pando de decisão do meritíssimo juiz da 1ª Vara do Commercio, por onde corre a respectiva acção.

Tendo se retirado para a Europa, em dezembro de 1907, o Sr. Francisco Guimarães, presidente da companhia, com licença de seis mezes, substituiu-o nessa função o primeiro dos abaixo assignados, convidando para director-secretario, de accordo com o conselho fiscal, o segundo dos signatarios, que, desde logo, prestou a caution necessaria e assumiu o exercicio do cargo, no qual se conserva, cumprindo a esta assembléa deliberar a esse respeito de accordo com a loi.

Exposta assim a nossa situação presente, e referido, posto que sem detalhes, o facto da luta maliciosamente promovida contra a companhia, passamos a outra ordem de considerações, concernentes ao estado financeiro da mesma.

Emprestimo hypothecario

Este emprestimo, que foi contrahido ha oito annos passados, para ser solvido em 24 prestações iguaes por semestre, tem sido pontualmente pago, e delle só resta a obrigação de sete prestações, tendo sido satisfeita a vencida em 29 do corrente mez, paga na véspera desse dia, ficando o saldo figurado no balanço reduzido a 186:307\$771, por haverem sido pagas mais duas prestações, no valor de 53:250\$520.

Material rolan'e

Dos carros electricos e vagões que existiam na companhia, encontramos de menos, ao sermos empregados: um carro de concerto de linha aerea com ferramentas proprias, quatro vagões para aterro e um carro motor (prancha) para transporte de materiaes.

Os carros electricos que ficaram salvos de avarias e que estavam em trafego (4) ainda assim necessitam de grande reparo, e por isso encetámos desde logo o trabalho de seu concerto e o da restauração completa dos demais, estando agora todos elles reformados, com exclusão apenas de dois, que em breve passarão tambem por completa reforma.

Ao todo foram reforma los oito carros electricos e quatro ditos de reboque. Fizemos aquisição da parte de madeira de um carro electrico, que adaptámos á nossa linha, collocando-lhe completa base rigida, e de dous carros de reboque, comprados á Carris Urbanos, os quaes, depois de restaurados, foram todos entregues ao nosso trafego, tendo sido adquiridos mais seis desses carros depois daquella data, como tambem fizemos construir novo carro motor (prancha) para o serviço de transporte de materiaes e cargas,

Linhas e estações

Julgámos de imprescindivel necessidade á maior facilidade do trafego a duplicidade de linhas na estação da Carioca, para ali permanecer sempre um carro prompto a receber passageiros, quando o do horario partir, facilitando desse modo toda a commolidade aos Srs. passageiros e a maior fructificação de nossa renda, e isso levámos a effeito com geral contentamento do publico, reformando tambem as duas plataformas de embarque, que eram de madeira e já estavam estragadas, por outras duas feitas de concreto cimentado e substituindo por igual systema o calcamento da parte interna da estação, que era feito de paralelepipedos.

Tambem ali construímos novo e mais amplo *guichet* para a venda de bilhetes e fizemos collocar uma tableta de forma triangular, com fóco electrico, na frente da estação, annunciando-a ao publico, como tambem fizemos assentar uma chave de linha para a manobra dos carros, fazendo descer para ponto fronteiro aos fundos da Imrensa Nacional o desvio que estava muito acima, em frente ao hospital da Força Policial, e que dificultava a manobra dos carros reboque, arriscando-os a faces descarrilamentos.

Proxima a isso novo desvio collocámos uma lampara de aere, que illumina intimamente o local, o que julgámos de boa cautela para evitar accidentes.

Foram tambem substituidas por novas duas terças da cobertura da estação por estarem estragadas as que ali existiam.

Podendo ser aproveitada a nossa Estação dos Arcos para nella installar-se o escriptorio central, o que julgámos conveniente, por ficarem concentrados a administração, o trafego e officinas, adaptámos o edificio ao fim desejado, e ali passou elle a funcionar, tendo sido construido: ao lado, mais dous compartimentos, destinados ao pessoal do trafego e deposito do almoxarifado.

Nesse ponto rejaixámos o leito da linha cerca de um metro, para p-lo de nivel com as construcções, e modificámos a collocação da chave de desvio para ponto mais conveniente ao trafego, reformando as surgetas ao lado e obliquas das linhas ferreas.

Construímos mais uma linha no interior do barracão das officinas, para deposito de carros e movimento do atorro que deslocámos do morro para maior desenvolvimento daquella barracão.

A nossa parada denominada «Portinha dos Arcos» foi pintada de novo e substituímos por plataforma de concreto cimentado a de madeira estragada que ali existia, prolongando-a até a uma para facilitar o desembarque dos passageiros, e para esse ponto mudámos a chave da linha ferrea que estava em local de curva, ficando agora mais proximo da parada, assim convindo melhor ao trafego.

A parada do «Cafetello» estando em pessimas condições de agasalho, fizemos duplicar a linha singela existente, e no centro levantámos grande plataforma de concreto, na qual construímos uma estação com compartimentos para o despachante, cargas, espera de passageiros e bosequim, modificando tambem o nivel das linhas e assentando um desvio para manobras de carros.

Em toda a extensão das linhas, a partir dessa estação até o Hotel da Santa Thereza, além do largo do Guimarães, fizemos levantar as linhas e augmentar os raios das curvas, aproveitando-nos para isso das modificações que a Prefeitura fez ultimamente no calcamento da rua do Aqueducto, o que as collocou em muito melhores condições de estabilidade e segurança do trafego.

Nessa occasião tivemos ensejo de prestar á Prefeitura, como ainda estamos prestando, serviços de remoção de aterros e conducção do materiaes.

Além de tais melhoramentos, alguns fizemos tendentes á conservação da linha em varios locais, como sejam: Barreira, largo do Guimarães, rua Victoria, etc.

Edificios

O nosso edificio da rua do Riachuelo n. 201, antigo 117, está desoccupado na sua parte do sobrado, onde tinhamos o escriptorio central. Temos feito annunciar a sua locação, sem obtermos offeria alguma, por enquanto, e, na parte terrea, está a nossa usina de electricidade, de que poderemos dispor, si assim resolverdes, e a isso nos autorizades, visto a força motriz ser-nos fornecida pela *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.*, com alguma economia nas despesas e vantagens para o nosso serviço, tornando-o mais rapido.

Materiaes

Temos importado da Belgica e Estados Unidos do Norte grande quantidade do material necessario ao nosso almoxarifado e de que o encontramos desfalcado, e tambem comprámos neste mercado todo aquelle do que precisámos para o concerto dos carros e outros serviços, importando tudo em elevada somma, que pagamos a dinheiro á vista, por termos adoptado a norma de nada comprarmos á credito.

Da'anço geral

Durante nove mezes e oito dias dos annos de 1907 e 1908, em que a companhia esteve detida por intrusos, que della se apoderaram, além de ficar reduzido seu material e em miseravel estado o que nos foi restituído, nada se nos entregou de sua renda.

Esperamos que nos autorizeis a demandar os responsaveis por esses desvios e pela prestação de contas daquella renda.

A receita geral no decurso do anno de 1909 foi a maior que esta companhia teve tido durante a sua existencia.

Montou ella á quantia de 434:832\$807, para uma despesa geral de 374:785\$000, comprehendidas duas prestações de nossa divida hypothecaria e as despesas judicias com espletos que temos sustentado em defesa de nossos direitos, menos os honorarios do advogado.

Cumpre-nos, outrosim, declarar-vos que a parcella que figura no passivo do nosso balanço sob o titulo «Creditos diversos», na importancia de 30:043\$710, já se acha tambem liquida já.

Pensamos ter synthetizado no que acima vos referimos tudo o que de mais notavel occorreu na companhia durante o tempo a que nos reportámos, e, si alguma lacuna encontrades e maior esclarecimento precisades para vossa melhor orientação, promptos estamos a satisfazer o que desejades, terminando esta exposição com os nossos maiores agradecimentos pela confiança e apoio que de vós temos recebido.

Não esqueceremos tambem de louvar e agradecer ao pessoal sob a nossa direcção o seu auxilio e leal e dedicação ao serviço.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1910. — *Casimiro J. P. de Moraes*, presidente. — *Augusto N. de Souza Santos*, secretario.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. accionistas—Os membros do conselho fiscal, abaixo assignados, tendo procedido a meticuloso exame do balanço e annexos relativos aos annos de 1907 a 1909, e achando-os de accordo com a escripturação

dos livros da companhia, feita com a necessaria clareza e exactidão, são de parecer que sejam elles approvados, e nessa conformidade apresentam a seguinte indicação:

Ficam approvadas as contas da actual directoria da Companhia Ferro Carril Carioca, prestadas com o balanço e annexos que o acompanham, relativos aos annos de 1907 até 31 de dezembro do anno findo, bem como todos os actos da gestão praticados nesse periodo de tempo.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1910. — S. Crouther Smith. — Dr. A. S. Viriato de Medeiros. — Antonio Felemon Gonçalves Torres.

BALANÇO GERAL PROCEDIDO NESTA DATA E RELATIVO A PARTE DOS ANNOS DE 1907 E 1908 E TODO O ANNO DE 1909

Act'vo	
Accionistas — Acções primitivas ainda não convertidas.	23:100\$000
Ladeira de Santo Antonio — Pelo deposito judicial no Banco do Brazil.	12:073\$440
Concessões—Pelo saldo desta conta.	1,000:000\$000
Móveis de escriptorio — Pelo saldo desta conta.	3:284\$000
Terrenos — Pelo saldo desta conta.	34:121\$100
Obras de arte — Pelo saldo desta conta.	390:617\$420
Caução da directoria — Pelo saldo desta conta.	50:000\$000
Deposito na Intendencia Municipal — Pelo saldo desta conta.	5:000\$000
Construção de linhas—Pelo saldo desta conta.	250:000\$000
Edifícios e estações — Pelo saldo desta conta.	106:658\$250
Material rodante—Pelo saldo desta conta.	254:345\$895
Material fixo — Pelo saldo desta conta.	734:437\$045
Utensilios — Pelo saldo desta conta.	8:416\$140
Muralha da Lagoinha — Pelo saldo desta conta.	10:560\$000
Custeio—Pelo material existente no almoxarifado.	12:200\$800
Devedores diversos — Pelos saldos de varias contas.	101:088\$660
Caixa—Pelo saldo existente.	30:984\$240
	<hr/>
	3.095:887\$680

Passivo	
Capital — Pelo saldo desta conta.	2.500:000\$000
Acções em caução— Pelo saldo desta conta.	50:000\$000
Empréstimo hypothecario — Pelo saldo desta conta.	236:282\$544
Deposito em garantia — Pelo saldo desta conta.	300\$000
Creditos em litigio — Pelo saldo desta conta.	13:000\$000
Acções por converter— Pelo saldo desta conta.	23:100\$000
Fianças — Pelo saldo desta conta.	9:300\$000
Credores diversos—Pelo saldo de varias contas.	36:043\$710
Lucros e perdas— Pelo saldo desta conta.	197:861\$426
	<hr/>
	3.095:887\$680

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1909. — Casimiro J. P. de Menezes, presidente. — Augusto N. de Souza Santos, secretario. — José Barros Santos, guarda-livros.

Companhia Ferro Carril do Jacarépaguá

RELATORIO DA DIRECTORIA, RELATIVO A ADMINISTRACÃO DO ANNO DE 1909, QUE SERÁ APRESENTADO AOS SRS. ACCIONISTAS NA ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA A REALIZAR-SE EM 30 DE MARÇO DE 1910

Srs. accionistas— A directoria da Companhia Ferro Carril de Jacarépaguá tem a satisfação de vir-vos dar conta do mandato que lhe confiastes.

Não foi sem algum receio que os abaixo assignados assumiram a direcção dos negocios da companhia, que durante não poucos annos tiveram para os dirigir a actividade e proficiencia do Sr. commendador José Francisco Lisboa, que, ausentando-se em março de 1909, só regressou agora em 30 de janeiro proximo pas-ado.

Estavam, porém, tão bem encaminhados todos os multiplos serviços da companhia, que a tarefa tornou-se mais suave e a isso attribuímos o bom resultado que felizmente podemos apresentar.

Pelo exame do balanço e demonstração de lucros e perdas annexos, vereis qual a renda e despesa da companhia. O passivo a solver limita-se ao que não pôde deixar de existir neste genero de empresas.

Directoria

Tendo o presidente, Sr. commendador José Francisco Lisboa, se retirado a 25 de março de 1909 para a Europa, foi convidado para occupar a presidencia o director-gerente, Sr. Frederico Pinto Costa, e para a gerencia o então superintendente, Sr. Horacio Cabral, que envidaram todos os esforços para bem defender os interesses da companhia, tendo em vista os do publico, que muito tem contribuido para o desenvolvimento da zona servida pelas linhas da companhia.

Conselho fiscal

Com a retirada para a Europa do Sr. Dr. José Nodden de Almeida Pinto, membro do conselho fiscal, foi substituído o suplente Sr. Mario de Souza.

A directoria agradece a todos os membros do conselho fiscal o bom auxilio que lhe prestaram com suas luzes e comparecendo regularmente a todas as sessões.

Acções em caução

Refere-se este titulo á caução dos actuaes directores Frederico Pinto Costa e Horacio Cabral, representada por duas cautelas de 25 acções cada uma ao portador, de ns. 40 e 42 e mais uma cautela n. 27 de 25 acções tambem ao portador, do director licencado Sr. commendador José Francisco Lisboa.

Concessões

Continua a figurar por 230:000\$ o valor das concessões que nos garante o privilegio da zona até 10 de agosto de 1933.

Linhas

Mantove-se o mesmo valor do balanço—187:000\$, embora tenham sido melhoradas, independentemente da boa conservacão que tem tido.

Material rodante

Esta parte do activo subiu a 64:745\$, mais 3:800\$ que no balanço anterior, devido á entrada de mais um carro para passageiros, construido nas nossas officinas.

A companhia hoje possui em perfeito estado 14 carros para passageiros, dous carros para bagagem e um para enterro, tres ragoes para cargas e aterro, dous trollys e duas carroças

Edifícios e terrenos

Augmentou 1:779\$375 devido á construcção de um escriptorio, dependencia esta que se impunha de ha muito para commo-didade do serviço e a alguns reparos feitos nas cocheiras do Tanguê.

Animacs

O movimento dos mueres foi o seguinte: Existiam em 31 de dezembro de 1908. 149 Comprados durante o anno. 11

Vendidos por imprestaveis.	9
Mortos.	2
Mortes em serviço e indemniza-dos.	5
Existentes.	144

Caixa

Fechou com o saldo de 11:278\$184, que existia em moeda corrente no cofre da companhia.

Deposito em conta corrente

Como se verifica do balanço, a companhia tem no *British Bank of South America* a quantia de 50:000\$ e no Banco do Commercio 1:127\$000.

Fundo de reserva

Acha-se elevado a 60:835\$772, cumprindo observar que independente deste fundo de garantia a directoria manteve o titulo de Fundo de Depreciação, que já conta a cifra de 9:304\$187 e o de Lucros Suspensos, com 5:098\$763, o que tudo somma 75:238\$722, para fazer face á futura depreciação do activo.

Recita e despesa

No anno de 1909 a receita foi de 210:654\$074 e a despesa de 140:018\$370, ficando o saldo liquido de 70:635\$704, que, depois de deduzidas as verbas para fundo de reserva, porcentagem da directoria o conselho fiscal, fundo de depreciação e imposto do dividendo, permittiu distribuir o dividendo de 42:000\$, ficando ainda em lucros e perdas 12:140\$470, que, com o saldo anterior, somma réy 14:854\$649.

Despesas judiciaes

Está ainda pendente do Exm. Sr. Dr. juiz da 1ª Vara do Commercio a sentença em primeira instancia da nova acção proposta pelo irrequieto accionista de 24 acções Antonio Felix Garcia de Infante. Este senhor não fez mais que reproduzir a mesma acção que já anteriormente intentara e que, seguindo todos os tramites legais, foi considerada improcedente pelo Exm. Sr. Dr. juiz da 3ª Vara do Commercio, Dr. Lamounier Junior, e a sentença confirmada unanimemente pela egregia 1ª Camara da Córto de Appellação, a cujo accordão, por chicana, o autor propoz embargos, que esperamos se decidirão em breve.

Confiamos na Justiça para atirar para longe, de uma voz, com as pretensões mal cabidas e insensatas do irrequieto Antonio Felix Garcia de Infante.

Mudança de tracção

Não foi infructifera para a Companhia a viagem do seu presidente, commendador José Francisco Lisboa. Trouxe orçamentos e estudos sobre a electrificação das linhas e a directoria aguarda apenas a normalização do Conselho Municipal para requerer a mudança de tracção e consequente forma do contracto.

Empregados

Temos a satisfação de louvar os esforços com que se houveram todos os empregados

no desempenho das suas funções, sabendo assim corresponder á confiança desta directoria.

Concluindo

Julgamos ter dado conta aos Srs. accionistas da gestão que fizemos durante o anno de 1909, e registramos com satisfação que a zona servida pela companhia continúa em franca prosperidade.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1910. — *Frederico Pinto Costa.* — *Hovacio Cabral.*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. accionistas—O conselho fiscal vem desempenhar-se de sua obrigação, dando o seu parecer sobre as contas, balanço e negocios da Companhia Ferro Carril de Jacaraguá, durante o anno de 1909. Não obstante a ausencia de quasi 10 mezes do antigo director-presidente, Sr. commandante José Francisco Lisboa, tivemos a satisfação de verificar que os negocios nada soffreram e que todo o material, quer fixo, quer rodante, acha-se conservado e até melhorado. Verificamos o balanço com as respectivas contas no «Razão» e achamo-las em tudo exactas, não havendo no correr da escripturação operação que não esteja nitidamente escripturada.

Os documentos chronologicamente archivados comprovam os lançamentos da escripturação.

Terminamos louvando os esforços da directoria e pedindo aos Srs. accionistas que approvem as suas contas e actos durante o anno de 1909.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1910. — *Mario de Sousa.* — *Eduardo Gaspar Ferreira.* — *Antonio Fernandes Vieira.*

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1909

Activo

Accções em caução.....	15:000\$000
Concessões.....	280 000\$000
Linhas.....	187:000\$000
Materiao rodante.....	64:745\$000
Mobilia.....	1:740\$500
Deposito municipal.....	2:000\$000
Letras a receber.....	2:6:08\$000
Propriedades rurais.....	4:787\$100
Planta das linhas.....	1:500\$000
Arreios.....	1:821\$400
Edificios e terrenos.....	23:87\$225
Material para construcções..	1:683\$200
Animacs.....	23:083\$000
Impressos.....	870\$160
Machinas e utensilios.....	4:775\$933
Linha telephonica.....	972\$060
Officinas.....	1:807\$150
Almoxarifado.....	11:012\$360
Despezas judiciaes.....	17:885\$050
Diversas contas.....	63:594\$425
<i>The British Bank of South America</i>	51:000\$000
Banco Commercial do Rio de Janeiro.....	1:127\$683
Caixa.....	11:278\$184
	773:221\$977

Passivo

Capital.....	601:000\$000
Caução da directoria.....	15:000\$000
Lucros suspensos.....	5:008\$763
Fundo de reserva.....	60:815\$772
Fundo de depreciação.....	9:394\$187
Folhas a pagar.....	5:833\$000
Caixa beneficentes.....	2:600\$200
Fianças.....	2:480\$000
Passagens de ida e volta.....	11\$000
Assignaturas para passagens	414\$900

Assignaturas escolares.....	158\$900
Diversas contas.....	9:937\$000
Imposto sobre dividendo.....	1:050\$000
Porcentagem da directoria.....	1:580\$303
Porcentagem do conselho fiscal.....	1:589\$303
Dividendos:	
4º dividendo relativo ao 1º e 2º semestres de 1909.....	42:000\$000
Saldo a pagar até ao 3º dividendo	1:008\$000
	43:003\$000
Lucros e perdas.....	14:854\$349
	773:221\$977

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1909. — *Frederico Pinto Costa,* presidente interino. — *Joaquim Maria,* guarda-livros.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1909

Debito

Seguros.....	257\$800
Animacs (2 muaras mortos).....	140\$000
Impressos.....	1:186\$120
Alugueis.....	1:640\$000
Trato dos animacs.....	33:398\$047
Despezas geraes.....	871\$500
Pessoal das cocheiras e capinzal.....	9:893\$500
Custeio.....	4:035\$075
Carretos, frates e despichos.....	1:568\$300
Condutores e cocheiros.....	33:916\$000
Despezas extraordinarias.....	575\$400
Reparo dos carros.....	5:704\$151
Reparo dos arreios.....	1:410\$234
Pessoal do escriptorio e disciplinaçao.....	22:369\$260
Impostos.....	1:128\$100
Artigos para escriptorio.....	23\$100
Gratificações.....	2:733\$310
Abatimentos em passagens ida e volta.....	106\$100
Conservação das linhas.....	9:997\$183
Descontos em assignaturas.....	1:3:648\$000
Honorarios da directoria.....	7:207\$900
Differenças no almoxarifado.....	33\$955
Porcentagem da directoria.....	1:589\$303
Porcentagem do conselho fiscal.....	1:589\$303
Imposto sobre dividendo.....	1:050\$000
Fundo de reserva.....	7:063\$570
Fundo de depreciação.....	5:203\$053
Dividendos: 4º.....	42:000\$000
Saldo para 1910.....	14:854\$349
	213:363\$253

Credito

Saldo de 1909.....	2:714\$179
Renda das linhas.....	200:327\$500
Carros espciaes e vagões.....	8:878\$400
Descontos e abatimentos.....	742\$364
Receitas, avulso.....	705\$810
	213:363\$253

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1909. — *Frederico Pinto Costa,* presidente interino. — *Joaquim Maria,* guarda-livros.

Companhia Nacional Mineira

RELATORIO PARA SER APRESENTADO Á ASSEMBLÉA GERAL DOS SRS. ACCIONISTAS CONVOCADA PARA 30 DE MARÇO DE 1910

Srs. accionistas — Em cumprimento da disposição do art. 13, § 3º dos nossos estatutos, vem a directoria apresentar ao vosso julgamento o balanço do anno proximo

findo (1909), acompanhado do parecer do digno conselho fiscal e scientificar-vos de tudo que occorreu durante o referido anno.

Situação

A situação da companhia é relativamente melhor, apesar das difficuldades com que a directoria tem luctado, sendo em parte causadas por força maior e irremediaveis de momento, como vereis pelo presente rolatorio.

Força hydraulica

A no sa força hydraulica foi sempre deficiente, isto é, a agua captada das correntes Cambimbe e Gamelsira foi diminuindo devido a secca dos ultimos dous annos até ao minimo, de modo que só nos fornecia cerca de 80 cavallos de força, difficultando assim todos os trabalhos quer os da Mina quer os do Engenho, sendo preciso auxiliar com duas machinas a vapor e ainda assim insufficientemente.

Ha dous annos mais ou menos que a directoria cogitava remediar esta falta captando os dous correços que correm mais perto do antigo rego, mas, como este serviço dependia de tempo e gastos, só ficou prompto em 31 de dezembro proximo passado sendo construidos regos em uma extensão de sete kilometros, atravessando esta captação o vallo do Cambimbe em tubos de aço de 12 pollegadas de diametro em uma extensão de 850 metros; mas, apesar desta captação concluida, ella não nos trouxe o augmento immediato da força precisa, mesmo porque tambem aquelles dous correços estavam diminuindo pela secca atenuada um pouco com as chuvas de janeiro e fevereiro.

E' todavia necessario cuidar do augmento de força por meio de outras captações da agua que temos dentro das propriedades da companhia.

Temos tambem restaurado um antigo rego e feito uma parte nova para aproveitar a agua mais baixa no vallo do Cambimbe para mover o novo dynamo; sendo que a extensão deste rego é de seis kilometros na parte restaurada e de mais um kilometro na parte nova.

Processo de cyanurelação

A montagem dos machinismos precisos a este processo ficou concluida em principio de setembro proximo passado, mas nesta época por se haver accentuado a secca, a nossa força estava diminuida ao extremo e por isso não pudemos desde logo trabalhar com regularidade; ficando resolvido parar tudo e ser mandado todo o pessoal para acabar os regos e assentar o encanamento no vallo do Cambimbe.

No dia 2 de janeiro do corrente anno começou o engenho a trabalhar, assim como todas as machinas de cyanuretação, tendo dado provas de que estão perfeitas, podendo aproveitar-se 80% do ouro contido no nosso minerio; mas, infelizmente, não temos podido trabalhar dia e noite por falta de broqueiros e em consequencia pela falta de minerio fora da mina.

Produção de ouro

A nossa produção foi deficiente ainda neste anno devido aos motivos já referidos, pois só attingiu a 49.065; mas temos a esperança de que no anno corrente seja muito melhor, uma vez regularizados todos os serviços.

O pessoal tem sido muito inconstante, principalmente o broqueiro, sendo esta uma das causas que tem atrasado nossos trabalhos do Mina e Engenho.

Para attender a este embaraço já estamos pensando no emprego das brócas accionadas por ar comprimido, das quaes ainda não nos

utilizamos devido a falta de força que temos tido.

Agora que estamos com o nosso novo compressor quasi prompto, esperamos poder utilizar as brócas mecanicas que já temos e que virão substituir a falta de braços.

Conselho fiscal

Como determina o art. 17 dos nossos estatutos, deveis eleger nesta assembléa o conselho fiscal e seus supplentes para servir no anno corrente.

Conclusão

Além dos esclarecimentos prestados, a directoria fica á inteira disposição dos Srs. accionistas para quaesquer outras informações que forem julgadas precisas.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1910. — Os directores. *Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva.* — *José Francisco de Lima Mattos.*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. accionistas—O conselho fiscal da companhia cumprindo o disposto de seus estatutos, vem dar o seu parecer sobre o balanço e contas da gestão da directoria correspondentes ao anno social que terminou em 31 de dezembro de 1909.

Depois do exame detido nos livros da companhia, os quaes estão escripturados de accordo com os preceitos legais, e tambem do exame procedido dos documentos que instruem o balanço e contas do exercicio, achando tudo em ordem, clareza e perfeita regularidade, é de parecer que sejam approvadas as contas da directoria e seus actos praticados até aquella data.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1910. — *Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires.* — *Dr. José Fortunato de Menezes.* — *Antonio Maximino Pinto e Souza.*

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1909

Activo	
Accionistas:	
Pelas entradas a realizar...	604:600\$000
Machinismos e utensilios...	333:118\$460
Propriedades da companhia...	191:250\$000
Movéis e utensilios...	1:781\$700
Reg. s condutores de agua...	105:105\$260
Valor da jazida Casas de moradia...	545:526\$320
	59:513\$980
Casas das machinas e engenhos...	74:641\$000
Força hydraulica...	1.022:29\$060
Materiaes diversos para redução...	6:562\$500
Semoventes...	525\$000
Novas installações...	135:147\$350
Obras novas...	129:500\$200
Exploração da mina...	635:837\$170
Exploração de raposós...	3:105\$070
	3.244:910\$160
Materiaes diversos para redução...	5:403\$800
Materiaes oleos...	130\$000
Aço e ferro...	516\$400
Explosivos...	7:660\$500
Mercurio...	935\$000
	14:637\$700

Caixa:	
Dinheiro em cofre.....	149\$340
Acções caucionadas:	
Pelos títulos em deposito....	60:000\$000
Devedores:	
Saldo conforme o razão.....	7:522\$280
	3.931:838\$480

Passivo	
Capital:	
Representado por 15.000 acções do valor de 200\$ cada uma.....	3.000:000\$000
Caução da directoria:	
Pelos títulos em deposito....	60:000\$000
Ferías a pagar:	
Pelas decorrente mez.....	22:595\$760
Credores:	
Saldo conforme o razão.....	819:242\$720
	3.931:838\$480

S. E. ou O. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1909. — Os directores. *Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva.* — *José Francisco de Lima Mattos.* — O guarda-livros, *José Joaquim Simões.*

Companhia de Ácidos

Em cumprimento de preceito legal, apresento-vos em nome da directoria o relatório, balanço e contas da companhia relativos ao anno social findo em 31 de dezembro de 1909.

Por estes documentos, submettidos ao vosso exame e approvação, vereis que prossegue normalmente a vida economica da companhia e correm com regularidade todos os seus negocios. Como nos annos anteriores, permitiram os lucros a distribuição do mesmo dividendo e o augmento do fundo de reserva.

São as informações a ministrar-vos; si, entretanto, de outras carecerdes, servo-vos-hão ellas immediatamente prestadas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1910. — *Augusto M. de Barros e Vasconcellos,* presidente interino.

BALANÇO DO ANNO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1909

Activo	
Títulos caucionados.....	9:000\$000
Movéis.....	1:2:5\$870
Acções da Companhia.....	20:010\$500
Títulos diversos.....	89:975\$000
Fabrica de ácidos e terrenos	261:582\$025
Installação para fabrica de ladrilhos.....	35:983\$890
Braulina Rasina.....	29:000\$000
Productos da fabrica.....	17:121\$950
Vasilhame e embalagem....	7:613\$300
Materia prima.....	14:277\$080
Devedores diversos.....	20:274\$050
Dinheiro em caixa e nos bancos.....	67:023\$862
	555:023\$867
Passivo	
Capital.....	300:000\$000
Caução da directoria.....	9:000\$000
Fundo de reserva.....	79:936\$390
Credores especiais.....	50\$000
Dividendos atrasados e do semestre.....	20:070\$000
Lucros e perdas.....	86:033\$477
	555:023\$867

S. E. ou O. — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1909. — O presidente, *A. Dias de Pinna.* — O guarda-livros, *Costa Lima.*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da Companhia de Ácidos tendo examinado o balanço, documentos e contas da administração correspondentes ao exercicio findo em 31 de dezembro ultimo, é de parecer que sejam approvados, visto estarem de perfeito accordo com a respectiva escripturação.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1910. — *Fbio Hutilio de Moraes Rego.* — *Theodoro Lopes de Abreu Sobrinho.* — *Jeronymo Maximino Romano Junior.*

SOCIEDADES CIVIS

Sociedade Beneficente Mutua Progresso do Engenho de Dentro

ESTATUTOS

CAPITULO I

Da organização e fins da sociedade

Art. 1.º A Sociedade Particular Musical Progresso do Engenho de Dentro, fundada em 8 de junho de 1875, transformada em 8 de junho de 1877 em beneficente e.m o titulo *Sociedade Beneficente Musical Progresso do Engenho de Dentro* passa a denominar-se d'ora em diante *Sociedade Beneficente Mutua Progresso do Engenho de Dentro*, tendo a sua sede em edificio proprio á rua do Engenho de Dentro n. 14 (antigo 2). compoñe-se de illimitado numero de socios do sexo masculino, de qualquer nacionalidade e profissão que a elle queiram pertencer, desde que estejam nas condições estabelecidas nos estatutos.

Art. 2.º A sociedade tem por fim :

§ 1.º Socorrer pacientemente os seus associados quando se acharem impossibilitados de prover os meios de subsistencia por enfermidade, desastre ou velhice.

§ 2.º Concorrer para o funeral dos associados ou encarrregar-se delle despendendo até a quantia determinada nestes estatutos.

§ 3.º Conceder-lhes auxilio para viagem, quando, por motivo de molestia, tenham de retirar-se para fóra da Capital.

§ 4.º Manter e desenvolver a bibliotheca e seus annexos.

§ 5.º Auxiliá-los com uma mensalidade, quando presos, não sendo por crime infamante, antes da sentença.

§ 6.º Prestar-lhes socorros medicos e do advogado.

§ 7.º Crear um serviço de instrução para os associados e seus filhos.

§ 8.º Crear uma seção de montepio exclusivamente para os associados, mantida com os proprios recursos, não podendo em caso algum onerar os cofres sociais.

CAPITULO IX

Da administração

Art. 36. A sociedade será representada e administrada por um conselho eleito bicalmente na segunda assembléa geral ordinaria.

§ 1.º O conselho administrativo será composto de 17 membros, oito dos quaes constituirá a directoria, a saber: presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretarios, 1.º e 2.º thesoureiros, bibliothecario e procurador, e os nove restantes as commissões de beneficencia, syndicança e contas.

Art. 41. São attribuições do presidente:

c) representar a sociedade em juizo e fóra delle, sendo-lhe permitido em casos urgentes constituir mandatarios.

CAPITULO XII

Do capit l da sociedade

Art. 76. O capital será illimitado e divide-se em fundo permanente e fundo disponível.

§ 1.º O fundo permanente será formado de tudo o que constituo o patrimonio da sociedade, como sejam apolices, immoveis, bibliotheca; etc., os quaes só poderão ser vendidos mediante permisso de uma assembléa geral convocada especialmente para esse fim e dos moveis e outros objectos de uso e gozo da sociedade.

§ 2.º O fundo disponível constará de tudo o que constituir receita da sociedade, ficando em poder do thesoureiro a importancia necessaria para occorrer ás despesas provaveis, devendo o saldo ser recolhido a estabelecimento de credito em nome da sociedade ou convertido em apolices da divida publica ou outros titulos de credito e predios e na falta pela accumulacão continua desse saldo, a juizo do conselho.

CAPITULO XIII

Disposi.ões geraes

Art. 92. Os socios não respondem subsidiariamente pelos compromissos tomados pela administração.

Em 23 de dezembro de 1909.

Socios iniciadores:

M.º José Martins.
Jesuino Gomes de Carvalho.
Francisco Simões Cravo.
Francisco Ferreira Leal.

Mesa da Assembléa Geral:

Jovellino V.º Figueira, presidente.—Oscar da Rocha Cordeteiro, 1.º secretario.—Mário Romão da Cruz, 2.º secretario.—José Candido da Rocha, 2.º secretario.

Administração:

Jesuino Gomes de Carvalho, presidente.
Manoel José Martins, vice-presidente.
Joaquim Januar.º Re e lo de Mattos, 1.º secretario.
João Dias de Carvalho, 2.º secretario.
Francisco Simões Cravo, 1.º thesoureiro.
Abraão Ribeiro do Couto, 2.º thesoureiro.
João Rodrigues Barbosa, bibliothecario.
Antonio de Carvalho, procurador.

Conselho:

Pedro Pinto de Miranda.—James José de Carvalho.—Ricardo da Fonseca Martins.—Francisco de Assis.—José Alves de Macedo Ribeiro.—Antonio Baptista Machado.—Ranoldo Cesar Fernandes Junior.—Raymundo do Carmo.—Bento de Figueiredo.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 5.995—Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio durante 15 annos na Republica dos Estados Unidos do Brazil para—um novo systema de triturador de assucar—Invenção de Christiano Henrique Clausen, domiciliado nesta Capital Federal

Refere-se a invenção a um novo systema de triturador de assucar, representado pelo desenho anexo, no qual a fig. 1 é uma vista em elevação e de lado, a fig. 2 uma vista em plano, a fig. 3 uma vista em secção por *ab* da fig. 2, retiradas as peças auxiliares que trabalham dentro da bacia e a fig. 4 é uma vista do fundo da bacia mostrando as aberturas por onde se escoo o assucar triturado.

Consiste o novo systema de triturador de assucar em triturar assucar de modo conti-

nuo, isto é, sem parar o triturador, para o que a bacia, onde é tratado o assucar, traz aberturas na sua parte central por onde, quando desejado, é escoado o assucar triturado.

O triturador de minha invenção compõe-se: de uma armação A, na qual centralmente, a certa altura do solo, se acha uma bacia B montada sobre um eixo 1, apoiado sobre o mancal 2, mantido na buxa 3, da parte superior da armação. A bacia B tem no fundo, na parte central, aberturas 4, 5, 6 e 7, em forma de sectores, e é movida por meio de um aro dentado 8, conjugado com engrenagens 9 e 10, montadas na armação A, que lhe transmitem movimento pelas polias 11 ou por meio de uma manivella.

Sobre o eixo 1, combinado para, á vontade, fechar ou descobrir as aberturas 4, 5, 6 e 7, do fundo da bacia B, acha-se montada, solta, uma peça cylindrica ou valvula C; esta é movida por meio de um estdio 12, cujas extremidades estão fixadas em munhões da parte central da valvula e cuja parte curva está ligada a uma alavanca 13, que oscilla em um supporte 14.

Ha tambem oito ficas que servem para desprender o assucar em calda que tenta adheirir ás paredes da bacia e dar a elle um movimento ondulatorio horisontal. Ha mais duas raspadeiras que desprenderem o assucar do fundo da bacia, dando-lhe, ao mesmo tempo, um movimento ondulatorio em sentido perpendicular. Ha, finalmente, ainda dois cylindros cu'a funcção é triturar o assucar evitando o encaroçamento, tornando-o perfeitamente pulverizado. A carga e a descarga são executadas estando a machina em sua marcha normal, não havendo, por conseguinte, interrupção alguma em seu funcionamento, uma vez que tenha sido posta em movimento.

Em resumo, reivindico como pontos o caracteres constitutivos da invenção:

1) um novo systema de triturador para assucar caracterizado pelo recipiente ou bacia, como B, que recebe o assucar e onde se effectua a trituração, movida pela sua base por meio de engrenagem, como 8, 9 e 10, tendo na parte central de seu fundo aberturas, como 4, 5, 6 e 7, que durante o funcionamento da trituração estão fechadas por meio de um cylindro como C, que se sobrepõe ás ditas aberturas, cujo cylindro C é amovivel á vontade, independentemente, durante o funcionamento do triturador, servindo para dar saída ao producto triturado pelas aberturas acima mencionadas; substancialmente, como descripto e representado no desenho anexo.

2) o novo systema de triturador acima reivindicado caracterizado pela bacia, como B, tendo no fundo, centralmente, aberturas, como 4, 5, 6 e 7, e sendo accionado por meio da combinação de um aro dentado, como 8 e engrenagem como 9 e 10.

3) o triturador segundo a reivindicacão 2, caracterizado por uma peça cylindrica como C, guiada e montada dentro da bacia, como B, de modo a vedar e descobrir, á vontade, as aberturas, como 4, 5, 6 e 7, do fundo da bacia, substancialmente; como descripto e reivindicado.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1910. — Por procuração, Buschmann & C.

ANNUNCIOS

Companhia Docas de Santos
Acham-se á disposição dos Srs. accionistas no escriptorio, á avenida Central n. 41, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.
Rio de Janeiro, 28 de março de 1910. — C. Gaffrés, presidente.

Companhia Ferro Carril Jacarépaguá

Convido os Srs. accionistas a se reunirem em assembléa geral ordinaria, no dia 10 do corrente, ás 2 horas da tarde, na rua da Candelaria n. 5 (antigo), sobrado, para tomarem conhecimento do relatorio da directoria e parecer do conselho fiscal, julgarem as contas do anno social findo em 31 de dezembro de 1909 e elegorem a nova directoria e os membros do conselho fiscal.

Os possuidores de acções ao portador deverão depositar-as no escriptorio da companhia, com tres dias de antecedencia, da data da assembléa geral, para poderem tomar parte nas deliberações da mesma.

Rio de Janeiro, Tanque, 1 de março de 1910. — O presidente interino, Frederico Pinto Costa.

Companhia de Loterias Nacionaes do Brazil

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

Convido os Srs. accionistas para se reunirem em assembléa geral ordinaria, quinta-feira, 31 do corrente, á 1 hora da tarde, na sede da companhia, á rua Primeiro de Março n. 88, sobrado, a fim de lhes serem apresentados o relatorio e contas da directoria, com parecer do conselho fiscal, relativos ao anno findo de 1909, de accordo com o art. 35 dos estatutos em vigor, e proceder-se á eleição do conselho fiscal e supplentes que toem de funcionar no corrente anno administrativo.

Os Srs. accionistas por acções ao portador deverão depositar-as na thesouraria da companhia até o dia 23 do corrente, conforme determina o § 1.º do art. 26 dos mesmos estatutos.

Ficam suspensas as transferencias de acções nominativas até o dia immediato ao da referida assembléa geral.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1910. — Alberto Saraiva da Fonseca, presidente.

Companhia Brasileira de Energia Electrica

Acham-se á disposição dos senhores accionistas, no escriptorio desta companhia, á Avenida Central n. 107/109, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1910. — Companhia Brasileira de Energia Electrica, Eduardo Guinle, presidente.

Companhia Amparo Industrial

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1910. — Pela Companhia Amparo Industrial, Dr. Arthur L. de Araujo Costa, presidente.

Companhia Ferro Carril Carioca

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

São convidados os Srs. accionistas desta companhia para reunirem-se em assembléa geral ordinaria, no dia 30 do corrente, á 1 hora da tarde, no seu escriptorio social, sito na Estação dos Arcos, a fim de resolverem sobre a prestação de contas da administração e eleição dos directores, conselho-fiscal e supplentes.

As procurações deverão ser alli depositadas até o dia 28 e as acções ao portador até o dia 27, nos termos e para o fim dos arts. 7 e 14 dos estatutos.

Ficam desde já suspensas as transferencias das acções nominativas.
Rio de Janeiro, 14 de março de 1910. — Casemiro J. P. de Menezes, presidente. — Augusto N. de Sousa Santos, secretario.

IMPRENSA NACIONAL

Acham-se á venda, na thesouraria desta Repartição, as seguintes obras:

A

Accordãos do Supremo Tribunal Federal de 1895 (M).....	2\$500
Idem idem de 1896 (M).....	4\$000
Idem idem de 1897 (M).....	6\$000
Idem idem de 1898 (M).....	8\$000
Idem idem de 1899 (M).....	9\$000
Idem idem de 1900 (M).....	9\$000
Idem idem de 1901 (M).....	10\$000
Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brazil, pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto, contendo a descripção de todas as cidades, villas, edificios, etc., tres grossos volumes.....	20\$000
As minas do Brazil e sua Legislação, pelo Dr. J. Pandiá Calogeras, 1º volume.....	6\$300
Idem, 2º volume.....	6\$000
Idem, 3º volume.....	6\$000

B

Boletim de concessões e privilegios (M).....	3\$000
Boletim da Propriedade Industrial (publicação mensal), cada fasciculo (M).....	\$.500

C

Cartas jesuiticas, do padre Manoel da Nobrega (1549 a 1560), de Valle Cabral.....	2\$000
Codigo das Relações Exteriores (2 vols.) (M).....	8\$000
Condições de admisión no Gymnasio Nacional.....	\$.200
Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendias (M).....	6\$000
Consolidação das Leis da Justiça Federal..	5\$000
Consolidação das Leis referentes á organização municipal do Districto Federal.....	\$.500

Constituição da Republica do Brazil.....	1\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 2º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 3º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 4º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 5º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 6º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 7º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 8º.....	1\$500
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 9º.....	1\$500
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 11º.....	4\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 12º.....	2\$000
Consultas do Conselho de Estado, secção de Fazenda, tomo 13º.....	1\$500
Consultas do Conselho de Estado, Negucios Ecclesiasticos, tomo 2º.....	3\$000
Consultas do Conselho de Estado, Negucios Ecclesiasticos, tomo 3º.....	2\$000
Codigo Penal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, conversão das penas, fiança, prescripção, systema penitenciario, cellulas, etc., por um magistrado mineiro.....	3\$000
Chorographia da provincia do Ceará, por José Pompeu de A. Cavalcanti.	1\$000
Carta Geral da Republica, pelo Dr. Crockatt de Sá (M).....	10\$000
Casa de Correção (Regulamento da) Dec. n. 3.647, de 23 de abril de 1900.....	1\$500

D

Decisões de 1832.....	3\$000
Decisões de 1833.....	3\$000
Decisões do Governo Provisorio (1º e 2º fasciculo).....	3\$000
Decisões do Governo Provisorio (3º e ultimo fasciculo)....	2\$000
Decisões do Governo Provisorio (Additamentos).....	1\$500
Decisões de 1891.....	4\$500
Decisões de 1892.....	4\$000
Decisões de 1893.....	2\$500
Decisões de 1894.....	4\$000
Decisões de 1895.....	3\$000
Decisões de 1896.....	3\$000
Decisões de 1897.....	3\$000
Decisões de 1898.....	2\$000
Decisões de 1899.....	3\$500
Decisões de 1900.....	3\$000
Decisões de 1901.....	3\$000
Decisões de 1902.....	3\$000
Decisões de 1903.....	4\$000
Decisões de 1904.....	4\$500
Decisões de 1905.....	4\$700
Decretos do Governo Provisorio, novembro e dezembro de 1889.....	3\$000
Decretos do Governo Provisorio, janeiro de 1890.....	2\$000
Decretos do Governo Provisorio, fevereiro de 1890.....	1\$000
Decretos do Governo Provisorio, março de 1890.....	2\$000
Decretos do Governo Provisorio, abril de 1890.....	2\$700
Decretos do Governo Provisorio, maio de 1890.....	4\$000
Decretos do Governo Provisorio, junho de 1890.....	2\$000
Decretos do Governo Provisorio, julho de 1890.....	2\$000
Decretos do Governo Provisorio, agosto de 1890.....	3\$000
Decretos do Governo Provisorio, setembro de 1890.....	2\$000
Decretos do Governo Provisorio, outubro de 1890.....	3\$000
Decretos do Governo Provisorio, novembro de 1890.....	4\$00